



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

LEILA MENDES PAIXÃO

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, GOVERNANÇA TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MEIO RURAL: O CASO DAS REGIÕES
TURÍSTICAS DA SERRA GAÚCHA, BONITO E TREZE TÍLIAS

Salvador
2013

LEILA MENDES PAIXÃO

**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, GOVERNANÇA TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MEIO RURAL: O CASO DAS REGIÕES
TURÍSTICAS DA SERRA GAÚCHA, BONITO E TREZE TÍLIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dra^a Carolina de Andrade Spinola.

Salvador
2013

FICHA CATALOGRÁFICA
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS)

Paixão, Leila Mendes,

Arranjos produtivos locais, governança territorial e desenvolvimento turístico no meio rural: o caso das regiões turísticas da Serra Gaúcha, Bonito e Treze Tílias /Leila Mendes Paixão. – Salvador, 2013.

180 f.: il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS, Laureate International Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Almeida Uzêda.

1. Turismo rural – aspectos econômicos – Rio Grande do Sul.
2. Turismo rural. 3. Desenvolvimento Turístico. 4. Governança Territorial.

CDD: 338.4791

LEILA MENDES PAIXÃO

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, GOVERNANÇA TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MEIO RURAL: O CASO DAS REGIÕES
TURÍSTICAS DA SERRA GAÚCHA, BONITO E TREZE TÍLIAS

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Carolina de Andrade Spinola – Orientadora _____
Doutora em Geografia, Universidade de Barcelona, Espanha
Universidade Salvador – UNIFACS

Regina Celeste de Almeida Souza _____
Doutora em Geografia, Universidade de Rouen, França
Universidade Salvador – UNIFACS

Jorge Antonio Santos Silva _____
Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP, Brasil
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 12 de abril de 2013.

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização e concretização desta dissertação, particularmente a algumas, destacadas a seguir.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Prof^a Dr^a Carolina Spinola, pela sua disponibilidade, incentivo e apoio, que foram fundamentais ao longo de todo o processo de elaboração da Dissertação.

À Prof^a Dr^a Regina Souza, primeira orientadora, grande mestre e incentivadora dos estudos, sempre procurando estimular seus alunos tanto no desenvolvimento acadêmico, como, e principalmente, no desenvolvimento pessoal.

Ao Prof. Dr. Jorge Antonio, por ser um grande mestre, trabalhando sempre para estimular os estudos e pesquisas e pela inestimável colaboração à minha pesquisa, sempre buscando contribuir com leituras essenciais para o seu desenvolvimento.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento da pesquisa.

Aos colegas do Programa Rita Lordelo, Tauan Reis, Marcos Magalhães e Sheila Costa que compartilharam e dividiram momentos de dúvidas e incertezas, e pela troca de experiências.

Às secretárias do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano, particularmente à funcionária Lucineida Chastinet, pelo apoio e auxílio constantes.

A todos os demais mestres do Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano, pelos ensinamentos e atenção nos momentos de dúvidas.

Por fim, aos meus amigos e familiares que torceram pelo sucesso do meu trabalho.

RESUMO

O estudo das aglomerações produtivas, entendidas aqui como sistemas de governança territoriais, relacionado ao desenvolvimento turístico no meio rural, é o foco principal da presente pesquisa. Esta dissertação tem como objetivo analisar de que forma a implantação das aglomerações produtivas de Bonito, Treze Tílias e Serra Gaúcha beneficiaram a população local, seja promovendo o desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo atividades econômicas e práticas sociais tradicionais, seja estimulando a implantação de políticas públicas ou potencializando a competitividade regional. A análise é feita com base em discussões sobre globalização, competitividade, governança territorial e da forma como todos estes elementos, atuando conjuntamente, permitem a conformação de arranjos produtivos locais de turismo no meio rural, bem como seus desdobramentos nos locais em que foram implantados. A parte empírica da pesquisa analisa os casos de Bonito, Treze Tílias e Serra Gaúcha como exemplos identificados como aglomerações produtivas e trabalha o turismo no meio rural como forma de ampliar e diversificar o produto turístico local. Por meio da análise baseada em elementos de áreas diversas, cuja abrangência permitiu a abordagem de elementos de ordem econômica, cultural e organizacional, foi possível perceber como o turismo atua em cada uma dessas localidades e traçar um perfil com características particulares de cada caso. Nesse sentido, é demonstrado que a conformação de aglomerações produtivas com direcionamento específico para os arranjos produtivos locais no turismo, cujas ações envolvem atividades realizadas nos meios rurais, permite o desenvolvimento da atividade, pois alinha alguns dos principais fatores que permitem o desenvolvimento de toda a região.

Palavras-chave: Turismo. Aglomerações Produtivas. APL Tur. Governança Territorial. Desenvolvimento Turístico. Turismo no meio rural.

ABSTRACT

The study of productive agglomerations, understood here as territorial governance systems, related to tourism development in rural areas, is the main focus of this research. This thesis aims to analyze how the development of productive agglomerations of Bonito, Treze Tílias and Serra Gaucha benefited the local population, promoting the development of tourism, strengthening economic activities and traditional social practices, stimulating the implementation of public policies or enhancing regional competitiveness. The analysis is based on discussions about globalization, competitiveness, territorial governance and how all these factors working together, allow the conformation of local productive arrangements of tourism in rural areas and its consequences in places that have been deployed. The empirical part of the research analyzes the cases of Bonito, Treze Tílias and Serra Gaucha, examples identified as productive agglomerations and work in rural tourism as a way to broaden and diversify the local tourist product. Through the analysis based on elements from diverse fields whose amplitude approach allowed the elements of economic, cultural and organizational, was possible to see how tourism operates in each of these locations and draw a profile with particular characteristics of each case. Thus, it is shown that the conformation of productive agglomerations with specific direction to the local agglomerations in tourism, whose actions involve activities in rural areas, allows the development of the activity, as some lines of the main factors that allow the development of the whole region.

Keywords: Tourism. Productive agglomerations. Territorial governance. Tourism in rural areas. Local productive arrangements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trajetória da Competitividade territorial dos APLs.....	68
Figura 2 – APL Tur no plano tridimensional do turismo	87
Figura 3 – Elementos do desenvolvimento do turismo e elementos do desenvolvimento regional	88
Figura 4 – Elementos da dimensão cultural do turismo	89
Figura 5 – Elementos da dimensão organizacional do turismo.....	90
Figura 6 – Mapa de localização de Bonito	95
Figura 7 – Regiões turísticas do Rio Grande do Sul	101
Figura 8 – Região turística Serra Gaúcha.....	102
Figura 9 – Região turística das Hortênsias	108
Figura 10 – Região turística Uva e Vinho	110
Figura 11 – Mapa do estado de Santa Catarina	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de capitais intangíveis.....	61
Quadro 2 – Semelhanças e diferenças entre aglomerados, <i>clusters</i> , <i>clusters</i> com aliança e APLs	82
Quadro 3 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 1	91
Quadro 4 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 2	92
Quadro 5 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 3	92
Quadro 6 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 4	92
Quadro 7 – Análise das regiões de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias segundo a dimensão ... econômica.....	124
Quadro 8 – Análise das regiões de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias segundo a dimensão cultural	136
Quadro 9 – Análise das regiões de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias segundo a dimensão organizacional	143
Quadro 10 – Relação da situação observada nas áreas pesquisadas com as características dos APLs	159
Quadro 11 – Principais atrativos turísticos de Bonito	168
Quadro 12 – Principais atrativos turísticos de Gramado	171
Quadro 13 – Principais atrativos turísticos de Bento Gonçalves.....	174
Quadro 14 – Principais atrativos turísticos de Treze Tílias.....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do município de Bonito – 1980 / 2010.....	96
Tabela 2 – Dados turísticos 1993 / 2001 – Bonito (MS).....	98
Tabela 3 – Frequência de visitantes por atrativo 2006/2010 – Bonito (MS).....	100
Tabela 4 – Dados socioeconômicos dos municípios da Região das Hortênsias – 2005.....	105
Tabela 5 – População do município de Gramado 1991/2010.....	107
Tabela 6 – População do município de Bento Gonçalves 1991/2010.....	107
Tabela 7 – Distância entre Bento Gonçalves e as cidades da Serra Gaúcha (km)	109
Tabela 8 – Número de meios de hospedagem da região das Hortênsias – 2005.....	111
Tabela 9 – Número de meios de alimentação da região das Hortênsias – 2005.....	111
Tabela 10 – Infraestrutura turística de Bento Gonçalves 2004/2010	112
Tabela 11 – População do município de Treze Tílias 1991/2010	117
Tabela 12 – Distância entre as cidades da região e Florianópolis (km)	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
APL TUR	Arranjo Produtivo Local de Turismo
ATRATUR	Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região
ATUASERRA	Associação de Turismo da Serra Nordeste
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo de Bonito
CONTTUR	Fundação de Turismo do Vale do Contestado
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
GRUPO GREMI	Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IER	Instituto Estrada Real
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
REDESIST	Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACS	Universidade Salvador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TURISMO, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	19
2.1 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	19
2.1.1 Um Novo Entendimento sobre a Noção de Território	19
2.1.2 Redes: uma Nova Territorialização?	22
2.2 COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DO TURISMO	28
2.3 TURISMO E GLOBALIZAÇÃO	30
2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL.....	34
2.5 TURISMO NO MEIO RURAL: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UM SEGMENTO GLOBALIZADO	37
2.5.1 Turismo e Desenvolvimento Local no Meio Rural	39
3 A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA TERRITORIAL ATRAVÉS DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS.....	57
3.1 MODELOS DE GOVERNANÇA	57
3.1.1 Governança Territorial.....	57
3.1.2 Governança no Turismo	68
3.2 AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS – <i>CLUSTERS</i> E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	71
3.2.1 Arranjos Produtivos Locais no Turismo	86
4 APLICAÇÃO DO CONCEITO DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS À GOVERNANÇA DO TURISMO: BONITO, SERRA GAÚCHA E TREZE TÍLIAS	94
4.1 BONITO	94
4.1.1 Caracterização Geral	94
4.1.2 Caracterização Demográfica	96
4.1.3 Infraestrutura de Acesso.....	97
4.1.4 Infraestrutura Turística.....	97
4.2 SERRA GAÚCHA	101
4.2.1 Caracterização Geral	101
4.2.1.1 Região das Hortênsias	102
4.2.1.2 Região Uva e Vinho	105
4.2.2 Caracterização Demográfica	106
4.2.3 Infraestrutura de Acesso.....	107
4.2.4 Infraestrutura Turística.....	111

4.3 TREZE TÍLIAS	113
4.3.1 Caracterização Geral	113
4.3.2 Caracterização Demográfica	116
4.3.3 Infraestrutura de Acesso.....	117
4.3.4 Infraestrutura Turística.....	117
5 AS CONTRIBUIÇÕES DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM BONITO, SERRA GAÚCHA E TREZE TÍLIAS.....	120
5.1 DIMENSÃO ECONÔMICA	121
5.2 DIMENSÃO CULTURAL.....	135
5.3 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE A – Atrativos turísticos das áreas pesquisadas	168
ANEXO A – Relação dos especialistas entrevistados.....	178

1 INTRODUÇÃO

O turismo vem se consolidando, cada vez mais, como uma atividade econômica capaz de promover riqueza e gerar desenvolvimento. Porém, o que se observa são alterações que ocorrem não só no quadro econômico, mas é uma atividade com força suficiente para acarretar profundas mudanças nos quadros social, cultural ou até mesmo ambiental de uma dada área. Mudanças que podem ser negativas e gerar impactos danosos, principalmente nos casos em que a população aparece apenas como espectadora do processo.

Novos entendimentos acerca da regionalização do turismo surgiram recentemente em que são apontadas tendências para a formação de redes, consórcios ou outros tipos de associações que permitam a formação de sistemas de governança em que os atores locais sejam os protagonistas do processo de desenvolvimento local.

Nesse contexto, também as teorias sobre aglomerações territoriais têm sido trazidas para o âmbito do turismo, a exemplo das discussões sobre *clusters*¹ e Arranjos Produtivos Locais (APLs), principalmente. Os arranjos produtivos locais, por sua vez, assemelham-se aos *clusters*, pois têm como objetivo promover a competitividade regional, estabelecendo entre os atores laços de cooperação, solidariedade e competição em um ambiente especializado em uma dada atividade.

Buscando entender a real contribuição desses novos modelos de governança territorial para a dinâmica da atividade turística, escolheu-se analisar destinos turísticos que atuam por meio da formação de arranjos produtivos locais no meio rural, como a região turística da Serra Gaúcha (RS) e os municípios de Treze Tílias (SC) e Bonito (MS), cujas associações vêm promovendo ações para a atuação conjunta, elaborando políticas voltadas para a regionalização e em conformidade com as atuais políticas nacionais de descentralização da gestão, mediante a instituição das instâncias de governança regionais. Os municípios e a região turística citados estão inseridos na pesquisa “Delineamento e Caracterização de um Sistema de Governança para o Desenvolvimento Turístico de Salvador – BA com Base em um Estudo Comparativo entre as Iniciativas de *Clusterização* de Turismo de Treze Tílias –

¹Nesta pesquisa optou-se por trabalhar os termos “Arranjos Produtivos Locais” e “Clusters” de forma diferenciada. Por “clusters” entende-se que são “concentrações geográficas e setoriais de empresas” com características similares, não contemplando outros atores, além das empresas, como instituição de ensino e pesquisa, financiamento, promoção, dentre outros (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 10). Por outro lado, conforme Lastres e Cassiolato (2003, p. 3), os arranjos produtivos locais “são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”.

SC / Bonito – MS / Serra Gaúcha – RS e Porto de Galinhas – PE”² (SILVA; SPINOLA, 2012), da qual esta autora participou e que motivou a realização desta dissertação. O relatório do citado trabalho será utilizado como fonte secundária para a elaboração desta pesquisa, em virtude de apresentar dados atuais sobre as realidades dos destinos, além de trazer informações obtidas junto à população residente, aos empresários e àqueles ligados diretamente ao planejamento e organização da atividade turística. O destino turístico Porto de Galinhas, abordado na pesquisa referenciada, foi desconsiderado no atual trabalho em razão de não atender ao requisito da ruralidade.

O meio rural é outro elemento basilar neste trabalho, porquanto entende-se que esse modelo de governança territorial pode proporcionar, para pequenas localidades rurais, condições de competitividade decorrentes de sua articulação cooperativa com outros destinos regionais. As três áreas – Treze Tílias (SC), Bonito (MS) e Serra Gaúcha (RS) – foram selecionadas por apresentarem aglomerações produtivas e por realizarem atividades praticadas no meio rural, porém com características singulares em cada um dos casos relacionados.

As novas diretrizes do turismo no Brasil apontam um caminho para pensar o destino em nível regional, de forma integrada, sustentável e participativa. Observando-se esse direcionamento das ações, propõe-se neste estudo a investigação dos arranjos produtivos de Bonito (MS), Serra Gaúcha (RS) e Treze Tílias (SC) como fatores capazes de promover o desenvolvimento do turismo nessas regiões. Dessa forma, elaborou-se a seguinte questão: Um arranjo produtivo local entendido como um modelo de governança territorial pode contribuir para promover o desenvolvimento turístico no meio rural?

Como objetivo geral, busca-se analisar de que forma a implantação das aglomerações produtivas nos municípios de Bonito e Treze Tílias, e na Serra Gaúcha beneficiaram a população local, seja promovendo o desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo atividades econômicas e práticas sociais tradicionais, seja estimulando a implantação de políticas públicas ou potencializando a competitividade regional.

Por outro lado, com os objetivos específicos procura-se trazer as seguintes contribuições a esta pesquisa:

- a) Analisar a importância das políticas públicas para a consolidação dos APLs;

²Pesquisa realizada sob a coordenação dos pesquisadores Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e Prof^a. Dr^a. Carolina de Andrade Spinola, da Universidade Salvador (UNIFACS).

- b) Analisar a participação de cada um dos grupos de agentes integrantes do APL;
- c) Analisar a importância da formação de *clusters*, redes, associações etc. para a integração regional e formação de uma identidade única;
- d) Apresentar as regiões estudadas, bem como as aglomerações produtivas nelas implantadas;
- e) Analisar a capacidade de promoção de desenvolvimento turístico com base na implantação das aglomerações produtivas dos municípios de Bonito e Treze Tílias, e da Serra Gaúcha.

Esta dissertação é uma pesquisa de caráter qualitativo, haja vista que Bogdan e Biklen (1994 apud BOAVENTURA, 2009, p. 56):

Caracterizam a investigação qualitativa como fonte direta de dados no ambiente natural, constituindo-se o pesquisador no instrumento principal; é uma pesquisa descritiva, em que os investigadores, interessando-se mais pelo processo do que pelos resultados, examinam os dados de maneira indutiva e privilegiam o significado.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o método indutivo, que se realiza seguindo três diferentes etapas, conforme Marconi e Lakatos (2010), que são a observação dos fenômenos, a descoberta de relação entre eles e a generalização da relação.

Como primeiro passo, observamos atentamente certos fatos ou fenômenos. Passamos, a seguir, à classificação, isto é, agrupamento dos fatos ou fenômenos da mesma espécie, segundo a relação constante que se nota entre eles. Finalmente, chegamos a uma classificação, fruto da generalização da relação observada. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 69).

As técnicas de pesquisa utilizadas foram pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste na revisão da literatura existente, como livros, dissertações, teses, artigos de periódicos, dentre outros tipos de publicações. Já a pesquisa documental baseia-se em fontes primárias, ou seja, principalmente arquivos públicos, como documentos oficiais, como relatórios de gestão, por exemplo, e arquivos particulares. É também uma pesquisa de cunho exploratório que, conforme Boaventura (2009, p. 57),

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. De modo geral, utilizam levantamento

bibliográfico; entrevista com pessoas que tiveram participação com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Na tentativa de entender como a implantação de um arranjo produtivo local de turismo pode promover o desenvolvimento turístico de uma dada área, esta dissertação realiza a análise por meio da elaboração de um estudo de múltiplos casos, cujo “poder diferenciador é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações –, além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional” (YIN, 2005, p. 26-27), como pesquisas qualitativas, revisão bibliográfica, entre outros. O estudo de caso é uma estratégia utilizada por pesquisadores que pode ser aplicada principalmente para “descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre” (YIN, 2005, p. 27), o que corrobora a proposta da pesquisa, que tem como uma das suas principais referências a pesquisa “Delineamento e Caracterização de um Sistema de Governança”, mencionada anteriormente, que realizou pesquisa de campo com objetivo de levantar informações com os residentes, empresários e profissionais envolvidos com o planejamento e a organização do turismo nas localidades citadas.

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso – que possibilita ao pesquisador optar por elaborar uma análise de caso único ou de múltiplos casos – permite que o investigador possa realizar uma pesquisa de forma bastante abrangente, enfrentando situações que se propõem a investigar “um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2005, p. 32). Com relação aos projetos de múltiplos casos, Yin (2005, p. 68) menciona algumas vantagens em relação aos projetos de único caso, como, por exemplo, o fato de as “evidências resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes”, pois as conclusões serão baseadas em dois ou mais casos cujos contextos, por mais que apresentem realidades diferentes, a partir de um dado momento da análise, convergirão para um ponto central, permitindo ao pesquisador a percepção dos casos em um universo mais abrangente e rico em possibilidades. Entendendo esse fato, optou-se por essa estratégia como a melhor forma de realizar esta pesquisa.

No transcorrer desta dissertação algumas dificuldades foram encontradas, principalmente no que tange ao acesso a informações a respeito dos três locais pesquisados. A necessidade de atualização das informações, muitas delas extraídas do relatório coordenado por Silva e Spinola (2012), além da obtenção de novos dados que pudessem enriquecer as análises ficou parcialmente prejudicada, pois muitas dessas informações não se encontram disponibilizadas pelas fontes oficiais.

Quanto à sua estrutura, esta dissertação divide-se em seis capítulos: no primeiro, esta introdução, se faz uma apresentação do tema, apresentação da problematização e do objetivo, além da descrição dos procedimentos metodológicos adotados.

O capítulo dois aborda a questão da globalização, seus impactos nas estruturas econômicas e produtivas e suas consequências na conformação dos novos territórios turísticos. Aborda-se ainda a forma como as políticas públicas de turismo vêm sendo tratadas no Brasil e, mais recentemente, a participação do turismo nas políticas públicas do Nordeste, em que a atividade passa a ser vista como uma ferramenta capaz de reduzir as desigualdades regionais. O meio rural é tratado nesse capítulo, sendo analisado como uma forma de turismo alternativo com capacidade de promover alterações mais efetivas no quadro socioeconômico da população ali estabelecida.

No terceiro capítulo são analisados os modelos de governança, como determinantes da competitividade turística territorial e destacando a interface dos sistemas de governança com o turismo. Realiza-se também uma abordagem sobre aglomerações produtivas, com destaque para os *clusters* e os arranjos produtivos locais, bem como as aglomerações voltadas para o turismo e alguns exemplos de modelos que podem ser aplicados para a identificação e classificação de aglomerações produtivas no turismo.

No capítulo quatro são apresentados os destinos escolhidos para análise nesta dissertação. Nele se faz uma caracterização dos principais elementos – geográficos, históricos, culturais, demográficos – que servirão de base para a discussão do capítulo seguinte, possibilitando uma visão mais ampla a respeito do quadro de cada um dos locais analisados.

O quinto capítulo trata de verificar se os sistemas de governança observados em cada um dos destinos realmente configuram-se como Arranjos Produtivos Locais e quais as suas reais contribuições para promover o desenvolvimento do turismo nas regiões analisadas. A análise é feita por meio do modelo elaborado por Edegar Tomazzoni (2007) na sua Tese de Doutorado, em que alguns dos principais elementos que compõem um arranjo produtivo local estão elencados, verificando-se se satisfazem ao modelo descrito. O modelo proposto por Tomazzoni (2007) abrange variadas áreas relacionadas ao desenvolvimento turístico, que ele divide em três dimensões: econômica, cultural e organizacional.

O sexto e último capítulo apresenta as considerações finais a respeito da pesquisa, bem como as conclusões que a autora alcança. Não esgotando, porém, todas as possibilidades sobre o tema analisado, deixando possibilidades para que outros pesquisadores possam mergulhar no tema, propondo novas discussões sob novas perspectivas.

2 TURISMO, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo faz-se uma abordagem acerca das implicações do processo de globalização sobre as novas dinâmicas territoriais, e a forma como as empresas se reorganizam segundo a ótica globalizante. Nesse contexto o turismo se insere e os locais turísticos buscam cada vez mais se tornar competitivos. Os meios rurais entram criando novas possibilidades de diferenciação e singularidade, características cada vez mais apreciadas em um mundo globalizado.

2.1 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2.1.1 Um Novo Entendimento sobre a Noção de Território

O século XX representou um período de grandes transformações na história da humanidade. Foram mudanças registradas no âmbito social, político e, principalmente, econômico. A globalização foi um marco para a constituição desse novo cenário, que rompeu barreiras nacionais, consolidando outro panorama, em que as atividades econômicas passaram a prevalecer no tocante às decisões político-administrativas. Essas alterações começaram a ser registradas logo após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na década de 1950, mas se consolidaram mesmo já nas últimas décadas do século XX. Castells (1999, p. 142) defende que as novas tecnologias da informação e da comunicação contribuíram para a alteração do cenário global, além da “ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e de liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais”.

A economia global irá afetar direta ou indiretamente todos os habitantes do planeta, porém alguns serão mais atingidos que outros. A posição ocupada por cada país, segundo a divisão internacional do trabalho, irá determinar em que medida eles serão alcançados pelos efeitos da globalização. Em razão de uma forte concentração de recursos, dinamismo e riqueza em determinados territórios, a população, seguindo a tendência da economia, passa a segmentar-se, fazendo com que aumente a desigualdade e a exclusão social.

Esse padrão de segmentação caracteriza-se por um movimento duplo: de um lado, segmentos valiosos dos territórios e dos povos estão ligados nas redes globais de geração de valor e de apropriação das riquezas; por outro lado, tudo, e todos, que não tenham valor, segundo o que é valorizado nas redes, ou deixa de ter valor, é desligado das redes e, finalmente, descartado. (CASTELLS, 1999, p. 175).

As redes passam a ser instrumentos que ora conectam, ora desconectam “indivíduos, grupos, regiões e até países de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas” (CASTELLS, 1999, p. 41). Santos (2000) esclarece que o processo de globalização encontra também dificuldades para se difundir em virtude da grande diversidade das pessoas e dos lugares. Contrariando o discurso de que a globalização tende a gerar homogeneização, Milton Santos argumenta ainda que na medida em que gera escassez, cria desníveis, e esses desníveis irão reforçar o caráter de heterogeneidade do processo (SANTOS, 2000).

Santos (2000) ainda utiliza a metáfora das velocidades como paradigma dos tempos atuais, explicando a necessidade de se entender as diversas velocidades que vêm atuando simultaneamente. As empresas hegemônicas, quando instaladas em um dado território, impondo a sua ótica global no âmbito local, fazem com que as instituições e os agentes públicos se reorganizem segundo sua lógica de operacionalização. Porém, as micro e pequenas empresas locais nem sempre conseguem se adequar aos novos padrões estabelecidos, pois possuem velocidades diferentes daquela representativa da lógica global, correndo o risco de ficarem cada vez mais à margem do processo.

O funcionamento dos espaços hegemônicos supõe uma demanda desesperada de regras; quando as circunstâncias mudam e, por isso, as normas reguladoras têm de mudar, nem por isso sua demanda deixa de ser desesperada. Tal regulação obedece à consideração de interesses privatísticos. Já o cotidiano supõe uma demanda desesperada de Política, resultado da consideração conjunta de múltiplos interesses. (SANTOS, 2000, p. 127).

Santos (2000) fala também da fluidez existente nos processos globais, que ele classifica de fluidez virtual e fluidez efetiva. A primeira é mais democrática, pois os novos sistemas técnicos e da informação possibilitaram o alcance mais amplo a um número maior de instituições. Contudo, no segundo caso, poucos agentes terão as reais possibilidades de utilizá-la, pois, segundo o autor, ela está no imaginário e na ideologia, apresentando-se como um bem comum, porém poucos serão os detentores efetivos da velocidade. Esses, por sua vez, procuram induzir os demais agentes a seguirem no mesmo ritmo por meio, principalmente, da disseminação de infraestruturas nos lugares e da promessa de que irão dar suporte à realização de suas atividades. Todas as formas de relações existentes anteriormente à instalação das empresas são ignoradas e “convidadas” a se adaptarem às novas formas de ser e agir, gerando novas realidades e distorcendo o panorama existente, com riscos de quebra da solidariedade

social. Para descrever o quadro resultante desse processo, o mesmo autor utiliza a palavra “fragmentação”, pois quando os atores hegemônicos produzem uma ordem em causa própria, criam uma desordem para todo o resto, pois as ações individuais não são coordenadas com ações, por exemplo, do poder público local, descoordenando as ações locais e reduzindo as “possibilidades do exercício de uma busca de sentido para a vida local.” (SANTOS, 2000, p. 86).

Nesse sentido, Santos (2000, p. 85) traz a discussão das solidariedades verticais e horizontais, que tenderão a ser diluídas, ou, ainda, a solidariedade horizontal substituída pela solidariedade vertical, “cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno”. Aqui, o autor relaciona a questão da solidariedade encontrada nas horizontalidades com as possibilidades de mudança das estruturas hegemônicas vistas a partir do âmbito do território em escala local. Para Santos (2000), os espaços são constituídos de fixos e de fluxos, sendo os fluxos constituídos do tempo real determinado pelas empresas hegemônicas existentes. As verticalidades encontram aí um modelo ideal para se reproduzirem, pois, segundo sua lógica, “o território pode ser visto como um recurso, justamente a partir do uso pragmático que o equipamento modernizado de pontos escolhidos assegura.” (SANTOS, 2000, p. 108). A fluidez observada nesse processo exige uma velocidade dos atores participantes que, na maioria das vezes, é compatível com a lógica do capital hegemônico e acaba por se tornar cruel com aquelas empresas à margem do processo.

Além dos fixos e dos fluxos, outro par de categorias de análise espacial adotada por Santos (2000) é a configuração territorial e as relações sociais. O primeiro elemento – a configuração territorial – tem uma existência material própria, que está atrelada às obras construídas pelos homens. A configuração territorial “é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.” (SANTOS, 1996, p. 51). Dessa forma, Santos (1996) entende que o espaço é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações que atuam de forma solidária, indissociável, mas também contraditória, resultante de processos históricos que nele ocorrem.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 1996, p. 52).

Nesse sentido, Santos (2000) retoma a discussão sobre os usos dos territórios. Estes são compartimentados pelas grandes empresas que buscam fazer uso dos territórios de acordo com os seus objetivos e em razão dos seus fins. O território pode ser considerado o local em que há uma relação direta com a identidade de uma dada população e com o sentimento de pertencimento, na medida em que a população entende que ali, naquele espaço, está o local do seu trabalho, da sua residência e das trocas materiais e espirituais da vida. O território assume, portanto, o papel de um espaço vivido onde é possível reavaliar as heranças e levantar questionamentos sobre presente e futuro. Aqui, Santos (2000, p. 111) explica que a sociedade, bem como o território no qual está localizada, buscam um sentido para a sua existência. O território traz no seu bojo “um aporte de vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel”. Dessa forma, cabe ao lugar uma ação de oposição aos processos que nele se sucedem, como a globalização.

A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países. (SANTOS, 2000, p. 113).

2.1.2 Redes: uma Nova Territorialização?

Como contraponto, surge a noção de desterritorialização, mencionada por Ianni (2002), que remete às novas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais em formação, segundo os padrões globais atuais que não possuem uma localização determinada, mas, ao contrário, podem estar em qualquer lugar, região ou nação. Dessa forma, Ianni (2002, p. 100) entende que

Há coisas, pessoas e ideias desterritorializando-se todo o tempo. As relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, antagonismo e integração, parecem desenraizar-se. Há fatos sociais, econômicos, políticos e culturais ocorrendo perto e longe, não se sabe onde. Manifestam-se em diferentes lugares, situações, significados, de tal maneira que produzem a impressão de que vagam por distintas regiões, nações, continentes. Um processo que está evidente no vasto espaço do mercado, na ampla circulação de ideias, na intensa movimentação das pessoas.

O processo de desterritorialização está intimamente relacionado ao desenraizamento, contido já no próprio processo de globalização, que desenraiza as coisas, as gentes e as ideias. E, à medida que tudo se desenraiza, passa a predominar a tendência do espaço global e da sociedade global. Desse processo resulta, ainda, a produção do fetichismo, do simulacro que atinge coisas, gentes e ideias, das relações sociais, modos de ser, pensar, imaginar (IANNI, 2002).

A busca da identidade, coletiva ou individual, torna-se algo relevante para uma parcela da população, que vive nesse período histórico de relações inconstantes, de “desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras.” (CASTELLS, 1999, p. 41). As sociedades atuais, segundo o autor, estão estruturadas numa posição bipolar entre a Rede e o Ser. Se, por um lado, as redes conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e países, por outro, permitem ainda uma solidariedade, que Santos (1996) caracteriza em três níveis: mundial, dos territórios dos Estados e do local. Em nível mundial, sua concretização se dá por meio das redes: “As redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo.” (SANTOS, 1996, p. 215).

Por outro lado, na contemporaneidade, o termo “rede” vem sendo utilizado para definir situações das mais diversas, gerando imprecisões e ambiguidades. Curien (1988 apud SANTOS, 1996, p. 209) retrata a rede como

Toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território, onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.

Os lugares, seguindo os novos padrões, entram numa espécie de “guerra”, utilizando as atuais vantagens comparativas, mas criam novas, na tentativa de se manterem sempre atrativos. Para tanto utilizam dos seus recursos materiais e imateriais, buscando realçar a imagem do lugar para ampliar a sua valorização. Para que as redes exerçam significados, devem ser feitas por e pelas pessoas, mensagens e valores que as frequentam, sem os quais poderá ser considerada uma mera abstração. Nas relações entre as redes e os territórios, Santos (1996) apresenta dois enfoques: um genético – em que são vistas como um processo – e um atual – entendidas como um dado da realidade atual.

Santos (1996) estabelece três períodos distintos da existência das redes: período pré-mecânico, período mecânico intermediário e a fase atual. O segundo período corresponde ao que se pode chamar de modernidade, em que as redes teriam a função de “corrigir” e “melhorar” os territórios. A fase atual, chamada de pós-modernidade, que Santos (1996) classifica como período técnico-científico-informacional, em que os seus suportes estão divididos entre o território, as forças naturais dominadas pelo homem e as forças contidas nos objetos técnicos, tem na imagem do computador um dos seus maiores ícones.

No segundo momento da consolidação das estruturas das redes no mundo moderno, sua expansão ainda é limitada a alguns fins. Com a colonização de países pelos grandes impérios, as redes se mundializam, porém de forma restrita, limitada. É nesse terceiro estágio de desenvolvimento das redes, com os grandes avanços da ciência e da tecnologia, que “se impõe o caráter deliberado na constituição de redes.” (SANTOS, 1996, p. 211). Para Castells (1999), nos últimos 25 anos do século XX surge, de fato, a economia em escala global, que ele chama de informacional, global e em rede.

Uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/ conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede, e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto. (CASTELLS, 1999, p. 119).

As redes, para Santos (1996, p. 212), podem ser consideradas como “os mais eficazes transmissores do processo de globalização”. Suas estruturas diversificam-se e tornam-se cada vez mais globalizadas, como as redes produtivas, de comércio, de transporte, de informação, dentre outros. O papel de integração representado pelas redes, além de funcional e territorial, apresenta consequências como “intensificação das especializações, por novas divisões espaciais do trabalho, maior intensidade do capital, circulação mais ativa de mercadorias, mensagens, valores e pessoas, maior assimetria nas relações entre os atores.” (MARTIN LU, 1984 apud SANTOS, 1996, p. 215).

Outro ponto que está atrelado à questão das redes é o seu caráter dialético, pois estas podem ser entendidas como local e global ao mesmo tempo, compostas por sociedades, territórios e formações socioeconômicas locais, nacionais e supranacionais. As cidades locais possuem o comando técnico do trabalho local, segundo a lógica da divisão territorial do trabalho. Já as cidades que estão localizadas numa hierarquia superior do sistema urbano, detêm o controle político, dos movimentos, da circulação, distribuição e regulação. Dessa forma, as cidades locais mantêm certo controle sobre a técnica, porém um controle remoto relacionado à política da produção. Essas redes técnicas representam um dos suportes para a competitividade, que, por sua vez, devem ser eficazes o suficiente a ponto de permitir a fluidez para a circulação de ideias, produtos, dinheiro e demais elementos que interessam aos agentes hegemônicos (SANTOS, 1996).

Para Harvey (2007), a forma como o trabalho passou por um processo de “disciplinação” para permitir a acumulação capitalista ocorreu de modo que envolveu uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, que na verdade envolvem elementos que extrapolam o âmbito laboral para atingirem toda a sociedade. O autor diz ainda que elementos como educação, treinamento, persuasão, mobilização de sentimentos sociais e propensões psicológicas se fazem presentes na formação das ideologias dominantes que os meios de massa se encarregam de cultivar e disseminar, além das instituições religiosas e educacionais, bem como setores do aparelho do Estado.

Já no período pós-guerra, conforme Harvey (2007), que abrangeu o período entre os anos de 1945 e 1973, várias práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e de configurações do poder político-econômico foram utilizadas. Após esse período foi registrada uma situação de fluidez e de incertezas, com processos de trabalho e mercados mais flexíveis, mobilidades geográficas e mudanças nos hábitos de consumo.

A busca incessante por técnicas mais eficazes e novas tecnologias permite que se ultrapassem as barreiras da fluidez de forma contínua e permanente, e que atividades mais competitivas sejam atraídas para que os locais mantenham-se competitivos. Os organismos públicos buscam maximizar a sua competitividade, bem como sua lucratividade, fazendo com que “suas” empresas conquistem cada dia mais fatias de mercado. Santos (2000) defende que a competitividade se dá muito mais entre empresas do que entre nações. Castells (1999) lembra ainda que o desempenho competitivo das empresas está estreitamente relacionado com sua capacidade de inovação. Para se obter um quadro de ambiente inovativo, as empresas costumam investir em pesquisa e desenvolvimento e utilizam desse conhecimento adquirido para ampliar sua penetração nos mercados. Dessa forma, conforme o autor, “as empresas

multinacionais e suas redes de produção são, ao mesmo tempo, instrumentos de domínio tecnológico e canais de difusão tecnológica seletiva.” (CASTELLS, 1999, p. 167).

A ocorrência dos processos de inovação está diretamente atrelada aos ambientes urbanos, onde há uma maior dinâmica e estrutura mais estabelecida que permita às empresas o investimento em pesquisas. Há que se fazer uma ressalva quanto à concentração do conhecimento gerado pelas empresas: localidades e países menos desenvolvidos permanecem subordinados, pois nas áreas de maior dinamismo econômico haverá uma tendência à retroalimentação dos investimentos, gerando um aumento nas disparidades sociais e econômicas entre as regiões. Diniz e Gonçalves (2005, p. 133) explicam que “Esta é a ironia da globalização: amplia e integra o mercado, mas, ao mesmo tempo, o processo de inovação continua baseado em regiões ou localidades, as quais se tornam fator-chave e estratégico na competição”.

Os autores seguem relacionando as inovações e os seus efeitos com o alcance do desenvolvimento regional/local. Em virtude da integração dos agentes às redes, fica cada vez mais difícil para as empresas manter a exclusividade dos conhecimentos técnicos. Dessa forma, a busca incessante pela competitividade, bem como as constantes inovações criam oportunidades que, por sua vez, irão promover uma diferenciação frente a outras regiões e um aporte maior de investimentos será destinado às áreas mais privilegiadas. Uma vez que as empresas ali instaladas saibam estabelecer as vantagens comparativas, especializando-se nos atributos específicos da região, elas estarão contribuindo para a formação dos seus “padrões evolucionários” próprios. As redes de inovação formadas pelos atores locais são fruto da comunicação, cooperação e coordenação desses atores, que atuam como elementos facilitadores do processo de inovação (DINIZ; GONÇALVES, 2005).

O paradoxo do desenvolvimento aparece aqui na medida em que surge de forma concentrada em um determinado espaço. Enquanto algumas áreas restritas do território beneficiam-se com a concentração de investimentos em infraestruturas, o que, por sua vez, irá gerar uma concentração de renda e de riqueza, outras sofrem com um quadro de estagnação, caracterizado principalmente pelo desemprego constante e crescente e, portanto, na ausência de renda. O crescimento econômico não deve ser confundido com desenvolvimento econômico; nesse sentido, para exemplificar, Souza (1999) cita o crescimento da economia, que pode ocorrer apresentando taxas elevadas, mas que nem por isso implicará na redução dos níveis de desemprego, na velocidade desejada, uma vez que outros fatores também influenciam diretamente o desemprego, como, por exemplo, a robotização e informatização

do processo produtivo. Souza (1999, p. 20) explica ainda que “o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente”.

Entende-se aqui por desenvolvimento, como algo que promove mudanças estruturais sociais e econômicas, nessa perspectiva, conforme definido por Souza (1999, p. 22),

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos e sociais. Compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.

Um quadro difícil de ser revertido, pois se percebe a formação de um ciclo em que as ações convergem para a sua consolidação, tanto no que tange ao desenvolvimento, quanto ao subdesenvolvimento. Souza (1999, p. 29) continua:

As empresas tendem a se concentrar nos centros mais bem dotados de infraestrutura e aumentam as desigualdades regionais. O lento crescimento do emprego no setor privado leva os governos a expandirem seus quadros de funcionários, o que aumenta o déficit público. O crescimento das despesas com pessoal e com o pagamento da dívida interna e externa reduz ainda mais a capacidade de investimento público, deteriorando de maneira cumulativa a oferta de infraestruturas econômicas e sociais, como estradas, energia, telefones, saneamento básico, educação, segurança, etc.

Mesmo nos países desenvolvidos, a industrialização ocorrida em determinadas áreas promoveu uma situação de disparidades regionais, como no caso da França, por exemplo, em que as regiões de Paris, Lyon e o Norte do país apresentavam, até a década de 1970, uma forte concentração industrial, enquanto a Bretanha, no Oeste, caracterizava-se por ser uma região essencialmente agrícola, e com altas taxas de desemprego nas cidades. Na Itália, as disparidades aparecem entre o Norte – industrializado – e o Sul – agrícola –, porém com desníveis ainda mais acentuados e que perduram até os dias atuais (SOUZA, 1981). O autor acredita que “Os problemas regionais nascem de disparidades engendradas pela difusão desigual do processo de crescimento no conjunto do espaço econômico nacional. Economias externas nas regiões mais ricas drenam fatores das regiões mais pobres.” (SOUZA, 1981, p. 5).

Dessa forma, percebe-se a importância das políticas públicas, que devem agir no sentido de adotar medidas que visem, principalmente, estimular o crescimento das regiões em que o desenvolvimento vem se apresentando insuficiente. O crescimento desigual entre as regiões, a distribuição dos mercados, dos recursos e das produções, vem sendo objeto de

estudo da economia regional, que aponta os movimentos migratórios entre as regiões como um indicador das disparidades. As pessoas com menores salários deslocam-se para aquelas localidades onde são pagos salários mais elevados, acelerando o crescimento da região de destino e reduzindo o da região de origem, aumentando, assim, as desigualdades (SOUZA, 1981).

2.2 COMPETITIVIDADE TERRITORIAL DO TURISMO

Segundo Kupfer (1992), o debate sobre competitividade abrange enfoques dos mais variados, dificultando a formulação de um conceito mais definido sobre o termo. Haguenaer (1989 apud KUPFER, 1992, p. 2) estabelece uma divisão em dois grupos distintos para facilitar a compreensão da competitividade, de acordo com estratégias semelhantes:

- i) competitividade como desempenho - nessa vertente, a competitividade é de alguma forma expressa na participação no mercado (market-share) alcançada por uma firma em um mercado em um momento do tempo. A participação das exportações da firma ou conjunto de firmas (indústria) no comércio internacional total da mercadoria apareceria como seu indicador mais imediato, em particular no caso da competitividade internacional.
- ii) competitividade como eficiência - nessa versão, busca-se de alguma forma traduzir a competitividade através da relação insumo -produto praticada pela firma, isto é, na capacidade da empresa de converter insumos em produtos com o máximo de rendimento. Nessa versão eficiência, a competitividade é associada à capacidade de uma firma/indústria de produzir bens com maior eficácia que os concorrentes no que se refere a preços, qualidade (ou a relação preço-qualidade), tecnologia, salários, e produtividade, estando relacionada às condições gerais ou específicas em que se realiza a produção da firma/indústria vis a vis a concorrência.

No primeiro caso, conforme Kupfer (1992, p. 2), a posição competitiva das empresas está relacionada com a demanda de mercado, ou seja, a competitividade é altamente dependente de fatores subjetivos, como os “qualificativos de autêntica (aumento de produtividade via progresso técnico) ou espúria (baixos salários, taxa de câmbio, subsídios)”. A competitividade no mercado internacional não ocorre apenas por meio de firmas, mas de sistemas produtivos, pois existem ainda externalidades como o sistema educacional, a infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, o aparato institucional público e privado e o sistema financeiro, dentre outros que interferem diretamente no desempenho das firmas (FAJNZYLBBER, 1988 apud KUPFER, 1992).

No segundo caso – competitividade como eficiência –, são as próprias firmas que escolhem as estratégias utilizadas que deverão estar submetidas “às restrições impostas pela sua capacitação tecnológica, gerencial, financeira e comercial.” (KUPFER, 1992, p. 2). Nesse

caso, entende-se que a eficiência da competitividade depende do domínio de técnicas mais produtivas, que habilitará a empresa a competir com sucesso, o que, por sua vez, irá colocar esses fatores como causa da competitividade, o que o diferencia da primeira estratégia, em que a competitividade aparece não como causa, mas como consequência do processo.

Conforme Vale (2007, p. 160), as teorias organizacionais mais tradicionais consideravam as firmas de forma isolada, “como entidades autônomas, inseridas em um determinado ambiente”. Porém, abordagens mais recentes percebem que a capacidade competitiva da empresa está relacionada com um contexto muito mais amplo, “constituído por um grupo empresarial, uma rede de empresas, uma cadeia de suprimentos ou um determinado território.” (VALE, 2007, p. 160). Nesse contexto, a questão territorial assume novos papéis em que o território é tratado como um grande complexo produtivo e um espaço privilegiado, onde as empresas nele instaladas terão possibilidade de interagir, cooperar e competir entre si. Dessa forma, entende-se que a competitividade das empresas está diretamente relacionada à competitividade do próprio território. A dimensão regional ganha destaque no cenário mundial, pois passa a ser entendida como uma importante fonte de vantagens competitivas.

Rodriguez Dominguez e Guisado (2003), ao analisarem a competitividade do setor turístico, defendem que ela está diretamente relacionada com a capacidade das empresas de atrair turistas, de uma forma tal que o destino possa compensar os custos investidos inicialmente para a promoção e desenvolvimento da atividade. Conforme os autores, as empresas que estão localizadas em um destino competitivo deverão aproveitar-se das vantagens oferecidas pelo local, prioritariamente. Depreende-se daí que o fato de uma empresa escolher um determinado local para instalar-se representa, conseqüentemente, a existência de empresas competitivas do setor em que ela está inserida.

Rodriguez Dominguez e Guisado (2003) apresentam um modelo de competitividade de destinos turísticos, elaborado por Crouch e Ritchie no ano de 1997, em que a competitividade de um destino depende diretamente de três diferentes fatores: fatores de atração, fatores de suporte e fatores de recursos. Como fatores de atração, podem-se citar a fisiografia, a cultura, os laços de mercado, as atividades, os acontecimentos e a superestrutura. Esses requisitos compõem os elementos primários de um destino. Conforme Rodriguez Dominguez e Guisado (2003, p. 7), a sua existência se converte “em condição necessária, mas não suficiente na consecução do êxito competitivo de um destino”. E por fatores de suporte e de recursos, entende-se a infraestrutura, acessibilidade, recursos facilitadores e o espírito empresarial.

Dessa forma, os autores defendem que, para garantir o êxito do destino, devem-se desenvolver as atividades que possam reforçar a imagem de todo o atrativo, ou seja, “os recursos naturais, os fatores de atração e melhorar a qualidade e efetividade dos fatores de suporte, adaptando-os às restrições do destino (segurança, custo e distâncias com os países emissores).” (RODRIGUEZ DOMINGUEZ; GUIADO, 2003, p. 7).

2.3 TURISMO E GLOBALIZAÇÃO

As alterações no mundo no período pós-guerra, registradas principalmente com a expansão do capitalismo, promoveram situações em que foi possível observar mudanças nos hábitos e costumes de vida e questionamentos sobre a formação da “aldeia global”. De forma acrítica, segundo Coriolano (1998, p. 36), foi inventado um mundo globalizado, que tem na “eficiência técnica, na racionalidade do homem, na neutralidade científica, no progresso e no desenvolvimento” os seus principais vértices, excluindo-se o homem do centro do processo.

Na prática, a globalização é percebida pela interdependência entre nações e pelas trocas realizadas por elas de bens, serviços, informações e comunicações. O turismo integra-se nesse sistema, pois representa o fluxo do capital e do comércio e do intenso intercâmbio cultural. Segundo Beni (2003a), o turismo pode ser considerado a segunda atividade mais globalizada, em razão de suas características, perdendo apenas para o setor de serviços financeiros.

A globalização do turismo é resultante principalmente dos seguintes fatores: aumento da liberalização do comércio mundial, incorporação de novas tecnologias como a informática e as telecomunicações, integração horizontal e vertical das empresas de turismo, difusão territorial do consumo e flexibilização do trabalho nos diversos setores produtivos, incluindo o próprio setor do turismo. (BENI, 2003a, p. 19).

Para Beni (2003a), a globalização pode favorecer a inserção dos países emergentes na economia internacional, já que o turismo receptor é realizado nos locais de origem. As novas tecnologias promoveram também novos padrões de gestão e de organização da produção, da distribuição, do consumo e da competitividade. Apesar de seus efeitos cruéis, principalmente sobre as nações em desenvolvimento, a globalização permite, por outro lado, novas possibilidades para os pequenos e médios empresários por meio de uma articulação em redes de negócios cooperativos.

Beni (2003a) defende ainda que o crescimento constante do turismo internacional favoreceu a aceleração do processo de globalização em países como Brasil, Índia, Rússia e

China, que passaram por profundas transformações nos seus mercados internos, que, por sua vez, ocorreram com base “nas diferentes vocações turísticas regionais e nas diversas motivações políticas e sociais dos agentes institucionais públicos e privados, como também nos atores sociais e na participação da população das comunidades envolvidas.” (BENI, 2003a, p. 28). Além de grandes mercados receptores do fluxo turístico internacional, essas nações estão se destacando no mercado turístico, pois estão ocupando espaço no *ranking* dos principais países emissores de turistas.

Em resposta a essas alterações no mercado internacional, novas estratégias foram desenvolvidas pelos países em desenvolvimento, buscando identificar, desenvolver e comercializar o turismo de base local mediante a formação de *clusters* e redes corporativas de empresas. Segundo Beni (2003a, p. 29), “esse cenário de cooperação ganha um sentido maior quando os custos de transferência, de *know-how* e de transação da cooperação não forem maiores que as economias de escala e o objetivo da operação”. Dessa forma, Beni (2003a, p. 30) formula um importante questionamento: “que nível de crescimento pode ser considerado ideal e sustentável em função da região em consideração?”. De acordo com o autor,

[...] os fatores determinantes do crescimento do turismo no sistema de competição global são, na realidade, as forças criativas do mercado. Essas forças compreendem um círculo ininterrupto de componentes que, em conjunto, determinam o ritmo de desenvolvimento da atividade turística. São fatores de produção que significam o acesso aos recursos; a inovação; os mecanismos de criação envolvendo capital humano, pesquisa e aplicações; a quantidade e a qualidade dos produtos; o tamanho e as redes de empresas; e, no aspecto institucional, constituem o sistema de incentivos e financiamentos oferecidos pelo poder público. (BENI, 2003a, p. 30).

Segundo Beni (2003a, p. 98), o contexto atual é de constantes transformações e exigem que o mercado, para se manter competitivo, ofereça cada vez mais produtos inovadores e com novas formas de gestão, buscando um “modelo empreendedor, de corresponsabilização social e solidária, a que o Estado deve prestar decisiva colaboração em conjunto com as empresas privadas e as organizações sociais”. Beni (2003a, p. 98) diz ainda que

A proposição de um sistema integrador, ágil e instrumentalizado deve ser capaz de conciliar diversidades territoriais e rivalidades intermunicipais numa mesma região, para obtenção de maior equilíbrio e competitividade regional, e de assegurar a correta aplicação dos investimentos públicos na super e infraestrutura de apoio ao turismo para a promoção do desenvolvimento sustentável ambiental, econômico, social e político-institucional, juntamente com a consequente e necessária orientação aos empreendimentos da iniciativa privada.

O nível de competitividade de um território está relacionado, segundo Beni (2003a), à sua capacidade de criação de novos elementos associados aos instrumentos de produção; no caso relacionado ao turismo, os elementos incorporados deverão gerar valor agregado aos destinos. Para Coriolano (1998), é importante que os países integrem-se ao processo de globalização de forma planejada, para que não se tenha um agravamento do quadro de desemprego, geração de pobreza e desigualdade, mas que estejam preparados para se modernizar, produzir e competir. Benko (1994 apud CORIOLANO, 1998, p. 39) apresenta quatro diferentes situações que correspondem à forma pela qual as comunidades turísticas absorvem o processo de globalização:

1. O sistema como meios inovadores, que controlam as forças micro e macro da globalização e que as puseram a serviço de seu próprio desenvolvimento;
2. Os sistemas como meios dinâmicos, que conseguem se organizar para tirar partido das oportunidades e que conheceram, por isso mesmo, desenvolvimentos notáveis chegando a dominar forças mais avançadas de inovação tecnológico-organizacional;
3. Os pseudo-sistemas territoriais, assim qualificados porque, não tendo dinâmica autógena, seus *milieux* são desestruturados, sofrem as políticas das multinacionais e dos Estados, com fortunas diversas e resultados ambivalentes;
4. Os sistemas cuja dinâmica é totalmente mantida de maneira exógena.

A atividade turística requer uma gama de profissionais de diversas áreas atuando conjuntamente para sua operacionalização, em razão, principalmente, de se tratar de um setor de prestação de serviços. Além disso, vem promovendo a geração de emprego e renda para um número cada vez maior de pessoas, ampliando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) e na população economicamente ativa. Beni (2003a) sugere que é necessário que se comercialize roteiros turísticos por meio de integração empresarial, podendo, assim, reduzir os custos das viagens aos destinos turísticos nacionais.

Alguns autores, como Phillips (1998 apud BENI, 2003a), trazem o termo “nova regionalização do turismo”, referindo-se àquelas regiões que irão atender as novas demandas dos turistas por espaços interiores em virtude, principalmente, da emergência de modalidades de turismo consideradas alternativas, como o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico e o ecoturismo, entre outros, que, por sua vez, representam novas possibilidades de desenvolvimento para determinadas regiões.

No Brasil, o problema dos desequilíbrios regionais reside na concentração econômica em áreas privilegiadas, ampliando as diferenças entre as regiões. As áreas marginalizadas tornam-se cada vez mais carentes de atenção do poder público, gerando uma necessidade de

implantação de investimentos públicos econômicos, sociais e ambientais nessas regiões (BENI, 2003a).

O turismo está estreitamente relacionado ao consumo do espaço para que se concretize como atividade; nenhuma outra atividade o consome como o turismo, e é dessa forma que esta atividade distingue-se das demais. Desse modo, observa-se um processo de transformação dos territórios, redefinindo usos e criando novas possibilidades de inserção para lugares considerados *a priori* excluídos do contexto da lógica de produção (CRUZ, 2001). Porém não são apenas os atributos naturais que permitem uma apropriação dos espaços pelo turismo, mas deve haver uma convergência de diferentes fatores, como os sociais, econômicos e culturais, para que os espaços tornem-se turísticos. De acordo com Cruz (2001), os atores hegemônicos do turismo utilizam da sua força de marketing para massificar gostos, lugares, padrões de consumo, na tentativa de controlar os fluxos turísticos, entendido também como mobilidade espacial dos turistas.

Há ainda a necessidade constante de se produzir novos espaços para serem consumidos, de forma permanente, em virtude da constante expansão do mercado de consumo. Cruz (2001) explica que a racionalidade observada quando ocorre a produção de novos espaços turísticos deve estar presente também nos processos de planejamento, seja nos planos, ou nas políticas sociais. Ela (a racionalidade) se faz necessária no sentido de agir como contraponto à competitividade crescente e constante presente entre produtos turísticos, em escala global. A busca constante na criação de novos espaços turísticos gera também, juntamente com as ações de marketing das grandes empresas, a necessidade nos turistas de “coleccionar” lugares, estabelecendo um *ranking* imaginário. Quanto mais lugares visitados, em menos tempo, mais *status* para os turistas, mesmo não havendo a possibilidade de interação entre visitante e lugar visitado, contribuindo para a efemeridade e fugacidade da relação.

Por outro lado, conforme Cruz (2001), essa transitoriedade pode ser explicada em razão dos pacotes turísticos impostos pelo *trade*, em que o tempo do turista – tempo de ócio – deve ser o tempo de consumo e, fora deles, não há espaço para mais nada. Dificilmente os turistas, sem estarem agenciados, terão tempo de ir além das fronteiras do próprio hotel. Dessa forma, os atores que controlam a atividade apropriam-se do tempo e do espaço voltados para a atividade turística.

O apelo para a massificação da atividade imposta pelos atores hegemônicos busca ampliar o número de lugares visitados e o número de visitantes. As infraestruturas voltadas para dar suporte a essa demanda estão localizadas principalmente nos grandes centros urbanos

– os aeroportos, meios de hospedagem. Ainda que sejam infraestruturas urbanas, elas servem como suporte para a concretização das atividades turísticas. Historicamente, os centros urbanos são lugares de atração de turistas, nem tanto pelos recursos físicos e naturais de que dispõem, mas pelos serviços existentes, que servem ao grande número de pessoas ali instaladas. O turismo de massa é o agente principal que faz uso das infraestruturas urbanas, porém outras modalidades de turismo, como o ecoturismo, o turismo rural ou o turismo de aventura, também devem ser considerados, mas estes requerem também uma infraestrutura turística específica para a sua concretização.

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Historicamente, o planejamento do turismo no Brasil é realizado de forma autoritária, centralizadora, com uma visão burocrática e geralmente imposto de cima para baixo. Essa forma de planejar a atividade imperou até a década de 1970, representada por políticas adotadas por governos centrais. Até então, buscava-se diminuir os desequilíbrios econômicos entre as regiões, mas questões sociais e ambientais eram minimizadas pelos planos e programas implantados. O resultado é que muitos desses planos voltados para o desenvolvimento do turismo em regiões específicas simplesmente fracassaram. Silveira (1997, p. 91) ainda reforça:

Em vez de oferecer subsídios para o desenvolvimento qualitativo e durável das localidades onde foram implantados, os projetos de turismo provocaram o aparecimento de problemas sociais e ambientais de toda ordem como, por exemplo, a ocupação desenfreada de áreas próximas ao litoral brasileiro, superconcentração de pessoas e infraestrutura turística em algumas localidades, desestruturação dos modos de vida de comunidades tradicionais, praticamente nenhuma contribuição para a melhoria da distribuição de renda entre os habitantes locais, e muita degradação ambiental.

No Brasil, o direcionamento mais recente adotado pelo governo federal, a partir da década de 1990, de municipalizar as ações referentes ao planejamento do turismo por meio, inicialmente, do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e, posteriormente, reforçado por outros programas, porém voltados para a regionalização do turismo, tinha como objetivo principal transferir as responsabilidades de gestão das atividades turísticas para os estados e municípios. Ao se falar em regionalização no turismo, pressupõe-se o agrupamento de atrativos, infraestrutura e equipamentos situados em locais – municípios – diferentes, mas atendendo ao mesmo fim. O primeiro Plano Nacional de Turismo – o Plantur –, criado em

1992, pretendia subsidiar a exploração da atividade turística no território brasileiro e, ainda que tenha sido desenvolvido numa época com novos parâmetros e diretrizes para as políticas públicas, é possível identificar nele traços daquela ótica centralizadora (SILVEIRA, 1997).

As políticas de turismo adotadas no Brasil a partir do século XX são voltadas para a criação e implantação de melhorias urbanas e da implantação de programas de cunho regional e urbano baseadas nas teorias de desenvolvimento, adotadas por políticas territoriais no Brasil, a partir da década de 1950. A teoria desenvolvida pelo economista francês François Perroux, dos Polos de Crescimento, suscitou a criação dos polos turísticos que, segundo Becker (1995 apud CRUZ, 2001, p. 29), “exerce efeitos atrativos sobre outras atividades no mesmo espaço econômico e geográfico”. Cruz (2001, p. 29) afirma ainda que

O modelo de polos de desenvolvimento turístico já aparecia na política nacional de turismo do final da década de 1960, conforme se pode verificar, por exemplo, entre os pressupostos do Plano Nacional de Turismo (que não chega a efetivar-se), idealizado em 1969. O plano previa a formação de zonas turísticas prioritárias, equivalentes aos polos de desenvolvimento de F. Perroux.

Vale lembrar que, no Brasil, as políticas públicas estiveram relacionadas a setores específicos como saneamento, habitação ou transportes. Os espaços urbanos sempre foram privilegiados, pois era onde se concentravam 75% da população brasileira. Mesmo com esses esforços, a aplicabilidade das políticas ficou restrita a apenas alguns aspectos do turismo no Brasil, e os polos acabaram por se formar de maneira mais espontânea e em escala local e regional do que propriamente em razão dos efeitos do plano nacional. O turismo passa a ser entendido como uma alternativa para reduzir as disparidades regionais fortemente marcadas no Brasil e “encontram menor resistência diante de outras formas de apropriação do espaço.” (CRUZ, 2001, p. 32).

A região Nordeste, que historicamente apresenta índices sociais bastante inferiores àqueles das regiões Sul e Sudeste, tornou-se alvo de programas específicos para o desenvolvimento do turismo, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo / Nordeste (Prodetur / NE), que apresenta investimentos voltados para o crescimento de infraestrutura em saneamento básico e de acesso³. Entretanto, obras destinadas à implantação de infraestruturas turísticas não foram previstas no programa, conforme Cruz (2001). Outra crítica às políticas de turismo adotadas no período é que além de estarem desarticuladas das outras políticas

³Do volume total de recursos, 26,2% (US\$ 800 milhões) alocados pelo Prodetur / NE são destinados a obras de infraestrutura de saneamento básico, e cerca de 36,7% para as obras múltiplas, como disposição de lixo sólido, transporte, recuperação ambiental e de patrimônio histórico (CRUZ, 2001, p. 35).

setoriais, não havia uma preocupação com “o complexo conjunto de relações em que a atividade está inserida.” (CRUZ, 2001, p. 35). Para a autora, uma política pública de turismo deve ser entendida “Como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.” (CRUZ, 2001, p. 40).

Entre as décadas de 1960 e 1990 o Estado brasileiro agiu com relação à atividade turística, na intenção de regulamentar aspectos visando o desenvolvimento da atividade. Contudo, segundo Cruz (2001), essas políticas apresentaram falhas em diversos pontos, principalmente por abordar o turismo de forma parcial, em lugar de promover uma abordagem estrutural e totalizante. Já na década de 1990 foi criado, no ano de 1992, o Plano Nacional de Turismo (Plantur), que foi concebido pelo governo federal para efetivar a política nacional de turismo. As ações estavam relacionadas a um conjunto de programas e projetos prioritários, intitulado “Brasil em Ação”, a partir de 1996, e que buscava o desenvolvimento do país. A política se apoiava na descentralização institucional das ações de fomento e entre os seus programas estavam o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e o Prodetur Nordeste (BENI, 2003a).

Conforme Beni (2003a), o Prodetur, dentre todos os programas, é o que se encontra em fase mais adiantada de execução. Originalmente concebido no Nordeste, posteriormente foi ampliado para as demais macrorregiões do Brasil, sempre tendo por objetivo incrementar o turismo em escala regional. Com o aporte de recursos externos, suas ações concentravam-se inicialmente na “implantação de infraestrutura básica, instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação e definidos para a expansão turística.” (BENI, 2003a, p. 149).

Uma das principais críticas feitas ao programa foi o distanciamento entre o que foi planejado e a realidade. Tal estratégia adotada pelo programa também tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores que se dedicam a estudar o turismo. A oferta de infraestrutura beneficia principalmente grandes empreendimentos hoteleiros, além de marinas e parques temáticos, levando pouco ou nenhum benefício às populações ou aos setores não relacionados diretamente com o turismo.

Por outro lado, o PNMT, segundo Pozzer (2008), teve como foco o município, atendia inicialmente as orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT), porém, posteriormente, as diretrizes da OMT direcionavam as ações do turismo para o nível regional, obrigando os gestores a substituírem o programa por outro que atendessem aos requisitos:

Programa de Regionalização do Turismo, que propunha espaços de diálogos, de interação e cooperação entre os municípios incluídos nas regiões turísticas estabelecidas. O PNMT acabou servindo de base para o Programa de Regionalização do Turismo e teve sobrevida até o ano de 2002.

Atualmente, em virtude dos direcionamentos das políticas públicas nacionais, os estados brasileiros buscam planejar a atividade em nível regional, por meio de alianças entre municípios que estabelecem laços de cooperação e possibilitam a formação de instâncias de administração regionais capazes de formular programas mais direcionados às suas realidades.

2.5 TURISMO NO MEIO RURAL: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM UM SEGMENTO GLOBALIZADO

Os destinos turísticos são, muitas vezes, conformados pela reunião de vários atrativos presentes em um ou em vários municípios, dando origem a uma região turística. Esse conceito – região turística – não é amplamente aceito pela literatura, havendo autores, como Boullón (2002), por exemplo, que rejeitam o termo ao explicar que para haver a existência de uma região é necessário que seja observada a exploração de uma dada atividade em todo o território, de forma homogênea, o que não ocorre no caso do turismo. O autor defende que para haver a conformação de uma região é necessário que ela abranja uma superfície que apresente propriedades iguais. Na atividade turística, conforme esse autor, os atrativos ficam concentrados em pontos específicos do território, havendo, portanto, um recorte espacial entre um e outro atrativo, e entre eles observa-se a presença de atividades não turísticas. Ocorrendo a delimitação de uma região turística, atividades realizadas no interior dessas regiões seriam, equivocadamente, consideradas turísticas, cometendo-se aí um erro por parte dos planejadores do espaço turístico.

Dessa forma, Boullón (2002) propõe a ideia de espaço turístico que abrange várias unidades espaciais, em substituição à ideia de região turística. Os componentes do espaço turístico apresentados pelo autor aparecem em escala descendente em relação ao tamanho de sua superfície, somando um total de dez unidades. São elas: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado e corredor de estrada.

A primeira categoria apresentada por Boullón (2002) é a zona turística, a maior unidade de análise e estruturação do universo espacial turístico. Essa unidade deve apresentar um mínimo de dez atrativos localizados suficientemente próximos, equipamentos, serviços turísticos e dois ou mais centros turísticos, além de “estar provida de uma infraestrutura de

transportes e comunicações, que relacione entre si os dois principais elementos que a integram e com outras zonas e elementos do espaço turístico.” (BOULLÓN, 2002, p. 82). As áreas turísticas são as partes em que podem ser divididas as zonas, porém devem apresentar um número de atrativos inferior. É necessário que se observe a presença de pelo menos um centro turístico e uma infraestrutura, recursos e serviços suficientes.

Por seu turno, o centro turístico, que é um conglomerado urbano, deve contar com atrativos de tipos e hierarquias suficientes para motivar uma viagem. A importância dos centros está na influência exercida sobre atrativos turísticos localizados a uma distância tal que permita viagens de ida e volta em um mesmo dia. Nessas áreas de influência, conforme Boullón (2002), pode-se observar a geração de desenvolvimento, mas atrelado aos atrativos dispersos no entorno dos centros turísticos. Para que se possa efetivamente considerar um espaço como centro turístico, ele deve ter:

- Hospedagem;
- Alimentação;
- Entretenimento;
- Agências de viagem de ação local;
- Informações turísticas sobre atrativos e instalações locais;
- Comércio turístico;
- Posto telefônico, correios e telégrafos;
- Sistema de transporte interno organizado, conectando o centro aos diversos atrativos existentes em sua área de influência;
- E ligação com os sistemas de transporte externo em âmbito nacional, internacional, regional ou local, de acordo com a hierarquia do centro. (BOULLÓN, 2002, p. 88).

Ao realizar suas análises e fazendo uma analogia com a teoria do polo de desenvolvimento regional, de François Perroux, que poderia ser relacionado aos centros turísticos de Boullón, percebe-se que a atividade turística, por mais que proporcione a geração de empregos, sendo adotada como atividade motriz do local, deve coexistir com outras atividades, pois os benefícios diretos gerados à população nem sempre serão expressivos o suficiente. Os centros turísticos se dividem em quatro tipos: de distribuição, de estada, de escala e de excursão.

Em seguida estão os complexos turísticos, que se caracterizam por possuírem um ou mais atrativos de alta hierarquia. Eles podem ser comparados às zonas turísticas e requerem a existência de pelo menos um centro turístico, com toda a sua estrutura. As unidades turísticas representam “as concentrações menores de equipamento que se produzem para explorar intensivamente um ou vários atrativos situados um junto do outro, ou, o que é mais exato, um dentro do outro.” (BOULLÓN, 2002, p. 95). Posteriormente, aparecem os núcleos turísticos

que são agrupamentos com menos de dez atrativos isolados no território, com funcionamento rudimentar. Os núcleos turísticos tendem a se transformar em conjunto turístico, pois passam a fazer parte de um sistema, conectando-se por meio de uma rede de estradas. A consolidação como conjunto ocorre mediante a construção de um empreendimento turístico que, por sua vez, resolverá questões estruturais elementares. Por fim, os corredores turísticos, que funcionam como elementos estruturadores do espaço turístico, que são as vias de conexão. Estão subdivididos em corredores turísticos de traslado e corredores turísticos de estrada.

Ivars (2003 apud SILVA, 2004, p. 316-317), que utiliza o conceito de região turística, entende que ela pode ser caracterizada como

[...] uma unidade territorial básica do espaço turístico na qual podem integrar-se as outras unidades territoriais diferenciadas (complexos turísticos integrados e espaços de destino turístico) e que apresentam certo grau de coesão derivado da existência de relações funcionais, do sentido de pertencer a uma demarcação político-administrativa ou do fato de compartilhar uma determinada imagem turística.

Ivars (2003 apud SILVA, 2004, p. 319-320) segue a sua definição elencando uma série de outros elementos que definem uma região turística:

- ✓ A região deve ter um conjunto de características culturais, físicas e sociais que gerem uma identidade regional;
- ✓ Deve haver uma adequada infraestrutura turística e oferta de serviços para permitir o desenvolvimento turístico e satisfazer as necessidades dos turistas;
- ✓ A região deve ser maior que um destino ou uma única atração;
- ✓ A região deve possuir os atrativos suficientes para atrair turistas atual ou potencialmente;
- ✓ A região tem que ter a capacidade de criar uma agência de desenvolvimento e ações promocionais para fortalecer o desenvolvimento turístico;
- ✓ A região deve ser acessível para uma massa populacional importante.

Silva (2004, p. 48) argumenta ainda que a conformação de microrregiões ou polos turísticos, que surgem a partir da contiguidade entre localidades e municípios, colabora para “destacar os atributos e ampliar o poder de atratividade sobre a demanda – pela diferenciação, reforçar a coesão e a formação de aglomerados produtivos, dinamizando a economia regional”.

2.5.1 Turismo e Desenvolvimento Local no Meio Rural

Irving (2002) adota um conceito de desenvolvimento local utilizado por Perez e Carrillo (2000 apud IRVING, 2002, p. 69) que traz um enfoque baseado no aproveitamento

dos recursos endógenos – humanos, naturais e de infraestrutura. Esses autores definem o desenvolvimento local como

[...] aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social da comunidade local. (PEREZ; CARRILLO, 2000 apud IRVING, 2002, p. 69).

Vázquez-Barquero (1999 apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 15) defende três dimensões para caracterizar o desenvolvimento endógeno⁴:

Uma econômica, caracterizada por um sistema específico de produção que permite aos empresários locais usar, eficientemente, os fatores produtivos e alcançar os níveis de produtividade que lhes permitem ser competitivos nos mercados; outra sociocultural, em que os atores econômicos e sociais se integram com as instituições locais formando um sistema denso de relações que incorporam os valores da sociedade no processo de desenvolvimento; e outra política que se instrumentaliza mediante as iniciativas locais e que permite criar um entorno local que estimula a produção e favorece o desenvolvimento sustentável.

Os fatores endógenos e exógenos, bem como seus desdobramentos setoriais e intersetoriais, são abordados por Silva (2003) ao analisar a relação entre turismo e desenvolvimento. Segundo o autor, para que o desenvolvimento local seja beneficiado pela relação entre os elementos endógenos e exógenos deve-se “valorizar a dinâmica dos fatores endógenos através do que se poderia chamar de territorialização turística.” (SILVA, 2003, p. 23). Silva (2003) relaciona a territorialização com questões como o enraizamento local e o enredamento global, classificando o turismo como uma atividade inserida em um sistema local-global, diferenciando-o de outras atividades como a agricultura, por exemplo, que pode ser uma atividade de subsistência, mas o turismo dependerá de um “plano externo para desenvolver seu plano interno”.

Silva (2003) considera ainda que a territorialização turística permite que os lugares transformem suas vantagens comparativas em vantagens competitivas, o que, por sua vez, permitirá a promoção da autonomia, bem como um efetivo desenvolvimento socioeconômico.

⁴Conforme Barros, Silva e Spinola (2006, p. 94), os termos “desenvolvimento local” e “desenvolvimento endógeno” possuem diferentes definições, porém, no Brasil, ainda há uma confusão no uso dos dois termos e alguns autores os consideram sinônimos. Os autores defendem que as bases para a definição de desenvolvimento local estão relacionadas com o processo ocorrido na Itália e que deu origem aos Distritos Industriais. Por outro lado, o desenvolvimento endógeno está relacionado a “processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também que é um agente de transformação territorial”.

Dessa forma, o fator primordial para o alcance do desenvolvimento será “A capacidade de organização social e política dos territórios, valorizando os laços de coesão e de solidariedade, do que de outros aspectos externos, de pequena influência local e regional.” (SILVA, 2003, p. 24).

O autor cita o exemplo da formação de um consórcio turístico na região da Catalunha, na Espanha, para a promoção turística do Vale do Sal Collsabra, no ano de 2002. O consórcio, que reunia pequenos povoados da região, tinha por objetivo a produção de um plano de desenvolvimento turístico, promovendo a territorialização e evitando, assim, que elementos de ordens ambientais e culturais (identitários) fossem perdidos com o tempo. Silva (2003) defende que a não valorização desses elementos pode fazer com que o turismo seja uma atividade que contribua mais para agravar os desequilíbrios socioespaciais e ambientais do que ajudar a superá-los. No Brasil, para que o turismo represente efetivamente uma possibilidade de desenvolvimento e superação da pobreza, além da territorialização deve haver o comprometimento direto de todos os setores envolvidos, como o governo federal, os governos estaduais, prefeituras, empresas, sociedades locais e regionais, de forma aberta, participativa e integrada.

Por outro lado, os projetos de desenvolvimento do turismo bem-sucedidos registrados no Brasil estão associados a duas características principais, segundo Petersen e Romano (1999 apud IRVING, 2002, p. 70) “a) Participação da sociedade civil na elaboração e implementação de leis, planos, programas e ações inovadoras, em contraposição aos modelos centralizadores; b) Enfoque local no processo de desenvolvimento, em contraposição aos modelos homogêneos e burocratizados”.

E eles completam:

O enfoque local implica não só na descentralização das políticas públicas, como também cria as condições para a ativa participação da população nas tomadas de decisões e na gestão de programas voltados para o desenvolvimento. Estas características apontam um caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil: a ação concertada entre Estado e as organizações da sociedade civil, segundo uma perspectiva geopolítica e geoeconômica orientada para as especificidades do local. (PETERSEN; ROMANO, 1999 apud IRVING, 2002, p. 70).

Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento do turismo deve estar atrelado às suas bases e suas raízes, pois, conforme Irving (2002), o lugar turístico deve ser interpretado com base em uma pluralidade de identidades. Cada lugar turístico possui as suas especificidades em razão das identidades de raízes, migrantes e transitórias, assim, “se materializa a dualidade

entre percepção intrínseca e olhar exógeno e, o turismo, emerge como indutor de novas identidades” (IRVING, 2002, p. 73). A autora entende o lugar turístico como um cenário composto por relações complexas entre atores sociais, onde a pluralidade de identidades é o palco e esses atores sociais são os protagonistas, sem os quais o espetáculo inexistente.

Nesse sentido, emerge a discussão das formas de turismo alternativo, como uma opção de promover novo dinamismo econômico a lugares que estão à margem do processo de exploração e das forças hegemônicas capitalistas. Conforme Benevides (1997, p. 27), “o desenvolvimento local, tem no turismo alternativo uma representação de mediação mitigadora entre globalização desnaturalizante / homogeneizadora / excludente e desenvolvimento local conservacionista / ressingularizador / identitário / participativo”. Dentro do que o autor considera a ideologia do turismo alternativo, o turismo rural e o turismo ecológico se inserem dentro de uma lógica que se opõe aos modelos hegemônicos do turismo, constituindo o que o autor chama de “novas territorialidades”.

Dessa forma, há uma revalorização e ressignificação de elementos diretamente voltados ao local, não apenas em observância à escala espacial, mas como um espaço onde as relações comunitárias são pouco hierarquizadas. Pode-se entender também o turismo alternativo como uma “alternativa de desenvolvimento preservacionista em localidades cujo meio geográfico ainda seria preponderantemente natural.” (BENEVIDES, 1997, p. 27). O autor aponta três “tipos” diferentes de lugares que ele entende que estão à margem do modelo de turismo mais explorado – o de sol e praia – e, ainda, que apresentariam cenários favoráveis ao desenvolvimento do chamado turismo alternativo:

- a) Os habitados por comunidades tradicionais, embora não mais primitivas e não autossuficientes, portanto mantendo algum intercâmbio com a sociedade inclusiva;
- b) Os que configuram testemunhos históricos de um passado faustoso e tradicional, baseado numa estrutura socioeconômica com alguma complexidade técnica, embora não plenamente capitalista;
- c) Aqueles em que foi possível uma preservação natural, anterior à relevância social da questão ecológica, e deste modo mantendo maiores porções de primeira natureza em seu meio geográfico. (BENEVIDES, 1997, p. 24).

Benevides (1997) defende ainda que as áreas rurais são os espaços onde se encontram a oferta do turismo alternativo, prioritariamente representados pelo turismo rural e ecológico. No caso do “turismo rural”, a oferta está relacionada a espaços onde estão localizadas comunidades tradicionais, cuja produção ainda se verifica de forma artesanal, em alguns casos até de subsistência, em que os valores ali encontrados se opõem àqueles observados nas sociedades urbano-industriais. Essas comunidades representam a ligação entre os hábitos e

costumes idealizados e inexistentes nas sociedades “modernas” e a própria sociedade, que vê ali uma válvula de escape do seu cotidiano. Benevides (1997, p. 36, grifo do autor) explica:

Tal cenário contribui para que a paisagem não seja destrutivamente consumida, porém reproduzida com o próprio concurso ativo dos turistas nas *lides quotidianas*, econômicas e culturais. Todo um cenário de ocupações artesanais se complementa pelos serviços turísticos na recomposição de algumas conexões entre regiões deprimidas e as economicamente prósperas, permitindo revalorizar objetivamente os costumes rurais e práticas agrárias ameaçadas de extinção.

As áreas no meio rural – ou campestre – poderiam se desenvolver seguindo duas tipologias, de acordo com Benevides (1997), que são os nichos ecológicos em que os principais atrativos estariam relacionados à vivência de práticas cotidianas e a participação em manifestações culturais tradicionais. A outra tipologia seria em relação àquelas áreas que se encontram economicamente deprimidas em razão de não terem se ajustado à nova modernização, mas que, por apresentarem um passado cuja situação econômica era bem mais favorável, possuem, como herança, equipamentos e edificações que podem ser revitalizados e reutilizados para a prática do turismo.

De acordo com Dowbor (2006), os meios rurais caracterizam-se pela articulação cada vez mais intensa com as áreas urbanas, e entre aquelas atividades destinadas à complementação das cidades, como o abastecimento alimentar, está o turismo que surge inicialmente como opção de lazer próxima às cidades, mas que vem se reinventando por meio, principalmente, do turismo sustentável, que possibilita que saberes tradicionais, como a pesca artesanal, transformem-se em atrativos turísticos, consolidando-se como alternativa ao turismo globalizante dos *resorts*.

O desenvolvimento no meio rural esteve por muito tempo associado ao do setor agrícola, avaliado segundo o nível das produções, das atividades e dos rendimentos, quadro que vem sendo alterado com a modernização e mecanização das atividades agrícolas. As produções atuais apresentam-se de forma mais homogênea, massificada, regular e com custos sociais e ambientais elevados. Para a sua sobrevivência, o meio rural vem assumindo novas funções e adotando atividades que sejam econômica e ambientalmente sustentáveis (CAVACO, 2001). A autora defende que o desenvolvimento no meio rural deverá

Reduzir os desequilíbrios territoriais e sociais, reduzir e/ou eliminar as externalidades negativas ambientais, dentro do princípio de sustentabilidade ambiental, de igualdade e de crescente integração do mundo rural no conjunto da economia, o que obriga a busca de competitividade da economia rural, sem efeitos ambientais ou sociais negativos (aumento ou conservação do emprego; oferta de serviço para uma melhor qualidade de vida) e mantendo o povoamento e mesmo

reforçando-o com o êxodo urbano, embora no essencial este se tenha limitado ao retorno de reformados e idosos e desempregados dos setores em crise, até pela reduzida amplitude das fixações dos neo-rurais [...] (CAVACO, 2001, p. 102).

O turismo, sendo admitido como um novo “uso” para as áreas rurais, permitiu a redescoberta e revalorização do patrimônio rural, material e imaterial. Essa redescoberta dos símbolos pertencentes ao universo rural está, segundo Peixoto (2002, p. 2), estruturada em três pilares: “o processo de transformação recente do mundo rural; o processo de histeria patrimonial; e o processo de procura de um espírito de lugar”. O processo de transformação do mundo rural está relacionado com a crescente urbanização mundial, que, por sua vez, se consolida cada vez mais e leva elementos da cidade para o campo, transformando-o, em muitos casos, numa extensão das cidades. Nesse sentido, a divisão entre urbano e rural já não é tão evidente. Peixoto (2002, p. 4) completa a discussão sobre a redescoberta dos símbolos rurais:

Este interesse pelo rural acentua-se à medida que o rápido crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente, e manifesta-se através de fenômenos como as segundas habitações, novas formas de lazer e turismo ou, mais drasticamente, através de estratégias de mudança residencial. Yvon Lamy (1996) recorre à expressão alquimia do património para caracterizar o processo de patrimonialização.

Tomando o caso de Coimbra como exemplo, Peixoto (2002) esclarece que o patrimônio aparece como estratégia de diversificação do produto turístico, inclusive indo de encontro às antigas estratégias de massificação turística, criando uma forma alternativa de turismo em que a natureza e a ruralidade aparecem como protagonistas. Para o autor, um patrimônio territorializado, sendo reinventado e reativado, pode colaborar para a emergência de novas dinâmicas locais, funcionando como vetor de novas identidades e de novas sociabilidades. Irving (2002) concorda com Peixoto (2002) ao dizer que o desenvolvimento local deve ocorrer de forma a preservar seu patrimônio ambiental e cultural, respeitando-se o valor intangível e simbólico dos lugares.

Cavaco (2001, p. 102) explica que o papel da agricultura no desenvolvimento rural não tem como deixar de ser reconhecido, porém novas funções vêm sendo reveladas para os meios rurais, como aquelas mencionadas no Plano de Desenvolvimento Rural da Andaluzia, na Espanha, que trazia como propostas:

- Equilíbrio territorial, contrariando os efeitos de despovoamento induzidos pela concentração urbana;

- Equilíbrio ecológico, com conservação dos ecossistemas e dos processos biológicos;
- Produção de paisagem de qualidade, aberta e natural, em oposição à urbana (fechada, artificial, crispada);
- Produção de recursos, nomeadamente água limpa, recurso natural cada vez mais raro;
- Suporte de atividades, distração e recreio ao ar livre, de forte procura pela sociedade urbana;
- Usos agrários não alimentares, como produção de fibras têxteis ou obtenção de produtos energéticos;
- Combates às contaminações do ar, da água e do solo.

Dessa forma, percebe-se que essas novas funções das áreas rurais, como o turismo, não entram em conflito com os usos tradicionais, mas acabam por complementá-los, reconhecendo, inclusive, a agricultura como setor estratégico para o desenvolvimento das áreas rurais. A relação do turismo com outros setores econômicos é fundamental para o desenvolvimento da atividade, o que é reforçado por Silva (2004) ao defender que a especialização turística ocorre pelas relações de complementaridade e concorrência com outros setores produtivos, em que o destino turístico conforma-se por ser um local simultâneo de produção e consumo.

O destino turístico é composto por um sistema de inter-relações que foi ampliado na medida em que à sociedade local foi outorgado um papel ativo na definição do modelo de desenvolvimento. Conforme Ivars (2003 apud SILVA, 2004, p. 316), pode-se destacar algumas das principais características dos destinos turísticos que podem ser representadas pela presença de uma escala local, quando o destino concentra, no âmbito urbano, serviços turísticos e de gestão municipal; e uma escala sub-regional, em que o destino está conformado por uma “zona ou área territorial composta por elementos inter-relacionados”.

O sistema turístico, ainda conforme Ivars (2003 apud SILVA, 2004, p. 310), deve ser compreendido como um sistema dinâmico e aberto e que estabelece relações de ordem social, cultural, econômica, política e tecnológica, com o meio no qual está inserido e com o sistema territorial global, conformando, assim, dois planos inter-relacionados: “os mercados de origem e os espaços de destino”.

Silva (2004) explica que um destino turístico que seja capaz de oferecer em um mesmo espaço ou em espaços contínuos uma oferta variada para os seus visitantes, otimizando o uso do tempo, uma vez que reduzirá os deslocamentos de grandes distâncias, irá aumentar seu nível de eficácia com relação aos custos totais realizados pelos turistas. Silva (2004, p. 30) completa dizendo que “a procedência dos visitantes dependerá da capacidade de atração do destino, expressa através de seu âmbito espacial de influência”.

A expressão “turismo no meio rural” vem sendo apresentada e debatida por diversos autores, que questionam o seu real significado. Para alguns, a expressão pode ser usada como sinônimo de turismo rural, mas outros apresentam diferenças, considerando o meio rural como uma expressão mais abrangente e podendo ser utilizada para designar um ambiente onde várias modalidades de turismo podem ocorrer, seja em momentos distintos ou de forma complementar. O Ministério do Turismo faz a distinção:

Entende-se o Turismo no Espaço Rural como um recorte geográfico, no qual o Turismo Rural está inserido, posição também adotada pelo Ministério do Turismo, que considera por Turismo no Espaço Rural ou em Áreas Rurais: Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não. (BRASIL, 2010, p. 17).

E continua sua definição agora diferenciando o turismo rural: “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL, 2010, p. 18).

Dessa forma, torna-se possível traçar um paralelo entre as duas atividades, diferenciando-as. Cabe destacar aqui que uma das principais diferenças é o uso de atividades pelo turismo praticado no meio rural, que não precisam necessariamente estar relacionadas à prática da produção agropecuária. Entretanto, as atividades mencionadas, que ocorrem principalmente no meio rural, são classificadas por alguns autores de “turismo alternativo”, que, por sua vez, é uma expressão que também permite ambiguidades quanto ao seu significado.

Já Rodrigues (2000) chama de hibridismo as relações observadas entre as diversas modalidades de turismo, principalmente entre o turismo rural e o ecoturismo, especialmente quando se trata de uma escala local. E para designar essa condição ela propõe o uso do termo “turismo eco-rural”. Mais recentemente, uma terceira modalidade de turismo – o turismo de aventura – se somou àquelas duas, aumentando ainda mais esse hibridismo. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar o turismo religioso, sempre presente no meio rural, principalmente em núcleos rurais mais tradicionais. Esse tipo de turismo híbrido pode ser encontrado, atualmente, em diversas regiões do país, e, em muitos casos, a hibridização das modalidades é provocada pelos próprios empresários da região, que veem aí uma possibilidade de diversificação da oferta turística.

Cavaco (2001, p. 105) considera como formas de turismo alternativo aquelas que

Respeitam a capacidade de carga dos meios de acolhimento, em termos naturais, culturais e sociais, com conservação dos recursos locais, físicos e humanos, incluindo os de interesse turístico, diminuindo custos e elevando benefícios e, não menos importante, reduzindo as saídas de divisas.

Estão incluídas nessa modalidade o ecoturismo, o turismo verde, o turismo responsável e o turismo rural.

A expressão “turismo alternativo” surge buscando diferenciar determinadas modalidades de turismo do turismo de massa, porém ela traz consigo outras conotações:

De qualquer modo, a expressão turismo alternativo permanece ambígua, ao evocar uma possível substituição ao turismo de massas, sem riscos de conduzir a novas concentrações ou novas danificações do meio e a impactos também destruidores e homogeneizantes, como foi sendo comum na história do turismo e nos ciclos de vida das áreas mais procuradas, da juventude à velhice, sem renovação real e convincente como destino turístico. (CAVACO, 2001, p. 105).

A autora defende também que entre os papéis do turismo alternativo está o de representar um complemento ao turismo de massa, possibilitando oferecer aos turistas novas atrações e autenticidades, e não tentar substituí-lo, além de permitir ao homem do campo outra oportunidade de renda, bem como criar possibilidades de desenvolvimento a áreas marginalizadas e excluídas do processo produtivo. Uma forma de turismo mais autêntica, que busca a manutenção das identidades culturais.

Contudo há que se fazer uma ressalva quanto à dimensão do número de visitantes de uma área que oferece formas alternativas de turismo. Butler (apud CAVACO, 2001) lembra que assim como o turismo convencional – turismo de massas –, o turismo alternativo também traz problemas e custos para os locais receptores dos fluxos de turistas. Como exemplo ele menciona os impactos causados em virtude do uso de certos recursos mais frágeis, que são procurados por esse tipo de turista, em menor escala, mas igualmente impactante. Para concluir, esse autor diz que “apenas em algumas áreas, para algumas pessoas, em algumas situações, o turismo alternativo é certamente melhor que o turismo de massas.” (BUTLER apud CAVACO, 2001, p. 107).

Por outro lado, pode-se observar, atualmente, a ocorrência de determinadas atividades no meio rural que buscam atrair um determinado número de visitantes para as áreas rurais com o apelo midiático, buscando criar nos meios urbanos ambientes que remetem ao campo, principalmente em grandes eventos, como as vaquejadas. Estas são cada vez mais comuns e

atraem um grande contingente de visitantes, e se espalham pelo país. Todavia, nesses eventos, a “cultura campestre” remete os visitantes muito mais aos costumes das grandes festas dos *cowboys* americanos do que propriamente aos campos brasileiros. Há uma deturpação dos valores e tradições rurais locais, que buscam inspiração na música, na dança, na moda, ou seja, na cultura americana (CAVACO, 2001). Carneiro (1998), citando De Paula, analisa essa questão da criação de estereótipos da cultura campestre:

Como observa De Paula, no âmbito da feira [agropecuária] a cidade vai para o campo, se ruraliza; a cidade adota uma performance *country* ou então ainda joga / desempenha um certo jogo/*script* que estiliza a ruralidade (1994:18). Na análise de De Paula, a cultura *country* promove uma inserção singular do rural no mundo em geral, através de uma reelaboração simbólica do rural desvencilhado da noção que o associava ao tradicional. (DE PAULA apud CARNEIRO, 1998, p. 56).

A relação entre o lazer rural e o urbano, que Rodrigues (2000) chama de lazer periurbano, representa a cultura do campo invadindo espaços urbanos, e que a autora classifica como um movimento de resgate da cultura tradicional do homem do campo. Entretanto esse movimento demonstra também que os limites físicos e territoriais entre o rural e o urbano estão cada vez mais difíceis de serem delimitados, pois a modernização do campo levou consigo toda uma estrutura antes vista apenas nas grandes cidades. Em virtude dessas transformações, houve um processo de adaptação do trabalhador rural às novas condições de vida no campo, surgindo um fenômeno conhecido como pluriatividade, em que o trabalhador agrega novas possibilidades de renda às suas atividades tradicionais.

A pluriatividade inicialmente foi observada nos países desenvolvidos em razão da rápida modernização e do emprego de equipamentos de alta tecnologia no campo. Carneiro (1998) explica que uma forma de reação do camponês em permanecer no campo e resistir a sua industrialização foi atrelar novas atividades às tradicionais. Dessa forma, foi possível a manutenção da cultura campestre, que não se perdeu. No Brasil, observa-se também um processo de modernização do campo e, conseqüentemente, uma redução do número de trabalhadores ocupados diretamente com atividades agrícolas. A pluriatividade vem adquirindo novas dimensões:

Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno, ainda pouco estudado, à tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão-de-obra rural, devemos estar atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. (CARNEIRO, 1998, p. 54).

Na década de 1970, observou-se no Brasil um movimento de valorização de elementos externos à temática urbana e valorização de novas formas de lazer, que permitissem o contato mais próximo com a natureza. Dessa forma, ganha força o ecoturismo, e o morador do campo passa a ver aí outra possibilidade de renda, permitindo sua permanência no campo.

Essas experiências, já conhecidas na realidade europeia há algumas décadas, transformam o campo - como categoria genérica - em um lugar de vida, mais que um espaço de produção agrícola (Mendras, 1988), o que certamente contribuiu para a formulação de abordagens críticas à visão dualista que opunha o rural ao urbano como duas realidades empiricamente distintas e normalmente definidas uma em negação da outra, com base em critérios meramente descritivos informados pelo paradigma que associa o rural ao agrícola e ao atrasado e o urbano ao industrial e ao moderno. (CARNEIRO, 1998, p. 55).

Para atender esse novo fluxo de visitantes oriundos dos centros urbanos, o rural passa a se ajustar não só para satisfazer as necessidades dos turistas, que esperam encontrar no mundo rural as mesmas comodidades encontradas nas cidades, mas para superar a imagem que se criou, em que os elementos rurais estavam atrelados ao atraso. Assim, o rural passa a ser visto como um objeto de consumo das sociedades urbano-industriais. Carneiro (1998, p. 57) menciona a ruralidade como um processo “dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. Esse processo permite tanto uma reapropriação dos elementos da cultura local, fazendo com que novos costumes aflorem na sociedade, como também outra apropriação pela cultura urbana, que pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos com sua cultura tradicional.

Por outro lado, conforme menciona Carneiro (1998), festas produzidas por locais, ainda que com a intenção de atrair turistas, produzem um efeito de revitalização da sociabilidade local. Por vezes, destaca a autora, a representação da ruralidade ganha formatos teatrais, nem sempre fiéis à realidade, pois buscam transmitir uma imagem mais moderna do rural. Contudo,

As “festas da aldeia” assim como as “festas camponesas” expressam a crise dos valores do passado ligados à produção agrícola, mas revelam também a outra face da moeda. A primeira, mais do que a segunda, proclama, ao mesmo tempo, o fim do que entendem por “cultura camponesa” e a retomada de certos elementos desta mesma cultura, mas num outro contexto, num outro sistema de reconstrução da identidade aldeã quando faz emergir a dominação da lógica capitalista sobre os valores da tradicional sociedade aldeã. Esta festa divulga a disponibilidade da aldeia em receber elementos culturais “de fora” num movimento de “aculturação livre”, nos termos de Rambaud, ou seja, sob o controle da própria comunidade, mantendo a sua autonomia sobre a forma de os limites das mudanças. Esse tipo de festa, ao contrário da outra, não se desenvolve nos moldes da autoprodução, ela se organiza

como uma pequena feira que enfatiza a apropriação mercantil - através da exploração turística - de elementos de uma cultura e do espaço onde esta cultura se realiza e do consumo como forma de lazer. É importante sublinhar que nesse tipo de festa os jogos e brincadeiras são sempre individuais sendo o seu objetivo ganhar um objeto, enquanto nas festas camponesas os jogos são coletivos e não mercantilizados. (CARNEIRO, 1998, p. 59)⁵.

Outra forma de sociabilidade é destacada por Carneiro (1998, p. 59), com relação aos produtores de leite da região mencionada, que, em determinado momento, se veem diante de uma superprodução. Frente a uma possibilidade de grave crise e desemprego, eles recriam “um conjunto diversificado de formas alternativas de reprodução social”, como, por exemplo, a produção de alimentos valorizados pelos turistas, pois são considerados como produtos mais naturais que aqueles comercializados nas cidades, além do caráter artesanal, que também possibilita uma revalorização desses produtos. Em realidade, foi registrada uma retomada na produção tradicional da região, anterior ao processo de modernização e industrialização.

A ruralidade de que trata Carneiro (1998) refere-se especificamente ao que o agricultor familiar entende por localidade, ou seja, ao local onde ele estabelece os laços de vizinhança, familiaridade, comércio e demais atividades, com fortes relações de parentesco e amizade, dentro do espaço geográfico estabelecido e “demarcado” por ele. Remete ainda ao sentimento de pertencimento, seja a um grupo ou a um território e de identidade coletiva, cujos valores permitem relações com um dado grupo, distinguindo-o dos demais. Nesse sentido, a autora entende por ruralidade “Uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola.” (CARNEIRO, 1998, p. 62).

E mais adiante ela complementa:

A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social - conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo - que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial. (CARNEIRO, 1998, p. 63).

Dessa forma, percebe-se a forte ligação entre o local, os seus símbolos e a manutenção das tradições rurais pelas populações campesinas, que mesmo sofrendo as alterações impostas pela modernização das sociedades atuais vêm encontrando formas de se ajustar e readaptar à nova realidade.

⁵A autora refere-se às festas realizadas por uma aldeia localizada nos Alpes Franceses.

Novas formas de organização territorial vêm sendo implementadas como possibilidade de ordenar o turismo de forma que os destinos tornem-se mais atraentes, fazendo com que sua oferta seja ampliada, possibilitando assim a permanência dos visitantes por mais tempo. Dentre essas formas, as mais amplamente utilizadas são as rotas turísticas, os roteiros turísticos, as trilhas turísticas e os circuitos turísticos.

Por rotas turísticas Auzani (2005) entende que são rumos ou caminhos que delimitam os territórios conformados por identidades que refletem as características das populações ali instaladas. As características observadas referem-se principalmente a aspectos como “morfologia, paisagens, história, composição étnica, cultura e economia, mobilizando a população para desenvolver o turismo, com o desejo de melhoria de qualidade de vida na região.” (AUOZANI, 2005, p. 153). Segundo o autor, as rotas contribuem ainda para a organização dos fluxos turísticos e interligando povos de nacionalidades diferentes, pois podem abranger áreas que vão além dos limites de um país. Como exemplo, Auzani (2005) cita:

1. Rota Internacional das Missões, situada na região missioneira do Brasil, Argentina e Paraguai, também conhecida como Circuito Internacional das Missões;
2. Rota do Mundo Maya. Teve início em 1988, formada por cinco países: Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador e México. A principal porta de entrada do Mundo Maya e o México;
3. Rota da Seda, representa 12.000 km da Ásia à Europa. Iniciou em 1988, com um estudo da UNESCO, visando integrar o oriente ao ocidente, desafiando conceitos que na época eram obstáculos à convivência dos povos. O projeto foi lançado em 1994, com a participação de dezesseis países: Japão, República da Coreia, DPR Coreia, China, Kazakstão, Kyrgyzstão, Paquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Turkmênistão, Irã, Azerbaijão, Turquia, Geórgia, Grécia e Egito. O objetivo é revitalizar o turismo pelas antigas estradas utilizadas por Marco Pólo. (AUOZANI, 2005, p. 153).

Para a UNESCO (1995 apud AUOZANI, 2005), as rotas turísticas podem se constituir como destinos organizados para grandes fluxos de turistas, contribuindo para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) e permitindo ainda um resgate e valorização de tradições culturais seculares. De acordo com a UNESCO (1995 apud AUOZANI, 2005, p. 153), “As rotas permitem um olhar sobre o passado, tanto do indivíduo como de toda a civilização, mostrando, inevitavelmente, que em determinada época, houve influência de terceiros, encontros com outros e, movimentos de uma terra ou região para outra”.

Conforme Tomás e Masgrau (1998 apud RAMOS, 2007), os atrativos são os elementos fundamentais na definição de uma rota turística. A imagem que esses atrativos podem projetar, bem como o valor que representam se converterão na matéria-base para a

conformação da rota. Os autores classificam as rotas como gerais e específicas, ou seja, para a elaboração das rotas de caráter geral deve-se levar em consideração o conjunto de atrativos do espaço de referência; já nas rotas de caráter específico há a valorização de algum tema de atração turística.

Ramos (2007) explica que as rotas turísticas possuem por característica a delimitação de um caminho em que o ponto de partida é diferente do ponto de chegada, fazendo com que o turista, para percorrer o seu traçado em formato linear, acabe distanciando-se do seu ponto de partida, necessitando de uma estrutura que lhe permita percorrer longas distâncias. As rotas podem ser percorridas em apenas um dia, no caso das mais curtas, como pode ser necessário algumas semanas para percorrer outras, de grandes extensões. Nesses casos, os turistas optam por percorrer o trajeto por conta própria, ou seja, sem auxílio de agências de viagens, o que demandará a presença de diversos serviços de apoio ao turista.

Uma das rotas turísticas mais conhecidas mundialmente é o Caminho de Santiago de Compostela. Com temática religiosa, a rota tem início na França e é finalizada na região da Galícia, na Espanha. O percurso completo pode ser percorrido a pé, de bicicleta ou a cavalo, e os peregrinos o fazem seguindo indicações presentes no próprio trajeto. Há, ao longo do seu percurso, uma ampla rede de hospedagens e restaurantes. No Brasil há o exemplo da Estrada Real, que tem como pontos de partida locais em Minas Gerais, e como pontos de chegada cidades localizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apresenta uma trajetória linear, de grande extensão, possuindo como tema a exploração das jazidas de ouro e diamante localizadas, principalmente, em Minas Gerais. Os caminhos utilizados atualmente pelo turismo eram aqueles percorridos pelas tropas que faziam o escoamento da produção.

Os roteiros, diferentemente das rotas, são percursos segmentados e de forma geral são elaborados por empresas turísticas que promovem os roteiros individualmente, com apresentação de informações como mapas, fotos dos atrativos, indicação de equipamentos, serviços e facilidades de acesso. Os roteiros são produtos turísticos tarifados, comercializados como “pacotes”, ou seja, percursos previamente elaborados e concebidos de acordo com características similares, como gastronomia, história, arte, esporte, belezas naturais. Nesse caso, os atrativos são apresentados ao turista de forma complementar, como, por exemplo, roteiros em que o visitante irá conhecer uma série de cachoeiras de um dado local (RAMOS, 2007).

As trilhas turísticas podem ser consideradas como mais um produto turístico que compõem a oferta de um destino e que contribuem para aumentar a permanência dos visitantes no local. Assemelham-se aos roteiros, pois possuem um percurso previamente

definido e geralmente concebido por empresas turísticas que identificam uma série de atrativos complementares, podendo ser percorridas em um único dia. O uso de guias de turismo locais para auxiliar os visitantes aos percorrerem trilhas e roteiros é outro recurso que poderá contribuir para tornar o percurso ainda mais atraente, tornando a experiência mais enriquecedora, além de gerar oportunidades para os moradores locais.

Mais recentemente, o governo do estado de Minas Gerais vem incentivando a formação de Circuitos Turísticos, como forma de diversificar a oferta turística, atrair um maior número de visitantes e fazer com que eles permaneçam por mais tempo. Conforme Ramos (2007, p. 24), os circuitos turísticos

São formados por um grupo de municípios com peculiaridades específicas e/ou características geralmente similares, que se unem em uma organização informal ou legítima e reconhecida, como associações, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento regionais ou OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Países como Portugal e França buscam a formação de circuitos regionais integrando campo e cidade e possibilitando a interiorização do turismo. Em Portugal, por exemplo, os circuitos estão estreitamente relacionados com a questão histórica, referenciando a períodos que vão desde o século XII ao século XIX. Registra-se também na Argentina o estímulo à formação de circuitos turísticos, sendo o país atualmente dividido em dez circuitos, englobando um total de 140 cidades (RAMOS, 2007).

No Brasil, o estado de Minas Gerais é o pioneiro na implantação dos circuitos turísticos, tendo início no ano de 1999, quando a Lei nº 13.341 foi criada, tratando exclusivamente do turismo no estado. A referida Lei veio reforçar a política pública de turismo, cuja orientação ocorria no sentido de regionalização da atividade (RAMOS, 2007). Posteriormente, no ano de 2003, foi oficializado o Decreto nº 43.321, reconhecendo e institucionalizando os circuitos turísticos, que são definidos como

O conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional. (MINAS GERAIS, 2003).

Segundo Ramos (2007), com a publicação do Decreto, a procura por parte dos municípios para a formação de Circuitos Turísticos aumentou, pois só haveria a liberação dos recursos públicos para um Circuito mediante o seu reconhecimento. A oficialização dos Circuitos ocorreria por meio da liberação de um Certificado de Reconhecimento, com

validade de doze meses, emitido inicialmente pela Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS). Posteriormente, a emissão do Certificado caberia à Secretaria Estadual de Turismo, e a sua revalidação dependeria de ações que reconhecessem que estratégias para o desenvolvimento do turismo nos Circuitos estariam sendo constantemente implantadas. Entre essas estratégias pode-se citar a elaboração de um Plano de Ação para o Circuito Turístico, existência de postos de informações turísticas em pelo menos um terço dos municípios integrantes do Circuito, bem como desenvolver e disponibilizar roteiros turísticos, além de material promocional.

A formação dos Circuitos, conforme Ramos (2007), permite ao turista o acesso a atrativos, equipamentos e serviços turísticos complementares, diversificando a oferta, favorecendo as comunidades envolvidas e beneficiando os turistas na medida em que os atrativos serão oferecidos de forma mais ampla. Dentre alguns dos Circuitos com características bastante representativas estão o Circuito do Ouro, dos Diamantes, das Terras Altas da Mantiqueira, da Serra do Cipó, das Águas, das Cidades Históricas, dentre outros. Pode-se notar ainda, no caso dos Circuitos, uma forte relação com meio rural, pois há uma tendência de buscar a diversificação nos caminhos tradicionalmente utilizados por tropeiros, peregrinos, quilombolas, antigos locais de guerra.

Uma das rotas mais conhecidas do estado de Minas Gerais, já mencionada nesta pesquisa, é a Estrada Real, que o governo do estado institucionalizou por meio do Programa Estrada Real, e vem sendo tratado como política de governo. Da mesma forma como ocorre com os Circuitos Turísticos, o Programa Estrada Real também é coordenado pela Secretaria de Turismo do Estado, inicialmente dividido em sete circuitos, posteriormente acrescido de mais seis, somando um total de treze circuitos (ASSIS, 2006).

A Estrada Real, que na realidade é formada por um conjunto de caminhos, possui grande importância histórica, pois foi por ela que passaram bandeirantes, tropeiros, aventureiros em busca de ouro e diamantes, movimentando toda a economia do país, além de promover o povoamento e a colonização de regiões interioranas do território brasileiro.

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX surgiram várias “Estradas Reais”, onde se desenvolveram alguns núcleos urbanos, inicialmente chamados de arraiais, muitos deles abrigando postos fiscais de controle para evitar o desvio das pedras. Esses caminhos eram as vias oficiais, estabelecidas por Portugal, para a circulação de pessoas, mercadorias, entre elas o ouro e o diamante. Os caminhos eram quatro: Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho da Bahia e Caminho para o Distrito Diamantino (ASSIS, 2006).

O Programa Estrada Real pode ser considerado, pelas suas dimensões, como um dos programas estruturadores do desenvolvimento do turismo de Minas Gerais. Sua extensão territorial abrange uma área de 1.600 quilômetros, englobando 169 municípios de Minas Gerais, 22 de São Paulo e 9 do Rio de Janeiro (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2013). No ano de 1999, a Assembleia Legislativa do estado aprovou a Lei nº 13.173, criando o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real em Minas Gerais (ASSIS, 2006). Já no ano de 2003, o Decreto nº 43.539 cria o Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real,

Com o objetivo de conceder financiamentos a microempresas, empresas de pequeno e médio portes e cooperativas de produção e comercialização, localizadas ou a serem implantadas nos municípios envolvidos com a Estrada Real, desde que o empreendimento, objeto do financiamento, tenha vinculação direta com o Circuito Turístico da Estrada Real. (MINAS GERAIS, 2003 apud ASSIS, 2006, p. 52).

No ano de 2003, o Instituto Estrada Real (IER), sociedade civil sem fins lucrativos, deu início a suas atividades, tendo sido criado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). A intenção dos organismos envolvidos no Programa Estrada Real, conforme Assis (2006), é transformá-lo no maior complexo industrial turístico do país. Vidigal (2011) completa dizendo que o governo mineiro criou um arranjo institucional para facilitar a implementação do Programa, atribuindo responsabilidades a órgãos e instituições integrantes do arranjo, tendo a Secretaria de Turismo como coordenadora executiva do projeto.

Um dos grandes méritos do Programa Estrada Real é a promoção do turismo no meio rural, o que, ao mesmo tempo que diversifica a oferta turística no estado, promove a possibilidade ao turista de ter experiência com a cultura e uma parte representativa da história do país, além de promover os moradores dos locais que estão situados ao longo dos três caminhos por onde os turistas passam. Dentro desse projeto está inserido outro projeto, chamado Produção Associada ao Turismo, que tem como objetivos o aumento do fluxo de turistas e da permanência destes por meio da oferta ligada à produção agropecuária e artesanal ou industrial.

Por meio do programa há uma valorização dos produtos relacionados à história de Minas Gerais, como a cachaça, o artesanato, queijos, gemas e joias. A produção de cada um desses produtos é tratada de forma independente, em que ações são estabelecidas de forma que as demandas individuais sejam atendidas. A produção de queijos, por exemplo, deve promover a criação de uma Rota de Queijos Especiais. Para os produtores rurais, os

benefícios vão desde o aumento do número de consumidores para os seus produtos até a agregação de valor ao produto pelo turismo.

3 A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA TERRITORIAL ATRAVÉS DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS

Neste capítulo aborda-se com maior profundidade o processo de governança, da forma como a literatura mais recente refere-se ao termo, que ainda não possui um conceito mais definido, mas que já se relaciona com conceitos como capital social, território, poder, entre outros. Essa abordagem tem início pela discussão da governança territorial, que traz em seu bojo o processo de desenvolvimento territorial, bem como as dinâmicas espaciais que ocorrem no seu desenrolar. Aborda-se também a governança no turismo e, por fim, a relação do turismo na formação de aglomerações produtivas, *clusters* e arranjos produtivos locais.

3.1 MODELOS DE GOVERNANÇA

O termo governança, por ser utilizado em várias áreas do conhecimento, ainda não conhece um conceito que seja considerado unânime. Todavia a literatura considera que sua origem remete às análises sobre o mundo das empresas, cujo ponto de partida deu-se no ano de 1937, com a publicação do artigo de Ronald Coase com o título de *The Nature of the Firm* (DALLABRIDA, 2011). Já na década de 1970, o termo novamente voltou a ser tema de debates “para designar os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes, aos contratos e à aplicação de normas.” (DALLABRIDA, 2011, p. 2). Ainda na década de 1970, o termo governança, em alguns países da Europa Ocidental, começava a ser discutido já tendo a sua definição atrelada a questões como gestão pública, em razão do aumento das demandas sociais e a falta de recursos (financeiros e humanos), e da capacidade de gestão (MILANI; SOLINÍS, 2002 apud DALLABRIDA, 2011).

3.1.1 Governança Territorial

Dallabrida (2011, p. 4) defende que a governança por si só não será capaz de gerar grandes transformações, mas a “prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável para o desenvolvimento”, que é entendido pelo autor como um desenvolvimento alternativo, pois o foco aqui não está na produção e no lucro, mas nas pessoas e no seu ambiente, objetivando a melhoria das condições de vida. Essa é uma

perspectiva de desenvolvimento que para se efetivar necessita de um Estado forte, porém, com uma burocracia menos rígida e apoiado numa democracia inclusiva “na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo organizado nas suas comunidades.” (DALLABRIDA, 2010, p. 168). Sob esse prisma, Dallabrida (2010) entende que o desenvolvimento territorial deve ser compreendido como um processo de mudança estrutural

Empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população. (DALLABRIDA, 2010, p. 169).

Teixeira (2004) chama atenção para o fato que se observou nos últimos anos da implantação de processos de reforma dos Estados que acabaram por apoiar políticas de descentralização, principalmente na África e América Latina, mas que, conforme o autor, acabaram por simplesmente transferir o local das decisões políticas da esfera nacional para esferas subnacionais, sem, no entanto, garantir efetivamente a participação e envolvimento das comunidades. Nesse raciocínio, o autor defende a implantação de formas de governança policêntricas, que devem considerar as realidades físicas, sociais e culturais e possibilitar aos atores estabelecerem suas prioridades de acordo com as necessidades locais. A grande questão aqui, segundo o autor, é definir qual o melhor arranjo institucional que possibilite o alcance mais amplo ao desenvolvimento. Teixeira (2004, p. 6) ainda defende que os grupos que tiveram a capacidade de “administrar bem seus recursos comuns, fiscalizando o cumprimento das leis e comportamentos coletivos – o que evidentemente exigiu sacrifícios de parte de todos os indivíduos daquele grupo – foram os que melhor desempenharam”.

Dallabrida (2010) menciona Brandão (2004), concordando com este autor sobre a necessidade de definição de uma dimensão espacial ao se pensar um processo de desenvolvimento, em que não haja uma segregação do local ou regional do âmbito nacional, mas, ao contrário, que ocorra um processo de multiescalaridade, com dinâmicas interligadas, conformando um processo de desenvolvimento numa direção: do local para o global, colaborando, assim, na conformação do “novo regionalismo”⁶. Dallabrida (2010) defende ainda a articulação entre o Estado nacional e a região, reforçando, dessa forma, o papel das

⁶ O novo regionalismo traz em seu bojo a discussão sobre “crescimento econômico e desenvolvimento regional a partir de um novo paradigma de governança e não apenas como um movimento político e econômico” (KON, 2009, p. 279). Kon (2009) esclarece que, dentro do novo regionalismo, a noção de região baseada em relacionamento de territórios, não apenas em estruturas administrativas e legais, se destaca, bem como novas formas de ação politicamente relevantes, indo além das fronteiras administrativas e promovendo transformações nas hierarquias inter e intranações.

instituições locais que, por sua vez, irão reforçar as redes intergovernamentais e público-privadas, tornando-se mais aptas a se relacionarem com atores de escalas globais.

No sentido em que se estabelece a descentralização na gestão pública, faz-se necessário a criação de estruturas de gestão do desenvolvimento subnacionais, como conselhos regionais de desenvolvimento, fóruns deliberativos, “agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesses diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores, ou empresariais, dentre outras.” (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 81). Assim, a região poderá tornar-se “sujeito do seu processo de desenvolvimento”.

Segundo Ortega e Silva (2011, p. 41), existem vários modos de governança, como a autogovernança, a cogovernança e a governança hierárquica, que se caracterizam como processos não estáticos e não replicáveis, ou seja, cada território produz “Um conjunto complexo e característico de formas organizacionais para responder as suas próprias necessidades e especificidades institucionais. Logo, na esfera territorial, a governança adquire vocabulários e lógicas específicas que orientam a vida coletiva”.

Dessa forma, defendem os autores, o processo de desenvolvimento, seja ele local, regional ou nacional, é fruto de construções sociais que se materializam por meio das dimensões culturais, étnicas e simbólicas. Assim, os sistemas econômicos ocorrem referendados pela ação dos atores locais, fazendo surgir um novo tipo de economia – a economia do cotidiano, em que é possível reconhecer laços não apenas de concorrência, mas de cooperação, reciprocidade, parceria e sentimento compartilhado (ZAOUAL, 2006 apud ORTEGA; SILVA, 2011).

Putnam (2002) traz à discussão o conceito de capital social vinculado a esses elementos simbólicos já citados e que caracterizam o território. De acordo com esse autor, para que ocorra a materialização do capital faz-se necessário a existência de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica, visando a superação dos conflitos pertinentes à ação coletiva e ao oportunismo. Quanto às regras mencionadas pelo autor, elas devem ser “incutidas e sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização (por exemplo, educação cívica) quanto por meio de sanções.” (PUTNAM, 2002, p. 181). Nesse sentido, o autor defende que essas normas fortalecem a confiança social, que, por sua vez, é um fator fundamental para o capital social que irá reduzir os custos de transação, promover a cooperação entre os atores e, conseqüentemente, o desenvolvimento do território. Uma sociedade que possui um nível de confiança entre os atores mais elevados estará mais apta a

estimular os laços de cooperação entre eles, reforçando as estruturas sociais e, conseqüentemente, gerando uma economia forte e um Estado forte.

As normas e as redes mencionadas por Putnam (1996 apud ORTEGA; SILVA, 2011) estão diretamente relacionadas às conseqüências econômicas para a comunidade, conferindo ao conceito de capital social uma acepção mais instrumental. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se entender capital social como um instrumento que possibilita às comunidades, a obtenção de benefícios econômicos, políticos e sociais, pois os atores diretamente participantes do processo passam a ter acesso a determinados recursos cuja obtenção só se possibilita pela formação das redes sociais. Nesse sentido, entende-se que o capital social pode ser percebido como capital propriamente, pois há um claro direcionamento na direção de gerar resultados (ALBAGLI; MACIEL, 2002). Lin et al (2001 apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 12) destacam alguns dos benefícios econômicos promovidos pelo capital social:

- Maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimentos, bem como custos mais baixos, devido a relações de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns;
- Melhor coordenação e coerência de ações, bem como maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisão coletivos;
- Maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando um maior compromisso em relação ao grupo.

Há também uma importante questão discutida na relação entre capital social e benefícios econômicos, que é o aprendizado interativo que ocorre entre os atores locais e que funciona como uma forma de aquisição e difusão do conhecimento que, por sua vez, irá promover competitividade e desenvolvimento ao local. Conforme Albagli e Maciel (2002), esse conhecimento é tácito e se desenvolve segundo os valores e habilidades dos indivíduos, só podendo ser transmitido por contatos interpessoais.

Silva (2004), ao citar Haddad (2001) relata que a noção de capital social está relacionada com a de capitais intangíveis, que, por sua vez, abrange o capital institucional, humano, cívico, social e sinérgico, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Formas de capitais intangíveis

Algumas formas de capitais intangíveis	Especificação
Capital institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações, interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
Capital humano	O estoque de conhecimento e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
Capital cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
Capital social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
Capital sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: Haddad (2001 apud SILVA, 2004, p. 198).

O conceito de capital social remete ainda a duas outras dimensões: o *embeddedness* (enraizamento) e a autonomia (capacidade dos indivíduos de se relacionarem com grupos mais amplos). O conceito de *embeddedness* vem sendo cada vez mais utilizado pela literatura, principalmente nas pesquisas relacionadas a aglomerações produtivas⁷. Vale (2007) explica que a origem do termo está associada à sociologia econômica, definição inicialmente concebida por Polanyi e mais tarde reformulada por Granovetter, sendo este o responsável por associar as análises das instituições e das transações econômicas às suas raízes sociais. Vale (2007, p. 168, grifo da autora), esclarecendo a reformulação do conceito por Granovetter, afirma:

Para o autor, as instituições e as transações econômicas encontram-se enraizadas (*embedded*) em redes sociais e não podem ser analisadas e avaliadas abstraído-se de suas raízes sociais. [...] Pode-se afirmar que o conceito de *embeddedness*

⁷De acordo com Vale (2007, p. 169), “As concepções sobre *embeddedness* enriqueceram as análises sobre aglomerações produtivas, provocando inúmeros estudos e pesquisas e um rico e variado acervo de reflexões e descobertas, em franca evolução, com repercussões significativas nos estudos organizacionais”.

territorial encontra forte sintonia com concepções prévias, provenientes da economia regional ou em estudos das aglomerações produtivas, como explicitadas por Perroux ou Marshall.

Woolcock (1998 apud ORTEGA; SILVA, 2011, p. 50) traz uma análise do conceito de capital social mais ampliada, dividida em quatro dimensões: “integração (laços intracomunitários); *linkage* ou conexões (laços extracomunitários); sinergia (cooperação entre as instituições); e integridade organizacional (credibilidade e eficácia institucional)”, permitindo, assim, diversas combinações que resultarão no processo de desenvolvimento. Por outro lado, Coleman (1990 apud ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 6), um dos principais pesquisadores do tema, faz sua análise identificando três formas de capital social:

A primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social. O capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. A segunda forma diz respeito a canais de trocas de informações e ideias. Na terceira forma, normas e sanções constituem capital social onde elas encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos.

Albagli e Maciel (2002) entendem que numa sociedade onde há a formação de redes e fortes laços de confiança e de cooperação entre os seus atores, o empreendedorismo encontra terreno fértil para se desenvolver. Esse é outro tema que vem sendo discutido com muita ênfase desde as últimas décadas do século XX, sendo mais recentemente vinculado à teoria do capital social e cada vez mais está presente em políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento local e da capacidade competitiva, voltando-se, principalmente, para as micro e pequenas empresas e aquelas que estão em estágio de implantação. Conforme Albagli e Maciel (2002, p. 21), as políticas públicas são capazes de “criar condições propícias ao desenvolvimento do capital social, promovendo processos decisórios participativos, encorajando atividades voluntárias e comunitárias e provendo condições sociais adequadas e igualitárias”. Nesse contexto, observa-se um vínculo estreito entre empreendedorismo e desenvolvimento local, pois ambos estão vinculados à capacidade de inovação e aprendizado.

Dessa forma, de acordo com o campo de estudo que a governança é analisada, sua abordagem tratará dos elementos pertencentes a ele, com suas especificidades. Neste estudo o enfoque maior será dado ao campo das ciências sociais que aborda questões relacionadas à geografia e à política. Nesse sentido, emerge o termo governança territorial, que conforme Dallabrida (2011, p. 2, grifo do autor),

O exercício da governança territorial aconteceria através da atuação dos diferentes atores, nas instituições, incluindo o Estado, e organizações da sociedade civil, em *redes de poder socioterritorial*. Redes de poder socioterritorial é um termo proposto para referir-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica, tornando-se capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento.

Dessa forma, entende-se que a região ou o território consolida-se como um bloco que o autor chama de socioterritorial, que, por meio da construção de consensos, constrói um “pacto socioterritorial”, podendo ser entendido também como projeto político de desenvolvimento da região. “Bloco socioterritorial é um termo proposto para referir-se ao conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que, pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território” (DALLABRIDA, 2011, p. 3).

A atuação do bloco se dá por meio do processo denominado de concertação social, também chamado de concertação público-privada, que contempla o caráter democrático participativo mediante a “articulação dos diferentes atores e de suas diferentes propostas e visões de mundo” (DALLABRIDA, 2011, p. 3).

Concertação público-privada, ou simplesmente concertação social, é entendida como o processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma democrática e descentralizada. (DALLABRIDA, 2011, p. 3).

A concertação pode ser entendida também como um processo de ajuste, harmonização ou de conciliação de interesses, de elaboração de consensos grupais, e ainda como um exercício de negociação, efetuando-se no nível mais elevado das relações sociais, já que é prevista a horizontalidade nas relações entre os atores do processo, que participarão em condições iguais, o que resultará no fortalecimento das relações de confiança entre os setores. Dessa forma, a sociedade civil revalorizada assume o papel de protagonista do processo de governança, de forma propositiva e apresentando reações a formas de intervenções externas que contrariem os interesses locais / regionais (DALLABRIDA; BECKER, 2003). Os autores entendem que fazem parte do processo de concertação elementos considerados favoráveis, como “A geração de uma dinâmica territorial que implique na articulação dos diferentes setores e que propenda para a comunicação e confiança, instituindo uma prática na qual os interesses coletivos se sobreponham aos interesses exclusivos dos partidos políticos” (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 89).

E desfavoráveis, como

(1) A inexistência de um marco administrativo-estatal que oportunize a autonomia local/regional; (2) o grande tamanho da área objeto da concertação o que multiplica os potenciais focos de conflito no interior da região, além (3) do baixo dinamismo das instituições locais / regionais e a tradicional fragilidade na comunicação interinstitucional [...] (DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 89).

Dessa forma, a articulação desses elementos compõe e dá sustentação ao que se denomina de governança territorial, que, de forma resumida, pode-se explicar como a ação da sociedade organizada, apta a participar das decisões de caráter público, contando com a participação de diversos atores (sociais, institucionais e econômicos), entre eles o Estado. A revalorização de elementos como democracia e participação popular nas decisões políticas traz à tona a discussão sobre as reais dimensões abrangidas pela “cidadania”.

Conforme Carvalho (2011), a liberdade e a participação por si só não trazem a resolução dos problemas sociais, mas o exercício dos seus direitos, como os civis, políticos e sociais⁸. Em países onde se observou o desenvolvimento mais rápido da cidadania, nota-se a existência da “educação popular”, que possibilitou que a sociedade se organizasse e, na ausência dos seus direitos, lutasse por eles. De acordo com Carvalho (2011, p. 11), “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”.

Historicamente, a luta pelos direitos sempre ocorreu nos limites geográficos e políticos do Estado-Nação, formando, desse modo, cidadãos que se sentiam pertencentes a uma Nação e a um Estado. A identidade nacional é composta por símbolos como a língua e a religião, por exemplo. Por outro lado, a relação com o Estado depende do grau de participação na vida política, fazendo com que a identificação com a nação, em alguns casos, seja mais intensa do que a lealdade ao Estado. No Brasil, a reconstrução da democracia vem ocorrendo de forma lenta após o fim do período de ditadura militar, em 1985. Para celebrar esse novo período na história brasileira foi promulgada, em 1988, a Constituição Federal, também chamada de Constituição Cidadã, dando vez e voz aos cidadãos para atuarem em processos mais participativos e democráticos (CARVALHO, 2011). Porém, a sociedade brasileira ainda dá os

⁸Por direitos civis, Carvalho (2011, p. 9-10) entende que “são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”. Já os direitos políticos, o autor considera que “seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado”. Por fim, os direitos sociais são explicados pelo autor como aqueles em que estão incluídos “o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” [...] “Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social.”

primeiros passos no sentido de consolidar uma participação efetiva nos processos decisórios do país.

A governança traz ainda em seu bojo outras questões que estão diretamente relacionadas, como a descentralização das decisões políticas, bem como do ganho de poder pela sociedade para participar nos processos de tomada de decisão. Além disso, ao se falar em governança, fala-se também em desenvolvimento regional.

A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, no sentido de ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacetária. (BOISIER, 1996 apud DALLABRIDA; BECKER, 2003, p. 92).

Dallabrida (2011, p. 3) defende que são as relações de poder que permitem o exercício da governança, porém “não se trata de relações amistosas, harmônicas, mas de relações que ocorrem em processos conflituosos, com origens inter e extra-escalares”. Brandão (2011 apud DALLABRIDA, 2011) defende que se deve buscar a construção de estratégias multiescalares e de governança multinível que contemplem diversas escalas espaciais, articuladas no território alvo do processo de desenvolvimento. Ainda que haja uma transferência de poder, deve-se relativizar esse poder conquistado pela sociedade, pois encontram-se limitações no que tange à sua efetividade, de acordo com Dallabrida (2011, p. 4), em razão, principalmente, de dois fatos: “(1) da impraticável autodeterminação da sociedade civil e, (2) do papel do Estado-Nação, pois o Estado não morreu.”

O poder como fenômeno social, e não individual, é entendido como um componente de uma relação social, sendo considerado por Dias (2008, p. 177) como um dos mais importantes processos sociais, pois “é a capacidade que possuem os indivíduos e grupos sociais, entre os quais as organizações, de modificarem o comportamento de outros grupos ou pessoas”. O poder, conforme Dias (2008), se manifesta por meio de três componentes: força, autoridade e influência.

Para explicar melhor os três componentes do poder, Dias (2008) analisa separadamente cada um deles. A força é representada pelo uso ou ameaça da coerção física. Já para explicar a autoridade, o autor usa a definição de Max Weber, em que ele, por sua vez, identifica três tipos de autoridade: a autoridade burocrática ou racional; a tradicional; e a carismática. Quanto ao terceiro componente, a influência, Dias (2008, p. 181) define como “a habilidade para afetar as decisões e ações de outros, mesmo não possuindo autoridade ou força para assim proceder”. A posse de conhecimento constitui-se, na atualidade, em uma

importante fonte de poder, cabendo a quem a possui saber como utilizá-la para exercer influência sobre outros.

Um aspecto que deve ser considerado é a posse de meios materiais ou não por parte de um grupo ou indivíduo que, utilizando de habilidade na manipulação do que possui, adquire maiores parcelas de poder, ou se constitui de fato numa fonte de poder, modificando o comportamento de outras pessoas de acordo com a sua vontade. (DIAS, 2008, p. 182).

Já Raffestin (1993) destaca o caráter de multidimensionalidade do poder ao dizer que é a partir das relações que surgem as primeiras manifestações de poder. O processo tem início quando há troca de comunicação, estabelecendo-se uma relação em que surgem dois polos opostos que se confrontam. Mencionando Foucault, Raffestin (1993) expõe cinco elementos definidos pelo autor que indicam a natureza do poder:

- O poder não se adquire, é exercido a partir de inumeráveis pontos;
- As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas;
- O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
- As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
- Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT apud RAFFESTIN, 1993, p. 53).

É exatamente o poder exercido por um grupo social por meio da influência exercida sobre outros, fazendo uso das informações e conhecimento que possui, que se aborda neste trabalho, pois para que o exercício da governança torne-se possível é necessário a criação de uma instância institucional em que seja possível a prática do exercício do poder. Boisier (1998 apud DALLABRIDA, 2011) defende, para uma maior participação democrática dos cidadãos, a criação de um poder político local-regional, considerada por ele como condição necessária, além de mencionar questões como a descentralização, por exemplo, como um eficiente processo de transferência de poder.

A discussão do poder está relacionada também com o conceito de território, sendo este “moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 24). Mais recentemente, o conceito de território vem sendo revisitado pela literatura, indo além das discussões acerca do espaço geográfico para incluir questões de ordem administrativa, social, política e econômica, e vem sendo utilizado como unidade espacial para a execução de projetos e visões de futuro dos seus atores. Ugarte (2010, p. 173, tradução

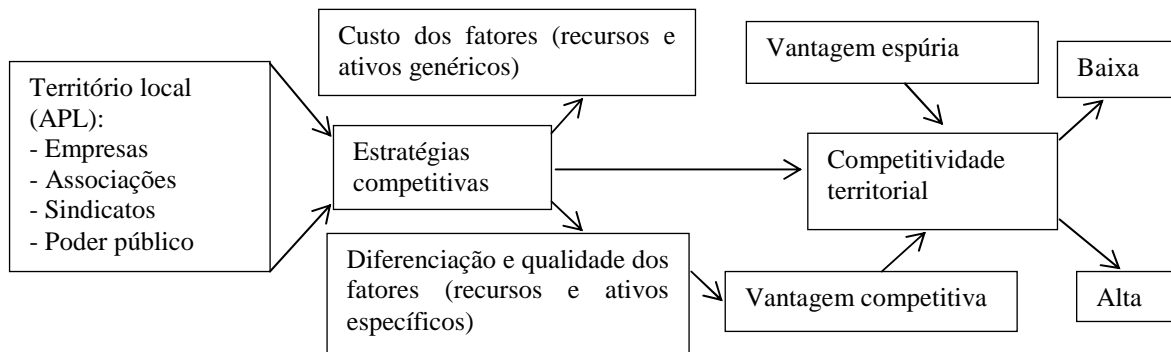
nossa) define o território como “Uma interseção de redes (físicas, humanas, formais e informais) de estratégias e de interdependências entre os sócios vinculados entre eles, um lugar de produção, de negociação, de compartilhar um futuro comum”.

Já na década de 1980, Michael Porter apontava a importância da escala espacial na promoção da competitividade industrial. Dessa forma, o território é entendido como um espaço ofertante de recursos e a territorialização irá depender da especificidade dos recursos disponíveis. Assim, observa-se uma revalorização dos elementos locais como espaço de construção social por meio das estratégias das empresas e dos Estados, seja pela desconcentração espacial, seja pela descentralização político-administrativa (FUINI, 2006).

Fuini (2006, p. 58) destaca que Benko e Pecqueur (2001 apud FUINI, 2006) propõem uma “tipologia de diferenciação dos territórios a partir dos seus recursos e ativos, genéricos e específicos”⁹. Os autores explicam que os ativos e recursos específicos são aqueles elementos com a capacidade de provocar uma diferenciação territorial no caso de concorrência com outras regiões, mobilizando vantagens competitivas dinâmicas e duradouras. O que se observa, segundo Fuini (2006), na maioria das regiões, bem como nos países em desenvolvimento, é o uso concomitante de fatores específicos e genéricos em virtude, principalmente, dos custos para a realização de investimentos. No diagrama a seguir (Figura 1) pode-se perceber a influência dos diversos atores, bem como os fatores mencionados por Fuini (2006) no nível de competitividade de um dado território, interagindo entre si e definindo o nível de competitividade do território no qual estão instalados.

⁹ Conforme Fuini “os recursos são fatores ainda latentes, a organizar e explorar e os ativos são fatores já em uso. Os ativos e recursos genéricos são fatores totalmente transferíveis espacialmente através de trocas mercantis, caracterizando seu valor no processo produtivo por uma questão de preço, como nos moldes da antiga ideia de competitividade industrial. Já, os ativos e recursos específicos, implicam em custos de transferência muito elevados ou que não podem ser dimensionados, definindo seu valor em função das condições de seu uso e dos processos interativos engendrados no ambiente em que são configurados.” (BENKO; PECQUEUR, 2001 apud FUINI, 2006, p.58).

Figura 1 – Trajetória da Competitividade territorial dos APLs



Fonte: Fuini (2006, p. 62).

Dessa forma, entende-se que deve haver uma definição dos recursos a serem tratados como prioritários para que o território possa criar estratégias competitivas consistentes, por meio da análise dos custos dos fatores ou da qualidade e especificidade deles (FUINI, 2006).

3.1.2 Governança no Turismo

A discussão da governança, quando associada ao turismo, traz, também, além dos elementos mencionados anteriormente, como o Estado, a sociedade e o território, os processos relacionados à gestão dos destinos turísticos, ao seu planejamento e aos meios para alcançar o desenvolvimento turístico. Vera Rebollo et al (2011, p. 337) identificam três pilares básicos para que se implante eficientemente um sistema de governança relacionado ao turismo: “o setor público, o setor privado e a sociedade civil, destacando-se que a articulação adequada destes elementos gera maior competitividade para os destinos turísticos.”.

Vera Rebollo et al, mencionando Madrid, defendem ainda que a integração e articulação dos atores deverá ocorrer em torno da formação de um produto integral e único – o destino turístico –, e a governança turística se faz relevante na condução dos destinos, “Através dos esforços sinérgicos e coordenados dos governos em seus diferentes níveis e atribuições, da sociedade civil que habita nas comunidades receptoras e do tecido empresarial relacionado com a operação do sistema turístico.” (VERA REBOLLO et al., 2011, p. 346, tradução nossa).

Quanto à gestão do turismo, as políticas públicas são concebidas de acordo com a interação dos atores próprios da atividade¹⁰, com o papel fundamental do setor público concebendo as políticas e implementando o planejamento turístico. Velasco (2008 apud VERA REBOLLO et al., 2011, p. 340) defende a “natureza favorável do turismo para a implementação da governança”:

1. O turismo precisa para seu impulso da colaboração do setor público e do setor privado. Para seu desenvolvimento é imprescindível a utilização de recursos públicos cuja gestão é competência dos distintos níveis de governo (recursos naturais, culturais, territoriais...); 2. É necessária a implicação no destino da sociedade de acolhida para o bom desenvolvimento do mesmo; o que em termos de governança seria a implicação da sociedade civil; 3. O turismo é eminentemente transversal. Para seu normal desenvolvimento faz falta a concorrência de subsectores empresariais diversos (hospedagem, alimentação, transporte, intermediação...) com lógicas independentes e, em muitos casos, contraditórias; 4. Para os agentes turísticos é uma forma de trabalho cotidiano utilizar, segundo a lógica da intervenção, elementos diferentes à tradicional divisão funcional. No caso do turismo seria o destino o aglutinador do espaço de ação. Ainda que o conceito ‘destino’ seja controvertido, engloba setores, níveis de governo, interesses opostos... e é a unidade mais arraigada para o trabalho na matéria; 5. Em determinados âmbitos as colaborações público-privadas têm demonstrado êxito. É evidente que as plataformas de promoção em que têm participado agentes públicos e privados têm demonstrado um potencial enorme. (VERA REBOLLO et al., 2011, p. 340, tradução nossa).

É por meio das políticas que a ação do Estado pode ser concretizada, e que, por sua vez, irá permitir a elaboração de programas previstos no planejamento. O planejamento, como processo contínuo e dinâmico, apresenta três pontos cruciais, conforme Beni (1997, p. 80): “estabelecimento de objetivos; definição de cursos de ação e determinação das necessidades de recursos.” Em função da dinâmica da atividade, em que seus elementos estão em constante interação, o planejamento se faz essencial para permitir a constante retroalimentação do sistema turístico.

Beni (1997) defende também que há uma necessidade de se pensar o turismo de forma integrada, em razão da complexidade da atividade, permitindo que os seus componentes estejam sincronizados e ajustados para poderem atingir as metas propostas. Dessa forma, permite-se pensar e elaborar planejamentos regionais do turismo, que Beni (1997, p. 80) explica como “Um conjunto de polos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infraestrutura comum que, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional”.

¹⁰Conforme Vera Rebollo et al (2011), o setor turístico é composto pelos empresários, trabalhadores e fornecedores das empresas turísticas e de apoio que desenvolvem suas atividades em nível local. Quanto à “sociedade em geral”, Vera Rebollo explica que é formada por pessoas que compõem os demais setores econômicos, sociais, culturais, ecológicos, desportivos, em sua maioria composta pelos habitantes dos destinos.

O planejamento integrado do turismo é um processo que apresenta duas razões principais que o tornam difícil de ser executado, que são: a participação do Estado nas decisões sobre os objetivos da política de turismo; e a diversidade de ações, em virtude da abrangência de diversos setores atuando conjuntamente, pois os objetivos delineados pelo governo, em alguns casos, apresentam-se de forma contraditória, entrando em choque com os propósitos da política de turismo, bem como com as medidas de ação governamental delineadas para o alcance do desenvolvimento planejado (BENI, 1997).

Assim, surge a questão: como conciliar conflitos na busca do desenvolvimento da região que busca a sustentabilidade socioeconômica vinda principalmente do turismo? Nesse ponto, emerge a necessidade de uma “gestão territorial participativa, com a decisiva intervenção da iniciativa privada” (BENI, 1997, p. 83), o que, a princípio, representa uma diminuição do papel do governo no que diz respeito à parte operacional da atividade, mas não no controle da gestão.

Nesse sentido, o governo federal, por meio do Ministério do Turismo, desenvolveu o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003/2007, que trabalha com dois programas eixos: o Programa de Regionalização do Turismo e o Programa de Gestão Descentralizada. Conforme Pozzer (2008, p. 77), o Programa de Gestão Descentralizada, abordado pela primeira vez em um plano nacional de turismo, prevê a implantação de um sistema de gestão “integrada, cooperada, compartilhada, coletiva, democrática e includente das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do turismo”. Os municípios são incentivados a criar os seus conselhos e a região a criar suas instâncias de representação, cabendo às Instâncias de Governanças Regionais a responsabilidade de organização da região e de elaboração dos projetos turísticos de cunho regional. Ao governo federal e aos governos estaduais cabe o assessoramento, numa relação de verticalidade e horizontalidade.

Em outros países, conforme Silveira (1997, p. 94), a descentralização no turismo já vem sendo praticada há algum tempo e se baseia em ações que estão apoiadas por “procedimentos políticos, técnicos e financeiros que levam ao planejamento integrado e à gestão participativa”. Dessa forma, entende-se que o planejamento integrado permite uma valorização no processo em que as decisões são tomadas respeitando as necessidades, as responsabilidades e os interesses dos atores envolvidos.

Vera Rebollo et al (2011) defendem o uso de políticas integrais e específicas nos governos centrais, dando uma posição destacada e privilegiada ao turismo em razão do seu papel predominante nas economias. A integração dos diversos setores econômicos do turismo, trabalhando em conformidade com as políticas públicas pensadas no âmbito local / regional e

idealizadas a fim de promover o desenvolvimento do turismo na região, possibilitam que se atrele a governança à sustentabilidade dos destinos. Vale lembrar que a sustentabilidade deve ser entendida como um processo que abrange não só as escalas ambientais, mas, atualmente, ao se falar de sustentabilidade, fala-se também de questões ecológicas, sociais, culturais, econômicas e espaciais (SACHS, 1993 apud SILVEIRA, 1997).

Beni (2003b, p. 37) argumenta que o processo de planejamento deve preconizar o desenvolvimento sustentável do turismo, porém, para que ele ocorra, é necessário que a região apresente externalidades como “disponibilidade de infraestrutura social básica, proximidade de mercados, determinação de desenvolvimento do território e dos setores econômicos nela identificados e selecionados”. Esse autor defende que o turismo é capaz de transferir benefícios de regiões mais ricas para outras menos favorecidas, pois se trata de uma atividade que gera empregos, renda, fazendo com que a propensão pelo consumo se eleve, podendo, dessa forma, promover uma melhoria na qualidade de vida das populações locais, pois gera avanços nas atividades de serviço, principalmente, e na infraestrutura, que, por sua vez, irão favorecer o surgimento de outras atividades, atraindo novos investimentos (BENI, 2003b).

As regiões mais competitivas são aquelas que apresentam um sistema produtivo articulado internamente e apoiado por fatores externos. Esse fato reforça o papel das regiões no cenário de competitividade internacional e justifica o fato de se pensar as regiões, bem como elaborar o seu planejamento, a partir da base, ou seja, de baixo para cima, com estratégias que permitam a sua integração nos mercados globais. Conforme Beni (2003b), é a partir desse processo de competitividade que surgem os *clusters* e são adotados para promover o desenvolvimento sustentável do turismo, pois irão permitir que o destino apresente-se como um produto acabado, oferecendo serviços que permitam o seu posicionamento no mercado internacional.

3.2 AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS – *CLUSTERS* E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

De acordo com Lemos (2004), há uma relação estreita entre a força de cooperação dos agentes locais com a produtividade, ou, da intensidade da participação e da relação produtiva. Nesse sentido, observa-se surgir um ator de fundamental importância na articulação e cooperação regional, que é o agente articulador que, conforme Lemos (2004, p. 76), “se caracteriza por um agente local, seja ele empresário, político, professor, seja um membro da comunidade que articula outros agentes e assim coordena o processo de desenvolvimento

local”. Novamente surge a questão da sinergia, que ganha contornos de público-privado-comunidade, ganhando destaque na condução do processo dos agentes articuladores. Petrocchi (2002) também defende a importância da sinergia para o planejamento da oferta turística e para a gestão do turismo. Para o autor, o turismo é uma atividade essencialmente sinérgica, mas no Brasil ainda não houve, por parte dos administradores municipais, um amadurecimento que permita, à exceção de casos isolados, uma administração conjunta de forma que o turismo possa criar oportunidade para um número maior de pessoas. Petrocchi (2002) lembra que as ações conjuntas ainda se mostram muito difíceis de serem administradas, em virtude dos interesses individuais ainda prevalecerem.

As sinergias direcionadas ao turismo mais comuns apontadas por Petrocchi (2002) são aquelas relacionadas ao marketing, às questões operacionais e financeiras. Quanto à sinergia de marketing, o autor explica que regiões vizinhas com o mesmo direcionamento para o turismo podem utilizar os mesmos canais de distribuição – por meio de operadoras e agências de viagens – e equipes de gestão. A publicidade, promoção, eventos e vendas vinculadas são apontados como ferramentas para aumentar a produtividade da estrutura de marketing. A sinergia operacional refere-se, principalmente, ao compartilhamento dos custos operacionais. Além da redução dos custos na compra de insumos, programas de treinamento e capacitação de pessoal também podem ter seus custos compartilhados. Por fim, a sinergia dos investimentos refere-se mais aos projetos viários, urbanísticos, de saneamento, de segurança pública e todos aqueles cuja gestão é de responsabilidade dos órgãos governamentais. Nesse sentido, um documento elaborado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), que trata do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, aponta as vantagens que podem ser obtidas pela atuação conjunta de empresas turísticas, porém, dentro de subsetores diferentes (hospedagem, restaurantes, entretenimento):

No caso do subsetor hospedagem, podem-se apresentar, como oportunidade de atuação conjunta entre as empresas desse subsetor, as seguintes ações:

- Treinamento conjunto de mão-de-obra (camareiras, cozinheiras, recepcionistas, monitores, etc.).
- Publicidade conjunta da localidade de alcance regional, nacional ou internacional.
- Compras (negociações de compra) conjuntas de utensílios padronizados de hotéis e pousadas (móveis, uniformes, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, telecomunicações, etc.).
- Manutenção de uma Central de Informações sobre vagas disponíveis nos hotéis da localidade.
- Investimentos conjuntos em melhorias para a localidade.
- Organização conjunta de eventos artístico-culturais.
- Avaliação dos impactos locais sobre o conjunto de hotéis da realização de parcerias com operadoras externas que elaboram pacotes aos clientes.

- Negociações conjuntas a órgãos públicos municipais, estaduais e federais para melhorias na infraestrutura local.
- Realização conjunta de um plano de marketing para realizar a especialização dos hotéis (temas específicos, características, padrões, perfil diferenciado dos clientes, etc.).
- Criação conjunta de um selo de qualidade local das instalações.

Para empresas que se situam no ramo de restaurantes e alimentação, as oportunidades tradicionais de cooperação seriam:

- Compras conjuntas de alimentos.
- Investimento conjunto de fornecedores de alimentos agropecuários da região.
- Treinamento conjunto da mão-de-obra.
- Busca conjunta por implantações de escolas e cursos técnicos de garçons e gastronomia.
- Publicidade conjunta das opções gastronômicas da localidade.
- Investimento em marketing para definir uma identidade gastronômica para o local.
- Organização conjunta de eventos gastronômicos.
- Identificação das complementaridades entre os cardápios dos estabelecimentos do local.
- Apoio à fiscalização dos órgãos competentes locais quanto às condições de funcionamento das instalações.
- Criação conjunta de um selo de qualidade local das instalações.

Com respeito aos estabelecimentos no subsetor de entretenimento e lazer, também surgem algumas possibilidades de cooperação, tais como:

- Publicidade conjunta dos eventos e das opções de entretenimento da localidade.
- Criação conjunta de um calendário anual de eventos.
- Organização conjunta de eventos.
- Investimento conjunto na preservação do meio-ambiente.
- Investimento conjunto na infraestrutura local de entretenimento, sobretudo aquela diretamente ligada à natureza. (BRASIL, 2007, p. 23).

Lemos (2004) defende ainda que mediante a instalação de um arranjo produtivo local, novos padrões de relacionamento entre os atores das instâncias decisórias são constituídos. Os agentes articuladores passam a atuar por meio de ações coordenadas, buscando soluções inovadoras e autossustentadas. Os arranjos produtivos tenderão a se desenvolver em contextos em que “os arranjos tácitos e institucionais que permitam a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresários e trabalhadores que promovam ações empreendedoras formais e informais.” (LEMOS, 2004, p. 77).

Dessa forma, o empreendedorismo ganha destaque, pois, conforme Lemos (2004), a inclusão social nos arranjos produtivos locais se dá pela via do empreendedorismo. Albagli e Maciel (2002, p. 1), por sua vez, reconhecem que “Ambientes mais propícios ao empreendedorismo são aqueles em que ocorrem processos interativos e cooperativos de aprendizado e de inovação; daí a importância de se promover a capacitação local em inovação e aprendizado de forma coletiva e sistêmica”.

Nesse sentido, as autoras chamam atenção para pesquisas realizadas na Itália – e no Brasil – que apontam aspectos negativos e positivos na constituição de sistemas produtivos

locais. O estudo das aglomerações, na forma de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais que envolvem, como dito anteriormente, não somente empresas, mas agentes locais, instituições de pesquisa, educação e treinamento, ganha destaque em razão de proporcionar maiores condições de um empreendedorismo com maiores possibilidades de sobreviver de forma sustentada. Nesse sentido, as pesquisas apontam para sete fatores prioritários:

- a) Grau de instrução;
- b) Densidade de relações de aprendizado interativo;
- c) Sentimento de identidade e pertencimento;
- d) Nível de inclusão ou de polarização social;
- e) Identidade entre interesses individuais e coletivos;
- f) Lideranças locais;
- g) Relação Estado/sociedade.

Os dois primeiros tópicos (grau de instrução e densidade de relações de aprendizado interativo) se referem à educação, formal e informal, à acumulação de conhecimento tácito, além de contribuir para o entendimento de questões relacionadas à cidadania. Dessa forma, consolidam-se laços que, tendo sido estabelecidos objetivos comuns, permitirão um direcionamento para o desenvolvimento local (ALBAGLI; MACIEL, 2002). Conforme as autoras, quanto mais inovadoras se mostram as empresas, maior será o grau de instrução dos seus gerentes/administradores. O nível de instrução está relacionado ainda com o aprendizado e a interação produtiva. Naqueles arranjos apontados como bem-sucedidos, houve a preocupação na implantação de instituições de ensino e pesquisa ou no estabelecimento de relações com estas instituições.

Dowbor (2006) defende que a educação possui ligação direta com o desenvolvimento local. Por meio da educação, segundo o autor, as pessoas têm a possibilidade de conhecer os problemas comuns, as alternativas e as possibilidades dos locais que habitam. A educação funciona como instrumento de emancipação, pois permite a formação de pessoas – cidadãos – que saibam de suas responsabilidades, cobram transparência do poder público, para entender o que acontece com o dinheiro público, como andam os indicadores sociais e os maiores potenciais de desenvolvimento de sua região. Para a formação de uma sociedade que aprende a articular interesses, o autor aponta a importância das organizações da sociedade civil, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), as organizações comunitárias, grupos de interesse, dentre outros.

No território assim constituído, as pessoas passam a se identificar como comunidade, a administrar conjuntamente problemas que são comuns. Este aprender a colaborar se tornou suficientemente importante para ser classificado como um capital, uma riqueza de cada comunidade, sob forma de capital social. Em outros termos, se antigamente o enriquecimento e a qualidade de vida dependiam diretamente, por exemplo numa propriedade rural, do esforço da família, na cidade a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum. (DOWBOR, 2006, p. 4).

A temática do desenvolvimento local, segundo Dowbor (2006), vem sendo introduzida na educação básica de algumas escolas no Brasil por meio de projetos especiais que colocam a educação como pré-requisito para o desenvolvimento local sustentável. O autor reforça a tese dizendo ainda que sociedades com baixos níveis de escolaridade enfrentarão mais dificuldades para a formação de cidadãos.

Em seguida, Albagli e Maciel (2002) relacionam itens que tratam da identidade e pertencimento, desigualdade (polarização social) e interesses (individuais e coletivos). Os três itens relacionados apresentam relação direta com o grau de coesão social.

A exclusão social, por definição, mina as possibilidades de coesão social e, portanto, da constituição de interesses coletivos - base para o desenvolvimento local - com os quais os indivíduos se identifiquem. Putnam já havia argumentado, a esse respeito, que a desigualdade social e o baixo engajamento cívico tendem a se reforçar mutuamente, mostrando que o declínio do capital social nos Estados Unidos está ligado à crescente desigualdade de renda. Parece evidente que a polarização extrema entre classes sociais numa estrutura social de distribuição (não só econômica) distorcida constitui um obstáculo à coesão em torno de interesses comuns. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 17).

Novamente mencionando pesquisas realizadas no Brasil e na Itália, as autoras apontam os problemas encontrados pelos APLs situados em localidades mais pobres para se desenvolver, demonstrando a dificuldade em estabelecer uma organização social que possibilite o estabelecimento de objetivos comuns. Os interesses individuais, em muitos casos, ainda se sobrepõem aos interesses coletivos, principalmente em localidades onde não há registros de organização social. As autoras apontam que a introdução de um elemento externo à localidade, como uma empresa multinacional, por exemplo, pode representar ainda mais um fator de desagregação social. Como essas grandes empresas têm como referências suas matrizes localizadas em outras partes do planeta, o ritmo e o interesse coletivo local não serão por elas considerados, o que, por sua vez, imprimirá nas localidades receptoras novas dinâmicas - dinâmicas globais. Como exemplo as autoras citam os casos da Fiat, em Minas

Gerais, de empresas que produzem aparelhos celulares, em Campinas, ou ainda a Monsanto, no Paraná.

Os dois últimos aspectos abordados por Albagli e Maciel (2002) – lideranças locais e relação Estado / sociedade – referem-se à importância do surgimento de lideranças locais atuando na mobilização de grupos para criar canais de diálogo com o Estado. As lideranças são capazes de traduzir e representar os anseios dos grupos sociais, criando laços entre o Estado e a sociedade civil e fortalecendo essa relação, tanto em nível local quanto nacional. O papel das lideranças locais deve ser entendido, segundo as autoras, “não simplesmente como fruto de iniciativas individuais isoladas de um contexto social mais amplo, mas sim como um fenômeno socialmente construído.” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 18).

Uma experiência relevante nesse campo é a das cooperativas auto-gestionárias, pelo papel que podem ter no aumento do emprego e da renda, na redução de desigualdades sociais e regionais, na elevação do nível de qualidade de vida das comunidades e, inclusive, no desenvolvimento do capital social, principalmente através de processos de interação, aprendizado e inovação. Este tipo de “empreendimento econômico com conteúdo social, e não empreendimento social com conteúdo econômico” pode, se considerados os outros fatores discutidos anteriormente, não só contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local como também garantir a sustentabilidade de longo prazo da própria empresa cooperativa, pelo fato de estar ela inserida na dinâmica econômica local mais ampla e no impulso coletivo de desenvolvimento, envolvendo a participação dos diversos atores e instituições sociais. (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 19).

Nesse sentido, observa-se a importância do capital social, já mencionado anteriormente neste trabalho, para oportunizar a superação da pobreza, gerar desenvolvimento local e possibilitar o “empoderamento” por segmentos sociais excluídos. Em alguns casos, o Estado utiliza-se de estratégias, como a criação de espaços institucionais voltados especificamente para esses segmentos, a formalização dos direitos de grupos menos favorecidos, a capacitação para o exercício da cidadania e a criação de ferramentas, que possibilitem a esses grupos compreenderem as dinâmicas econômicas e políticas locais (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Albagli e Maciel (2002) também utilizam a expressão *embeddedness* para explicar a relação de enraizamento dos empresários com o meio, percebendo-os como atores econômicos embutidos nas relações, redes e estruturas sociais, desfazendo a ideia de atuarem como átomos isolados. Segundo Albagli e Maciel (2002), essa nova percepção acerca do empresariado vem ganhando corpo desde a década de 1970, quando foram questionados os modelos adotados nas décadas anteriores (1950 e 1960), de desenvolvimento exógeno. A partir desse período, o empreendedorismo estará cada vez mais relacionado a questões

voltadas para o desenvolvimento local. Vázquez-Barquero (2006, p. 78, tradução nossa) concorda com as autoras quando considera o desenvolvimento um processo territorial, indicando que, a partir da década de 1980, começa a se abordar o tema do desenvolvimento endógeno, em que “as políticas de desenvolvimento são mais eficazes quando são realizadas por atores locais (e não pelas administrações centrais)”.

A discussão sobre competitividade ganhou novas dimensões com os estudos de Michael Porter, na década de 1980, quando ele defendia o processo de agrupamento empresarial, em que empresas concentradas geograficamente poderiam criar vínculos entre si, bem como um sistema de relações que lhes daria melhores condições de competição no mercado (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2006). Assim, surgem novas formas de organização espacial da produção, reestruturando “os centros industriais dos países de velha industrialização e aparecem outros novos centros nos países em desenvolvimento” (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2006, p. 81, tradução nossa).

Essas novas formas de organização da produção estão diretamente relacionadas com as novas tecnologias da informação e da comunicação, produzindo uma forte reestruturação das atividades consideradas tradicionais, permitindo o aparecimento de atividades mais avançadas da indústria, como a biotecnologia, por exemplo, e de serviços, com destaque para as atividades financeiras, de gestão, culturais e relacionadas ao ócio / lazer (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2006).

Territórios voltados para a produção de um tipo determinado de bem ou para o fornecimento de certos serviços, ou seja, especializados, tornar-se-ão mais aptos a desenvolver e implementar estratégias de crescimento e desenvolvimento. Dessa forma, novas experiências, que valorizam o território, vêm ganhando espaço e promovendo a construção de novas formas de coordenação político-institucional, o que, conforme Fuini (2006, p. 57), pode ser observado na proliferação de

Arranjos produtivos locais, distritos industriais, clusters, polos tecnológicos, meios inovadores e aglomerados metropolitanos de serviços, todos engajados, em maior ou menor grau, em estratégias voltadas a melhor aplicação dos recursos e fatores produtivos locais (produtividade) como forma de melhorarem suas competências e promoverem vantagens competitivas para as empresas nos territórios onde estão enraizadas.

Deve-se destacar que há entre essas estruturas acima descritas certo grau de semelhança. Todas elas estão relacionadas com a temática das redes, que ganhou corpo, despertando o interesse dos pesquisadores entre as décadas de 1970 e 1990. Os estudos

relacionados à valorização do território também ganharam uma abordagem mais ampla e, agregados a eles, vieram os debates sobre as aglomerações produtivas¹¹. Nas aglomerações, os agentes econômicos, políticos e sociais encontram-se próximos geograficamente, formando economias de aglomeração, em virtude, principalmente, dessa proximidade. As empresas ali instaladas teriam uma maior chance de sobrevivência e crescimento, favorecendo prioritariamente as micro e pequenas empresas (VALE, 2007).

Vale (2007, p. 160) entende que os aglomerados constituem-se em um “tipo particular de território, caracterizado por um conjunto de empresas de um mesmo setor de atividades, com uma atuação condicionada por fatores associados à proximidade física e às condições sociais, culturais e institucionais presentes no local”. Frente à nova lógica global de espaços diferenciados e competitivos emerge a questão das novas configurações produtivas capazes de apresentar desempenhos diferenciados. O que se observa, porém, é que essas novas configurações, por se tratarem de conceitos relativamente novos, acabam por gerar erros de interpretação acerca dos seus significados. No Brasil, os pesquisadores da RedeSist utilizam termos como “arranjos” ou “sistemas produtivos locais”. Na França, o grupo GREMI fala de *milieux innovateurs*; por outro lado, os herdeiros de Marshall utilizam os distritos industriais e, mais recentemente, Porter deu ênfase ao conceito de *cluster* (VALE, 2007). A autora destaca a importância de se estabelecer diferenças entre as várias vertentes que tratam dos aglomerados.

Uma das vertentes destacadas por Vale (2007) é a corrente Neoclássica, que ganhou maior destaque já no século XX por meio das contribuições de Walter Isard, que, por sua vez, se debruçou sobre a literatura referente à geografia econômica alemã, cujos principais pensadores foram Von Thünen, Lösch e Weber. As teorias mais recentes que seguem essa escola estão direcionadas para buscar explicações sobre a concentração geográfica de determinadas atividades produtivas. Em síntese, essa escola possibilitou a formação do que hoje se entende por “economia regional: concentração produtiva, escala e especialização, inserção internacional, vantagens comparadas” (VALE, 2007, p. 171).

Outra vertente apontada por Vale (2007, p. 171) é a escola designada “institucional” que abarca duas diferentes correntes teóricas: o neo-institucionalismo e a nova economia institucional evolucionária. Essas correntes permitiram o desenvolvimento de teorias relacionadas às “Redes empresariais / territoriais e cadeias de suprimentos: teoria dos custos

¹¹De acordo com Lastres e Cassiolato (2003), “Em uma definição ampla, é possível incluir os diferentes tipos de aglomerados referidos na literatura - tais como distritos e polos industriais, clusters, arranjos produtivos e inovativos locais, redes de empresas, entre outros. Geralmente, essas aglomerações envolvem algum tipo de especialização produtiva da região em que se localizam”.

de transação, formas de governança: firma, mercado, formas híbridas (redes), eficiência produtiva”.

O pensamento de Schumpeter sobre empreendedorismo e inovação possibilitou novas vertentes de análise sobre as aglomerações. Pode-se mencionar, por exemplo, aquelas correntes associadas à temática do Sistema Nacional de Inovação, que, por sua vez, permitiu o surgimento do conceito de arranjos ou sistemas produtivos e inovativos locais. Vale (2007, p.165), mencionando a RedeSist (2004), entende que esses sistemas “seriam resultantes da evolução histórica, vinculada a um processo de formação da própria identidade do território onde se inserem”. E mais adiante completa ao dizer que esses sistemas se caracterizam

Por uma dimensão territorial; por um escopo de diferentes atividades e distintos atores econômicos, políticos e sociais aí presentes; pela presença de conhecimento tácito; por processos de inovação e aprendizagem interativos; pela presença de mecanismos de coordenação das atividades (governança); e por um certo grau de enraizamento (*embeddedness*) das atividades na comunidade local (REDESIST, 2004 apud VALE, 2007, p. 165).

Além dessa corrente, Schumpeter influenciou ainda outra vertente teórica, cujos principais pensadores estão localizados na França, Itália e Suíça, que criou o conceito de *milieux innovateurs*, ou meios ou ambientes inovadores. A busca dessa corrente ocorre a fim de compreender as

Externalidades de natureza tecnológica decorrentes dos vínculos de cooperação e interdependência existentes entre diferentes atores localizados em um determinado ambiente, levando em consideração não apenas as relações econômicas aí presentes, mas, também, as culturais, psicológicas e sociais. (VALE, 2007, p. 165).

Marshall também foi outro importante estudioso sobre as questões da localização das atividades no espaço. Vale (2007, p. 166) esclarece que ele trabalhou com duas abordagens em relação ao tema: “os vários trabalhos na área da organização industrial, no qual se pode incluir não apenas o chamado ‘Grupo da Califórnia’, como também os trabalhos de Porter e os estudos sobre os distritos industriais, elaborados a partir, inicialmente, de observações de experiências na Itália”.

O primeiro grupo abrangia as correntes que tratavam de inovação técnica, organização industrial e localização, e ainda de regiões como sistemas de ativos físicos dotados de sinergia, em que a região deve ser entendida não apenas como resultado de processos políticos e econômicos, mas da vida social no capitalismo contemporâneo. Já na segunda vertente de investigação os trabalhos de Porter (2003 apud VALE, 2007) ganham destaque, cujas

pesquisas se concentraram no tema da organização industrial. Nome atualmente consagrado na literatura mundial, Porter (2003 apud VALE, 2007, p. 167) identifica duas causas principais que podem determinar o desempenho de uma organização: “a estrutura do setor onde a empresa se insere, caracterizando as regras prevalentes de competição; e a posição relativa da empresa no setor, que se constitui na fonte de vantagens competitivas”.

Porter (2003 apud VALE, 2007) utiliza o conceito de *cluster* – grupos, agrupamentos ou aglomerações – na tentativa de identificar os fatores condicionantes das vantagens competitivas das nações, regiões e empresas. Para a determinação dessas vantagens competitivas, os “fatores locais”, constituídos por conhecimento, relacionamentos, motivação, dentre outros elementos, ganham cada vez mais importância. Para Porter (1999 apud VALE, 2007, p. 167), os *clusters* podem afetar a capacidade de competição de três formas: “aumentando a produtividade das empresas aí presentes; indicando e sugerindo a tendência da inovação; e estimulando a criação de novas empresas na região.” Os trabalhos de Porter possibilitaram que os estudos organizacionais passassem a perceber a importância dos territórios ou dos agrupamentos, deixando de analisar as empresas de forma isolada.

Por fim, Vale (2007) faz uma abordagem acerca dos distritos industriais em que as novas concepções a seu respeito incorporam o conceito de produção flexível, analisando ainda as sinergias resultantes das relações mercantis, bem como aspectos culturais, sociais e históricos comuns pertencentes a um dado território.

Os distritos industriais italianos podem ser associados aos arranjos produtivos locais, pois conforme Urani, Cocco e Galvão (2002 apud LEMOS, 2004), os distritos industriais possuem como principal característica a organização econômica e social que, por sua vez, estão baseadas nas pequenas empresas. De acordo com os autores, ainda no caso dos distritos, existem princípios que podem ser observados na sua caracterização: “a existência de fortes redes, a disposição para a cooperação; o dinamismo empresarial; o papel da mão-de-obra e a confiança” (URANI; COCCO; GALVÃO, 2002 apud LEMOS, 2004, p. 75). Lemos (2004) defende que, como as pequenas empresas são as protagonistas das ações nos distritos industriais¹², os pequenos empresários constituem-se como membros da comunidade, fazendo parte de uma única equipe, participando, dessa forma, das associações e instituições locais.

¹²De acordo com Becattini (apud BARROS; SILVA; SPINOLA, 2006, p. 93), “O Distrito Industrial é uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como, por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas”.

Ganha destaque, aqui, o sentimento de pertencimento do empresariado local ao meio em que está inserido.

Referindo-se a Costa (2001), Fuini (2006) explica que a capacidade produtiva das pequenas e médias empresas está diretamente relacionada ao território, pois estas são mais dependentes das economias do meio externo onde estão localizadas, se comparadas às grandes empresas. Dessa forma, a orientação para as pequenas e médias empresas, em razão de a eficiência individual depender dos recursos presentes no território, se dá no sentido de formarem arranjos produtivos, um ambiente em que as relações estão baseadas na cooperação entre os atores. Amorim, Moreira e Ipiranga (2004, p. 28) completam:

A passagem do enfoque da empresa individual para o enfoque dos APLs desloca o centro da análise para as relações entre as empresas e, entre essas e diversas instituições que atuam em um determinado espaço geográfico (território). A unidade de análise deixa então de ser a empresa isolada e passa a ser a comunidade de empresas – o APL. Daí a importância de se estimular as ligações entre os diversos atores do APL.

Além das empresas, nos arranjos produtivos locais há a participação de atores como “governos, associações, instituições de financiamento, ensino, formação, pesquisa e outras atividades correlatas.” (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2004, p. 28). Para Lastres e Cassiolato (2003), os arranjos produtivos locais possuem, nos outros tipos de aglomeração, formas análogas como os *clusters*, por exemplo, porém uma de suas principais diferenças está, conforme os autores, na participação nos APLs de atores como organizações de ensino, pesquisa e desenvolvimento.

Vale destacar ainda outra forma de aglomeração produtiva, que são os chamados sistemas produtivos e inovativos locais, que são considerados por Lastres e Cassiolato (2003, p. 4) como sinônimo de arranjo produtivo local:

Sistemas produtivos e inovativos locais são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local.

Lemos (2004) organizou o quadro seguinte (Quadro 2), que traz uma tipologia, de forma resumida, que aponta as peculiaridades entre os diversos tipos de arranjos competitivos.

Quadro 2 – Semelhanças e diferenças entre aglomerados, *clusters*, *clusters* com aliança e APLs

	Aglomerado	Cluster	Cluster com alianças	APL
Organizações em uma determinada área geográfica	Concentradas	Concentradas	Concentradas	Concentradas
Tipos de organizações	Diversos setores	Um setor ou atividade específica	Um setor ou atividade específica	Um setor ou atividade específica
Nível das estratégias	Organizacionais	Organizacionais	Entre organizações parceiras	Entre todos os agentes locais
Ações	Competitivas	Competitivo-cooperativas	Competitivo-cooperativas	Competitivo-cooperativas, coordenadas, planejadas e integradas
Parcerias formais ou informais	Não existe	Fracas	Fortes	Fortes
Estabelecimento de objetivos comuns	Não existe	Não existe	Estabelece objetivos comuns entre parceiros	Estabelece objetivos comuns com todos os agentes locais
Responsáveis pelas ações	Administradores e gerentes da empresa	Administradores e gerentes da empresa	Administradores e gerentes de empresas parceiras	Agentes articuladores e agentes locais
Agentes locais envolvidos no processo	Empresas privadas	Empresas privadas, instituições e poder público	Empresas privadas, instituições e poder público	Empresas privadas, instituições, poder público, instituições de ensino, ONGs, associações, sindicatos e comunidade
Cadeia produtiva	Desvinculada	Integrada	Integrada	Integrada
Foco em benefícios	Econômicos	Econômicos	Econômicos	Econômicos, sociais, culturais e ambientais
Tipo de emprego estimulado	Formal	Formal	Formal	Formal e informal
Polarização da demanda turística	Não polariza	Polariza	Polariza	Polariza
Desenvolvimento	Desenvolvimento local	Desenvolvimento local/regional	Desenvolvimento local/regional	Desenvolvimento regional

Fonte: Lemos (2004, p. 86).

Conforme as distinções entre os modelos apresentados no Quadro 2, entende-se que os arranjos produtivos locais, por se mostrarem mais abertos, flexíveis, permitindo a participação de todos os agentes locais envolvidos direta ou indiretamente com a atividade, apresentam-se como uma alternativa para o desenvolvimento de modelos na área do turismo.

Amorim, Moreira e Ipiranga (2004) defendem ainda que a especialização aumenta a escala de produção, favorecendo a produção compartilhada, estimulando a cooperação e a inovação. A competitividade, segundo Fuini (2006), está atrelada a alguns campos que deverão ser focalizados para a mobilização das estratégias nos arranjos produtivos locais:

1) Produtividade: Elemento básico de qualquer análise de competitividade é calculado pela relação produto /unidade de trabalho/ tempo ou pela divisão do valor adicionado e agregado de uma dada atividade pelo número de empregados na mesma, considerando-se o uso de maquinário moderno e as competências da mão de obra.

2) Inovação: Consideram-se os investimentos em novos equipamentos tecnológicos, em novos métodos e procedimentos gerenciais, administrativos e produtivos, no acabamento e diversidade do produto e a disponibilidade de centros de pesquisa e de controle de qualidade no local.

3) Estratégias comerciais e condição de demanda (comércio interno e externo): Formas com que os produtores divulgam seu produto e realizam as vendas, condicionando a situação das vendas, se aumentou ou diminuiu, quais os mercados consumidores mais fortes, e o que os consumidores procuram na região, etc.

4) Redes de serviços e indústrias correlatas e de apoio: Base de suporte da atividade produtiva, como: indústrias fornecedoras de insumos no local, empresas subcontratadas para (sic) fornecimento de serviços de reparo e manutenção, etc.

5) Infraestrutura logística (transporte, fluidez): Meios materiais (estradas, portos) e imateriais (redes informacionais) que permitem o escoamento da produção e agregação de valor ao produto na cadeia via intercâmbio de conhecimentos e informações.

6) Condição do mercado de trabalho local: Formas de organização do trabalho no local, qualificação e especialização da mão de obra e condições para aperfeiçoamento em centros educacionais;

7) Disponibilidade de capital e crédito: Fontes de financiamento e crédito utilizadas pelos empresários para investirem em seu negócio;

8) Cooperação entre atores (empresas, entidades, poder público): Identificação do tipo de relação estabelecida entre as empresas locais (de concorrência, eventuais, constantes, formalizadas) e destas com as entidades representativas (associação comercial e industrial, sindicatos), instituições locais (agências de desenvolvimento, serviços de apoio) e o poder público (prefeitura, governo estadual), avaliando-se o objetivo de tais parcerias, os benefícios obtidos com as mesmas e as razões da possível precariedade de tais laços.

9) Governança do sistema (como são definidas as ações prioritárias): Tipo de estrutura organizacional que define as estratégias principais do arranjo, se pela mão de uma grande empresa centralizadora ou compartilhada em várias pequenas empresas que atribuem a uma entidade representativa a articulação dos interesses locais;

10) Elementos da paisagem geográfica (recursos naturais, matérias-primas): Atributos naturalmente desenvolvidos no território e que criam um ambiente propício ao desenvolvimento de uma atividade específica, como a argila de boa qualidade base da indústria cerâmica ou o clima e a beleza da paisagem fundamentais aos arranjos de turismo. (FUINI, 2006, p. 62).

Amorim, Moreira e Ipiranga (2004) defendem que os APLs devem ser analisados levando-se em consideração as dimensões produtivas, institucionais e comunitárias do território. Dessa forma, as autoras apontam três vertentes capazes de contribuir com a sustentabilidade e competitividade de um APL: “o desenvolvimento da capacidade produtiva,

a formação e o fortalecimento do capital social e boa governança, e a formação de competências e o aprendizado dos seus agentes.” (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2004, p. 29).

Outra questão-chave, no que tange ao desenvolvimento dos APLs, é a inovação, já mencionada por Fuini (2006), que atualmente é entendida não mais como uma ação, mas como um processo que ocorre de forma não linear e que é derivado de interações entre o ambiente socioeconômico e as mudanças tecnológicas. Nesse sentido, as empresas possuem papel fundamental para o desenvolvimento do processo, porém, conforme Lastres e Cassiolato (2003, p. 16), “o processo de inovação é interativo e de natureza social, contando com a contribuição de vários agentes econômicos e sociais, detentores de diferentes tipos de informações e conhecimentos, dentro e fora da empresa”. Vale lembrar que a capacidade inovativa está estreitamente vinculada à criação e difusão do conhecimento, pois ele alimenta a “mudança econômica e tecnológica, constituindo-se em fonte de competitividade sustentada” (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 16).

No Brasil, vem-se observando uma tendência à constituição de arranjos produtivos locais, muitas vezes incentivados por órgãos públicos, como o próprio governo federal, que vem tratando os arranjos produtivos como eixos prioritários da estratégia de desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de promover a competitividade e sustentabilidade dos territórios onde estão localizados os APLs. Conforme Fuini (2011, p. 16):

O fundamento dos incentivos às APLs e outros modelos organizacionais é que significativa parcela das micro e pequenas empresas brasileiras operam na informalidade ou com métodos produtivos e organizacionais defasados, sendo necessário reverter esse quadro com estratégias que garantam o apoio técnico e institucional necessário para que concentrações industriais de pequenos estabelecimentos se tornem competitivas, visto que é nesse segmento de MPMEs que é gerada significativa parte dos postos de trabalho no país.

Fuini (2011) propõe que se fale não apenas de arranjos produtivos, mas de arranjos de serviços, com base nos Distritos Industriais da Terceira Itália, fazendo a ressalva de que o arranjo não seria voltado à produção de bens, mas de serviços. Dessa forma, o turismo, visto que se trata de uma atividade intersetorial, pois mobiliza empresários de setores diferenciados como hospedagem, transportes, alimentação, atividades recreativas, entre outros, pode representar uma opção ao formato dos arranjos produtivos mais tradicionais, sendo o seu foco aqui voltado para a “qualidade dos serviços oferecidos e a flexibilidade do atendimento ao consumidor.” (FUINI, 2011, p. 17).

O turismo, quando ocorre de forma espontânea, caracteriza-se por ser uma atividade em que as empresas envolvidas na operacionalização competem diretamente entre si, e os atrativos turísticos concorrem entre si de forma isolada no território, concorrendo ainda não apenas com aqueles localizados na mesma região, mas com outros, em nível nacional ou mesmo internacional. A capacidade sinérgica da atividade vem sendo subutilizada, principalmente pelos gestores municipais, atuais responsáveis pela elaboração e implementação das políticas de turismo. Todavia o planejamento da atividade poderá despertar o processo de desenvolvimento na região, pois o consumo de bens e serviços por parte dos turistas faz com que haja um efeito indutor à economia da região. A demanda, provocada pelo turismo, por uma maior quantidade e qualidade dos produtos consumidos contribui para dinamizar e modernizar a produção local, favorecendo ainda a criação de novas atividades voltadas para o atendimento a um público mais específico (LEMOS, 2004).

Assim, acredita-se que o arranjo produtivo local seja uma transição do processo de desenvolvimento regional, como uma das estratégias utilizadas pela região para o desenvolvimento sustentável. Para tanto, as localidades precisam trabalhar com alianças estratégicas das organizações com seus fornecedores e consumidores, bem como, contar com a participação da comunidade local, das instituições de ensino, do poder público, que unidos poderão chegar mais próximos de atingir o desenvolvimento sustentável de uma região, via turismo. (LEMOS, 2004, p. 83).

A produção de bens e serviços consumidos prioritariamente pelos turistas são os efeitos diretos provocados pelo turismo. Por outro lado, aquelas incidências que ocorrem sobre os setores produtivos, fornecedores de bens e serviços, para serem consumidas pela atividade, como, por exemplo, materiais de construção, mobiliário, indústria têxtil, produtos para alimentação, são considerados os efeitos indiretos do turismo (LEMOS, 2004). Deverá haver, portanto, uma forte sinergia entre os atores que compõem a “cadeia produtiva”¹³ do turismo para que a atividade possa se concretizar. O turismo aparece, então, como uma atividade propícia para a formação de APLs, pois a existência do vínculo entre os atores atuantes já existe, cabendo a formação de estratégias e estruturas que permitam a sua consolidação.

A localização das empresas se dará observando a existência de facilidades, como existência de fornecedores e a variação dos custos para efetivar as relações comerciais. Dessa

¹³O conceito de cadeia produtiva aplicada ao turismo se mostra questionável como demonstra Silva (2004) ao dizer que há uma limitação relacionada ao seu conteúdo de base conceitual e metodológica, indicando que este conceito pode se tornar sinônimo de “sistemas”, “polos”, “indústrias” ou “clusters”. Silva (2004, p. 357) aponta como principal empecilho à aplicação do conceito de cadeia produtiva ao turismo “o fato de se pretender considerar a atividade socioeconômica do turismo como significativa de uma única cadeia produtiva, a despeito da diversidade de segmentos de mercado e de tipologias de motivações e manifestações turísticas”.

forma, a possibilidade de diluição das despesas entre os comerciantes, por meio de ações cooperadas, representa fatores de aglomeração significativos. Assim, haverá um benefício também para o consumidor, pois havendo um barateamento dos custos, o produto final apresentará preços mais reduzidos e, portanto, mais competitivos. As vantagens das economias de localização vão desde a redução dos custos de informação, até a redução dos custos com recrutamento e formação de mão de obra (SILVA, 2004).

3.2.1 Arranjos Produtivos Locais no Turismo

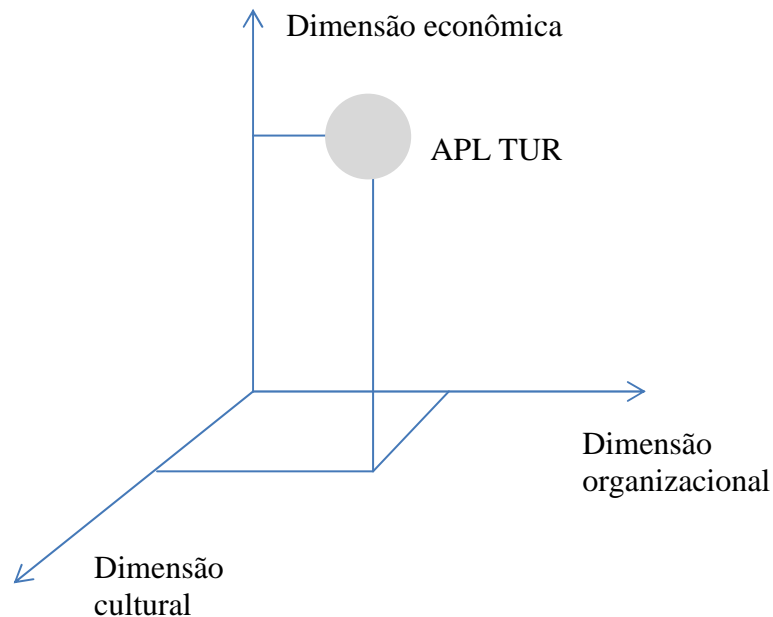
Segundo Rodriguez Dominguez e Guisado (2003), a competitividade empresarial está dividida em três grandes blocos: fatores derivados do país no qual se localiza a empresa; fatores derivados do setor em que a empresa opera e; os fatores internos à própria empresa. A competitividade das empresas turísticas ocorre, conforme os autores, segundo o primeiro grupo de fatores. Dessa forma, entende-se que a competitividade está diretamente relacionada com a competitividade do destino, mas é a competitividade das empresas que aumenta a competitividade do destino, e não o contrário. “Portanto, o que poderíamos considerar como causa do assentamento de empresas do setor em um destino (competitividade do destino) se converte no efeito derivado de que nesse destino existem empresas competitivas” (RODRIGUEZ DOMINGUEZ; GUIADO, 2003, p. 6).

O setor turístico apresenta especificidades em relação a outros setores econômicos, como o fato de que o consumo do produto/serviço apenas ocorre no local e no momento em que é “produzido”. Ocorre ainda que várias empresas atendem de forma concomitante o mesmo cliente (restaurantes, hotéis, entretenimento), mas há casos em que empresas pertencentes a um mesmo setor competem pelo cliente. Outra situação comum no turismo ocorre quando empresas oferecem produtos que atuam de forma complementar. Todavia a relação de interdependência das empresas de turismo não significa necessariamente uma atuação de forma conjunta. Em muitos casos, registra-se uma situação de concorrência que ocorre de forma predatória, impossibilitando, desse modo, a constituição de uma unidade que sirva de referência para ações de marketing, planejamento e decisões que sejam favoráveis à maioria dos atores ali localizados (BRASIL, 2007). A competitividade no turismo está diretamente relacionada com a interação e sinergia geradas entre as empresas do setor.

Tomazzoni (2007) propõe a construção de um modelo de arranjo produtivo local de turismo – APL TUR, fundamentado nas teorias econômicas, referenciais teóricos da cultura e da análise organizacional. Dessa forma, o autor trabalha com as dimensões econômica,

cultural e organizacional, entendendo um modelo de APL a partir de qualquer setor econômico. A representação do modelo do APL de turismo relacionado com as dimensões econômicas, organizacionais e culturais pode ser verificada na Figura 2, que apresenta um plano tridimensional, com o arranjo produtivo amparado nas três dimensões e, ao mesmo, tempo, o elemento que faz com que as três estejam interligadas.

Figura 2 – APL Tur no plano tridimensional do turismo



Fonte: Tomazzoni (2007, p. 164).

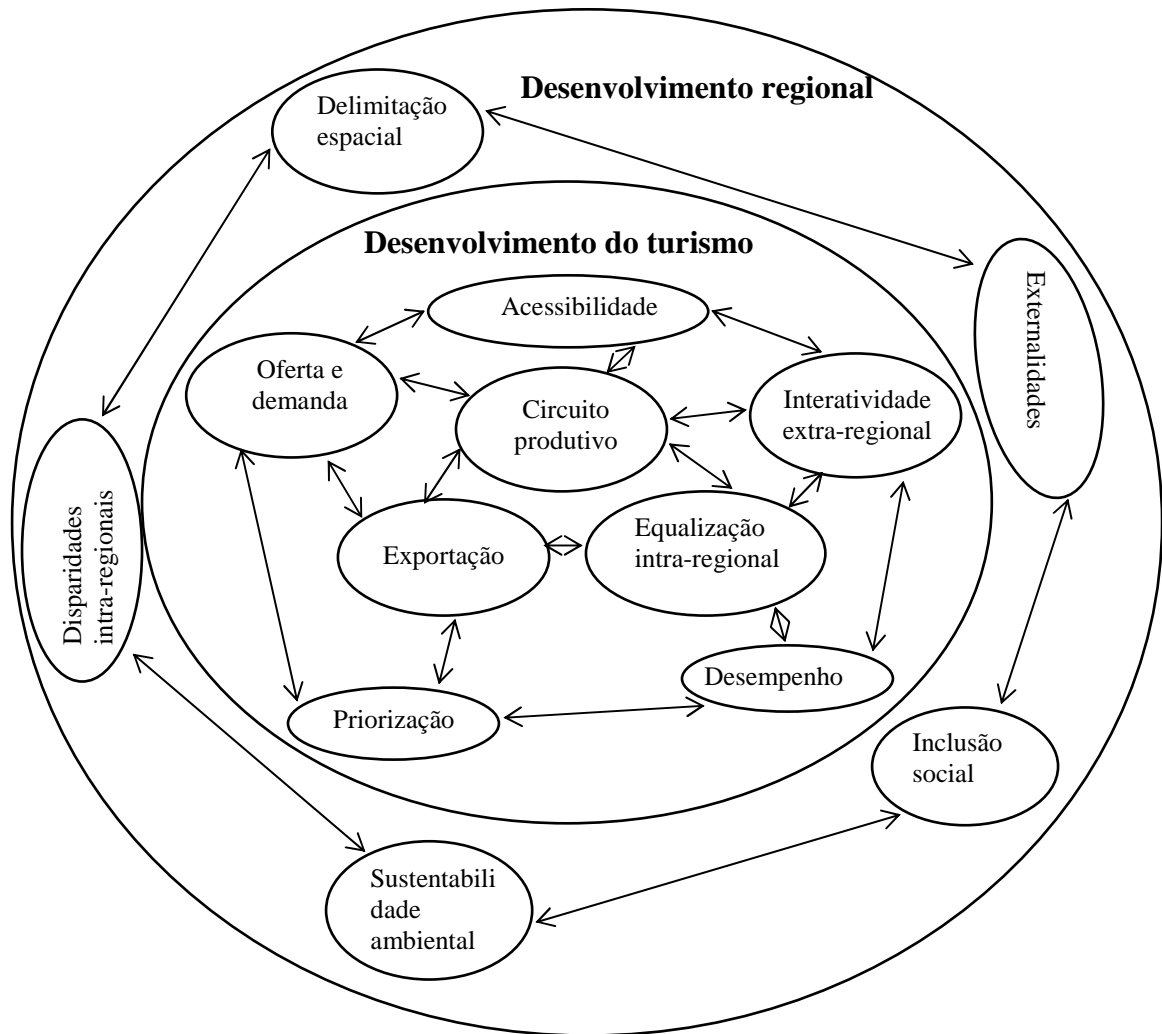
Já no caso específico do turismo, Tomazzoni (2007) entende que a dimensão econômica, por exemplo, abrange o desenvolvimento regional e o desenvolvimento do turismo. A sinergia observada nesse modelo é constante, pois os elementos, inclusive pertencentes a dimensões diferentes, estão interligados. Os elementos identificados pelo autor no desenvolvimento regional são: delimitação espacial, disparidades intra-regionais, externalidades, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Quanto aos elementos do desenvolvimento do turismo, Tomazzoni (2007) aponta: oferta e demanda; desempenho; priorização; exportação; circuito produtivo; interatividade extra-regional; equalização intra-regional; e acessibilidade.

A realização do objetivo principal do desenvolvimento regional, por meio do turismo depende da gestão eficaz das três dimensões e da gestão da articulação entre elas. Assim, cada elemento da dimensão econômica se consolidará se houver ações deliberadas de acordo com aplicação dos elementos da dimensão organizacional. Para identificar e diagnosticar a configuração da oferta turística é preciso

planejamento e conhecimento. A configuração da oferta é fundamental para conhecimento e mapeamento da realidade regional visando à gestão sistêmica. (TOMAZZONI, 2007, p.180-181).

A Figura 3 representa como esses elementos se relacionam entre si.

Figura 3 – Elementos do desenvolvimento do turismo e elementos do desenvolvimento regional



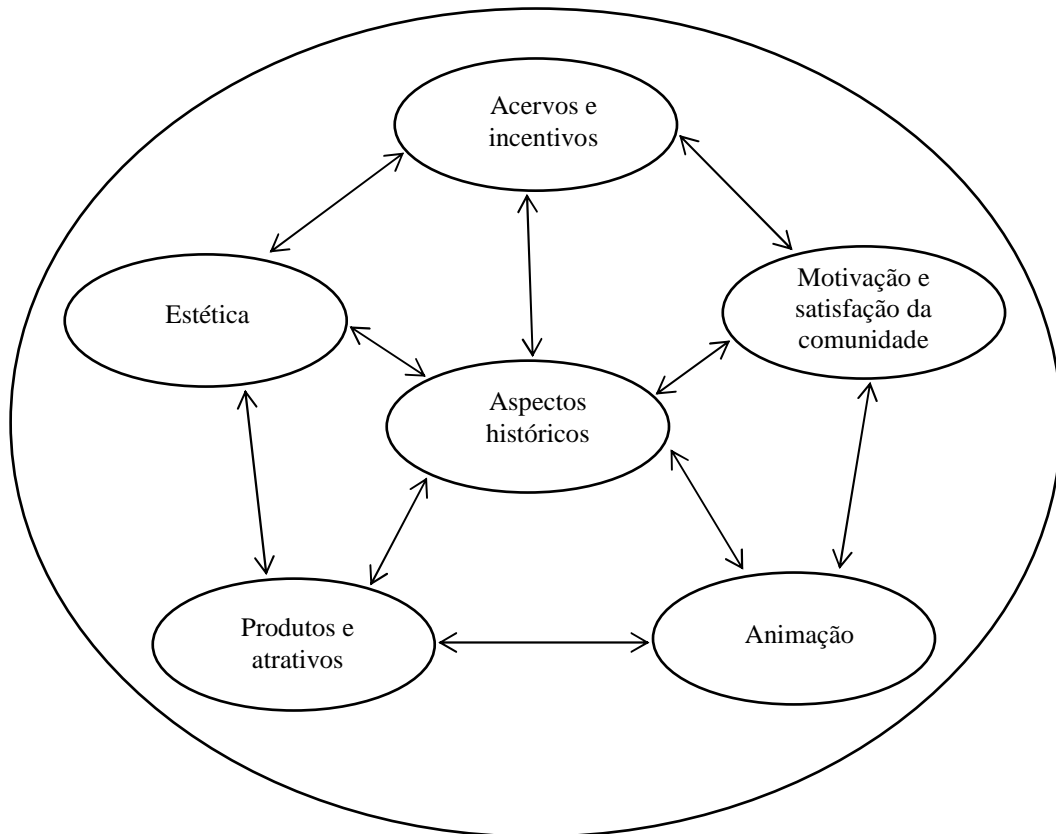
Fonte: Tomazzoni (2007, p. 172).

Com base na Figura 3, observa-se que todos os elementos do desenvolvimento do turismo interagem, ao mesmo tempo em que estão susceptíveis a influências de fatores externos, relativos ao desenvolvimento regional. Entretanto vale lembrar que os elementos apresentados nessa figura estão relacionados apenas à dimensão econômica do turismo, segundo Tomazzoni (2007).

Em seguida, Tomazzoni (2007) apresenta os elementos que estão presentes na dimensão cultural do turismo: aspectos históricos, acervos e incentivos, estética, produtos e atrativos, animação e motivação e satisfação da comunidade (ver Figura 4). Conforme o autor,

Cada um dos elementos do desenvolvimento regional pode ser aplicado à dimensão cultural, considerando a delimitação espacial com base nas identidades da cultura local. Podem-se identificar as externalidades geradas pela cultura, a sustentabilidade das identidades culturais e como a cultura proporciona inclusão social. Da mesma forma, os elementos específicos do desenvolvimento do Turismo Regional aplicam-se à dimensão cultural, pois a cultura regional constitui-se em uma oferta diversificada de atrativos, gerando um circuito produtivo e proporcionando o suprimento de demandas diversas de mercado. Por meio da priorização cultural, incrementa-se a exportação do turismo, o ingresso de riquezas e o desenvolvimento local. (TOMAZZONI, 2007, p. 180).

Figura 4 – Elementos da dimensão cultural do turismo



Fonte: Tomazzoni (2007, p. 175).

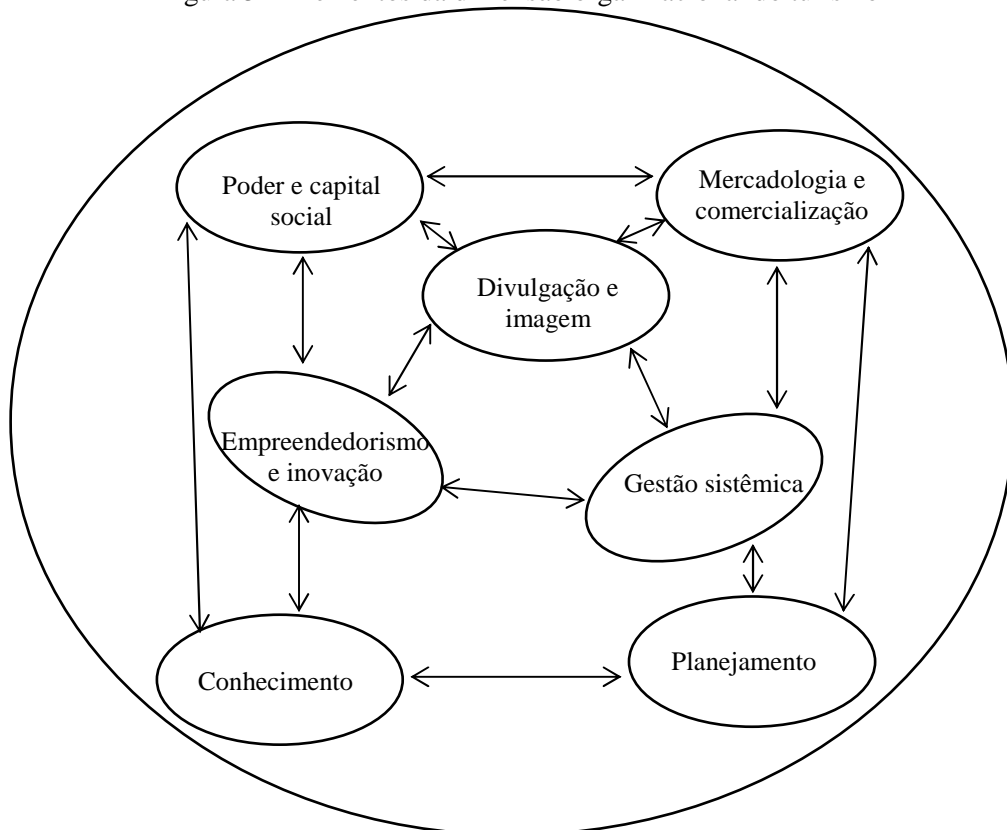
Por fim, estão os elementos referentes à dimensão organizacional aplicada ao turismo: poder e capital social, gestão sistêmica, divulgação e imagem, mercadologia e comercialização, planejamento, empreendedorismo e inovação e conhecimento (Figura 5). Da mesma forma que ela exerce influência sobre as outras duas dimensões, também é

influenciada por elas, havendo, dessa forma, uma combinação com os elementos das três dimensões.

O elemento gestão sistêmica e estrutura da dimensão organizacional, por exemplo, relaciona-se com cada um dos elementos da dimensão cultural e da dimensão organizacional. Pode-se considerar que em razão da animação cultural exista maior priorização do turismo, aumente a demanda e estabilidade e cresçam as exportações do setor. Existindo preservação estética e autenticidade na dimensão cultural, existirá fortalecimento de todos os elementos da dimensão econômica.

Da mesma forma, todos os elementos da dimensão organizacional possuem relação direta com a dimensão cultural. Acervos e incentivos, preservação estética e autenticidade, oferta de produtos e atrativos, motivação e satisfação dependem da gestão sistêmica e estrutura. A divulgação e a imagem do turismo regional, se fundamentam nos elementos da dimensão cultural. A cultura contribui para potencialização de poder e capital social por ser fator de motivação e satisfação. O patrimônio cultural é um acervo de conhecimentos conquistados pela experiência histórica. A descrição dessas relações é abrangente e extensa, mas o importante é proporcionar uma visão básica e geral da importância da aplicação interdimensional dos elementos, considerando a dinamicidade e flexibilidade do modelo de análise. (TOMAZZONI, 2007, p. 180).

Figura 5 – Elementos da dimensão organizacional do turismo



Fonte: Tomazzoni (2007, p. 178).

A dinâmica do modelo proposto por Tomazzoni (2007) se verifica exatamente pelo inter-relacionamento entre os elementos reunidos pelo autor, sendo cada um deles

influenciado e agindo no sentido de influenciar os demais. O desenvolvimento regional se dá, então, por meio da gestão eficaz dessas três dimensões, bem como da gestão da articulação entre elas. Os vários elementos das três dimensões se inter-relacionam e são simultaneamente interdependentes, dependendo de ações deliberadas e planejadas a fim de fazer com que eles possam agir como uma engrenagem bem regulada. A oferta turística de qualidade, por exemplo, depende de planejamento e conhecimento, que, por sua vez, possibilitará o conhecimento e mapeamento da realidade regional.

Por outro lado, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007) propôs uma tipologia para casos de aglomerações produtivas no turismo, composta por quatro etapas de desenvolvimento das atividades produtivas, em que, a partir dela, pode-se derivar um critério para definir o grau de competitividade do local. No primeiro estágio de desenvolvimento, o quadro verificado apresenta características favoráveis para o desenvolvimento de um APL de turismo, porém as empresas não estão suficientemente articuladas para a formação de ações cooperadas, atuando ainda de forma individualizada (Quadro 3).

Quadro 3 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 1

Tipo 1: Aglomeração Produtiva Local de Turismo				
Requisito: Espacialização setorial e diversidade das atividades turísticas				
Presença de todos ou a maioria dos subsectores ligados ao turismo	Número de pequenas empresas de Turismo sobre o total do setor Turismo	Participação do número de empresas de turismo sobre o total da localidade	Participação do emprego das empresas de turismo sobre o total da localidade	Há reconhecimento local, regional e nacional de que essa localidade possui uma especialização no setor Turismo?

Fonte: Brasil (2007, p. 30).

No segundo caso, já se observa a presença de órgãos públicos voltados para tratar especificamente do turismo, bem como associações de trabalhadores e de representação de comunidades. Por outro lado, observa-se que a interação informal e espontânea entre os atores, sobretudo entre as empresas, ainda não foi estabelecida (Quadro 4).

Quadro 4 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 2

Tipo 2: Arranjo Produtivo Local Incipiente				
Requisito: Presença de organizações de apoio e de representação				
Presença de instituições de apoio especializadas	Presença de órgão público local especializado em turismo	Entidades de ensino e qualificação	Associação empresarial e dos Trabalhadores	Associação de moradores ou representando uma comunidade específica

Fonte: Brasil (2007 p. 30).

No terceiro tipo de arranjo produtivo local, já se pode observar os primeiros sinais de ações cooperativas entre os atores locais, ainda que de forma embrionária. O sucesso das experiências ocorridas nas fases anteriores contribui para que um número maior de empresas e demais atores queiram engajar-se no processo (Quadro 5). O que, por sua vez, direciona o APL para um estágio de maior maturidade – o tipo 4.

Quadro 5 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 3

Tipo 3: Arranjo Produtivo Local de Turismo em Desenvolvimento			
Requisito: Presença de ações conjuntas de caráter cooperativo			
Cooperação intrasubsetor (no mesmo subsetor)	Cooperação intersubsetor (entre subsetores diferentes)	Cooperação entre setor privado e público	Participação do número de participantes dos agentes que cooperam sobre o total

Fonte: Brasil (2007 p. 31).

No último tipo de arranjo produtivo local existe a presença de projetos de desenvolvimento local, que tenham sido desenvolvidos de forma participativa, cujos benefícios se estenderão a toda a coletividade (Quadro 6).

Quadro 6 – Tipologia para classificação de APLs – tipo 4

Tipo 4: Arranjo Produtivo Local em Consolidação				
Requisito: Existência de um projeto coletivo de desenvolvimento local sustentável				
Presença de instituições de proteção ambiental	Presença de instituições de promoção e preservação artístico-culturais	Presença de instituições de promoção social	Projeto Coletivo local de desenvolvimento sustentável do turismo que envolva todos os agentes locais	Autonomia para definição de estratégias de desenvolvimento local a partir do turismo

Fonte: Brasil (2007 p. 31).

Para melhor explicar a aplicabilidade da tipologia elaborada, o relatório faz uma análise de dois casos diferentes: a região de Bonito, em Mato Grosso do Sul, e a localidade de Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará. O documento, com base na tipologia e em informações obtidas no estudo realizado por Barbosa e Zamboni (2000), classifica a região de Bonito como um arranjo produtivo local de turismo – tipo 1. A conclusão se deve à presença de associações, de um conselho municipal de turismo (com atuação limitada, pois não vem funcionando como órgão de representação dos interesses gerais), uma oferta ampla com empresas de turismo atuando em vários setores, segundo o relatório. Quanto às ações conjuntas do empresariado, o que se observa são ações tímidas, sem vínculos que indiquem relações com laços mais fortes. O caso de Bonito será analisado também nesta dissertação, no capítulo 5.

No caso da Prainha do Canto Verde, observa-se outra forma de organização social, em uma localidade com o turismo ainda incipiente, mas com ações já voltadas para o planejamento, inclusive com a forte participação da população local. Observa-se também a preocupação com a preservação do local, com a participação ativa dos habitantes nas atividades diretamente ligadas ao turista, como hospedagens cujos proprietários são os próprios locais. Dessa forma, o relatório classifica o APL da Prainha do Canto Verde, como um caso do tipo 4.

A história de participação e organização dessa comunidade tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões socioeconômicos, partindo das tradições e a cultura destes povos.

A característica que se encontra na Prainha do Canto Verde e que nenhum outro estudo de localidades especializadas no turismo logrou apontar é a participação do conjunto da comunidade na elaboração e execução de um plano voltado para o turismo, como instrumento de desenvolvimento socioeconômico local, associado à preservação ambiental e histórico-cultural. (BRASIL, 2007, p. 42).

Entende-se que a classificação de arranjos produtivos locais por meio de tipologias, como a descrita acima, principalmente quando aliada a estudos de caso, permitirão ao leitor perceber e refletir sobre a situação e encaixar o modelo no caso estudado. Daí a importância do trabalho empírico. No capítulo 4, a seguir, são apresentados os destinos objetos de investigação nesta dissertação, e descritos os principais aspectos dos aglomerados construídos para a governança do turismo.

4 APLICAÇÃO DO CONCEITO DE AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS À GOVERNANÇA DO TURISMO: BONITO, SERRA GAÚCHA E TREZE TÍLIAS

Este capítulo apresenta um panorama acerca de cada um dos locais pesquisados nesta dissertação, fazendo uma caracterização de elementos de ordem espacial, histórica, demográfica, econômica e social, de forma que possibilite o levantamento dessas informações para a análise a ser desenvolvida nos capítulos seguintes.

4.1 BONITO

4.1.1 Caracterização Geral

O município de Bonito está localizado no estado do Mato Grosso do Sul, na área que compõe a microrregião geográfica da Bodoquena, no Sudoeste do estado, distante aproximadamente 300 quilômetros da capital, Campo Grande. O município possui localização privilegiada em relação aos principais centros emissores de turistas do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e próximo ainda de dois outros importantes destinos turísticos brasileiros: o Pantanal Mato-grossense e o Parque Nacional de Foz do Iguaçu.

As terras onde está hoje localizada a cidade de Bonito, que deram origem ao primeiro núcleo habitacional e que originariam a cidade, pertenciam à Fazenda Bonito, de propriedade do Capitão Luiz da Costa Leite Falcão, considerado desbravador dessas terras, e registrado como primeiro tabelião e escrivão. Ao lado de Bonito, compõem a região da Bodoquena municípios como Jardim, Bodoquena e Porto Murtinho, que também exploram a atividade turística, porém de forma menos intensa.

Os municípios de Jardim, Bodoquena e Bonito, que juntos compõem o Polo Turístico Serra da Bodoquena, estão na área que atualmente é considerada a mais promissora no estado do Mato Grosso do Sul para o desenvolvimento da atividade turística. Os principais atrativos turísticos, bem como a infraestrutura turística da região, estão concentrados no município de Bonito. O estado possui ainda outro importante polo turístico, que é o Pantanal Sul-mato-grossense, mas uma das principais carências é a existência de uma rodovia que faça a ligação entre os dois destinos (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

A Figura 6 apresenta o mapa do estado do Mato Grosso do Sul, com indicação do município de Bonito e sua localização em relação a outros municípios, como Bodoquena,

A economia de Bonito tem a pecuária de corte como principal atividade produtiva, seguida pela agricultura, mineração e turismo. O turismo é responsável pelo emprego de aproximadamente 56% da população local, índice que já foi superior, apresentando, na última década, uma redução em razão da carência de campanhas de *marketing* (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

4.1.2 Caracterização Demográfica

Segundo o censo realizado no ano de 2010, a população residente total do município de Bonito era composta por 19.587 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012a), Censo Demográfico 2010. O município, que foi criado no ano de 1948, apresentava, até os anos de 1980, uma concentração da população nas áreas rurais, conforme Tabela 1, situação modificada apenas na década seguinte. A concentração da população nas áreas rurais é um reflexo da predominância da pecuária como atividade econômica produtiva do município até a década de 1970. Barbosa e Zamboni (2000), baseados em dados do IBGE de 1995, afirmam que a estrutura fundiária de Bonito apresentava um perfil bastante concentrado, com 65% da área rural do município sendo ocupada por 16% dos estabelecimentos. Os autores apontam ainda que os sistemas de parcerias eram escassamente utilizados, com 96% do total sendo explorados pelos próprios proprietários.

A Tabela 1 permite ainda perceber a variação populacional do município entre os dois últimos censos demográficos realizados no Brasil (2000/2010). Bonito apresenta uma média de crescimento anual de 1,64% no período, indicando um crescimento próximo à média brasileira e, portanto, a inexistência de fluxos migratórios relevantes na direção do município.

Tabela 1 – População do município de Bonito – 1980 / 2010

População	1980	1991	2000	2010	Varição 2000 / 2010 (%)
Urbana	5.110	10.332	12.796	----	
Rural	5.904	5.221	4.031	----	
Total	11.014	15.553	16.827	19.587	16,40

Fonte: IBGE (2000 apud BARBOSA; ZAMBONI, 2000, p. 10) e IBGE (2012a).

4.1.3 Infraestrutura de Acesso

O acesso a Bonito é feito principalmente pelas rodovias federais e estaduais que cortam o estado. Conforme Barbosa e Zamboni (2000), em levantamento feito com agências de viagens locais, cerca de 70% dos turistas que visitaram Bonito utilizaram veículo próprio para se deslocar do seu local de residência para a cidade, mesmo aqueles vindos de outros países, como o Paraguai, por exemplo. Àquela época – década de 1990 – as estradas supriam a demanda e se encontravam em bom estado de conservação. Mais uma via de acesso tinha sido concluída no ano de 1999 (ligando as cidades de Bonito e Jardim), o que contribuiu para o aumento do número de visitantes.

Atualmente, as principais rodovias que ligam Campo Grande à região, principalmente a BR-267, carecem de sinalização turística e de uma estrutura mais arrojada, pois recebem um grande fluxo de veículos, que aumenta nos períodos de alta temporada, como as férias de verão e inverno, e ainda servem de acesso ao porto fluvial de Porto Murtinho (MATO GROSSO DO SUL, 2011).

Com relação ao transporte aéreo, apenas 17% dos turistas que chegam a Bonito utilizam esse modal. Geralmente o aeroporto utilizado é o de Campo Grande, que apresenta uma boa infraestrutura para atender aos turistas, a despeito da longa distância entre as duas cidades (BARBOSA; ZAMBONI, 2000).

4.1.4 Infraestrutura Turística

Conforme pode ser observado na Tabela 2, os números representativos da oferta turística do município de Bonito entre os anos de 1993 e 2001 indicam um expressivo crescimento, principalmente no que tange àquelas atividades diretamente relacionadas ao turismo¹⁴, como o número de leitos da hotelaria que em menos de uma década apresentou uma variação de 966%, o que certamente contribuiu para a elevação do número de empregos diretos – pouco menos de 1300%. Da mesma forma pode-se observar o aumento quanto aos equipamentos que permitem o desenvolvimento do turismo, como agências, meios de hospedagem e atrativos. Desse modo, entende-se que em Bonito a fase inicial da atividade permitiu o delineamento definindo a forma com que o turismo seria desenvolvido posteriormente.

¹⁴Em razão da indisponibilidade de dados mais atuais, foram utilizados nesta pesquisa dados mais antigos, mas que registram o crescimento do turismo, ainda que em uma fase inicial.

Tabela 2 – Dados turísticos 1993 / 2001 – Bonito (MS)

Especificação	1993	2001	Variação (%)
Número de leitos da hotelaria	300	3.200	966,66
Número de U. H. – aptos (em construção)	-----	430	-----
Número de empregos diretos	180	2.500	1.288,89
Número de agências de turismo	6	25	316,67
Número de atrativos turísticos	3	32	966,67
Número de guias de turismo	30	121	303,33
Meios de hospedagem	6	67	1.016,67

Fonte: COMTUR (apud SEBRAE, 2004, p. 12).

De acordo com o Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004), até a década de 1970 somente se registravam, em Bonito, dois atrativos turísticos, que eram a Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre, cujos principais visitantes eram os moradores locais e parentes que moravam em regiões próximas. Já no final da década de 1980, observou-se o aumento da demanda para o Aquário Natural, as Cachoeiras do Mimoso e o Rio Sucuri, fato que despertou a atenção dos proprietários das terras onde estão localizados os atrativos para a sua exploração econômica. O Balneário Municipal, um dos poucos atrativos localizados em área pública, foi criado após a aprovação de um decreto de desapropriação, com data de 14 de abril de 1986, tendo por objetivo proporcionar à comunidade local um espaço de lazer. O aumento do fluxo de turistas foi observado principalmente a partir da década de 1990, quando os atrativos turísticos de Bonito começaram a ganhar projeção nacional nas grandes redes televisivas.

No ano de 1993 houve a realização do primeiro curso de formação de guias de turismo, que, segundo o SEBRAE (2004), foi o marco inicial no processo de profissionalização do turismo de Bonito. No que tange à legislação de Bonito, a aprovação de Decretos e Leis ocorreram para permitir o desenvolvimento da atividade de forma mais racional, como a Lei Municipal de 1995 que tornava obrigatório o acompanhamento de guias de turismo aos atrativos locais. Nesse mesmo ano foi instituído o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), integrado, inicialmente, por representantes dos setores público e privado. O Conselho tinha por objetivo fomentar o turismo, divulgando o município em

outras regiões, além de prestar apoio ao *trade* turístico local e à comunidade. Conforme o SEBRAE (2004, p. 8),

Os Conselheiros representavam as associações de classe, eram eleitos por voto direto e cumpriam mandato de dois anos. As seguintes associações estavam representadas no COMTUR: Associação Comercial, Associação de Bares e Restaurantes, Associação dos Transportes, Associação Bonitense de Hotelaria, Associação de Agências de Turismo, Associação de Guias de Turismo e Associação dos Atrativos Turísticos.

Os representantes do Executivo Municipal eram: Vice-prefeito, Assessor Jurídico, Secretário de Turismo, Indústria e Comércio e Secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária.

Não se pode deixar de mencionar que ainda no ano de 1995 foi instituído o sistema de *voucher* único, que permitiria o controle mais eficaz do número de visitantes por atrativo. O *voucher* era emitido e controlado pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio e comercializado pelas agências de turismo de Bonito. O *voucher* permitiu também a sistematização do fluxo de visitantes e do montante arrecadado pelo município diretamente com a atividade turística, como o gasto médio diário por turista, tempo de permanência no destino e os atrativos mais visitados.

Conforme o Conselho Municipal de Turismo de Bonito (2012), os principais atrativos turísticos de Bonito estão situados dentro de propriedades particulares e a uma distância máxima de 50 quilômetros do centro da cidade. São voltados para o ecoturismo e turismo de aventura, mas a grande diversidade de atrativos permite uma oferta maior ao turista, fazendo com que ele permaneça mais tempo ou faça outra viagem ao destino. Na região da Serra da Bodoquena, conforme informações da Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR, 2012), existem mais de 30 pontos destinados à visitação turística, que somam cerca de 40 produtos ecoturísticos. A seguir estão relacionados alguns deles. Vale ressaltar que todos os atrativos relacionados, em virtude de sua relação com o ecoturismo ou turismo de aventura, estão situados no meio rural (Apêndice A, Quadro 11, p. 169).

- a) Abismo Anhumas;
- b) Baía Bonita - Aquário Natural e Trilha dos Animais;
- c) Balneário do Sol;
- d) Balneário Municipal;
- e) Barra do Sucuri;
- f) Buraco das Araras;

- g) Rio do Peixe;
- h) Ceita Corê;
- i) Estância Mimosa;
- j) Gruta do Lago Azul;
- k) Mergulho no Rio Formoso;
- l) Mergulho no Rio Da Prata ;
- m) Parque das Cachoeiras;
- n) Praia da Figueira;
- o) Projeto Jiboia;
- p) Rio Sucuri;
- q) Recanto Ecológico Rio da Prata.

A Tabela 3 traz a frequência de visitantes em alguns dos atrativos descritos anteriormente. O período destacado na Tabela 3 representa uma fase já posterior ao *Boom* que o turismo tinha passado na década anterior. Entre os anos de 2006 e 2010 o sistema de controle do número de visitantes aos atrativos através da capacidade de carga já era bastante rígido o que mantém a frequência de visitantes dentro de patamares mais estabilizados, sofrendo pequenas alterações devido a flutuações naturais do turismo. Observa-se ainda o aumento no número de visitantes no período analisado em todos os atrativos. Registrou-se o aumento na demanda no Rio Sucuri e na Estância Mimosa, ambos superiores a 30% no período analisado. por outro lado, o atrativo mais visitado (Gruta do Lago Azul) apresentou baixa variação, em função do controle de capacidade de carga estabelecido.

Tabela 3 – Frequência de visitantes por atrativo 2006/2010 – Bonito (MS)

Atrativo	2006	2007	2008	2009	2010	Varição (%)
Gruta do Lago Azul	42.847	41.716	38.226	54.345	43.242	0,92
Bote	29.174	31.081	24.412	42.499	32.254	10,56
Rio Sucuri	16.803	20.702	17.833	27.961	22.246	32,39
Aquário Natural	16.622	12.850	9.361	18.854	16.711	0,53
Parque das Cachoeiras	7.163	4.293	4.640	8.508	7.703	7,54
Estância Mimosa	8.031	6.342	6.735	12.812	10.452	30,14
Rio do Peixe	7.799	8.922	5.840	10.893	8.749	12,18

Fonte: Bonito (2011).

4.2 SERRA GAÚCHA

4.2.1 Caracterização Geral

O estado do Rio Grande do Sul estabeleceu, para fins de planejamento, diferentes regionalizações do seu território, mas a que será utilizada neste trabalho é a indicada na Figura 7, em que o estado está dividido em 11 regiões turísticas. A Serra Gaúcha compõe essa regionalização, que, por sua vez, subdivide-se em cinco outras microrregiões – Campos de Cima da Serra, Hortênsias, Rota das Araucárias, Uva e Vinho e Vale do Paranhana.

Figura 7 – Regiões turísticas do Rio Grande do Sul



Fonte: Rio Grande do Sul (2012).

A Serra Gaúcha é uma região localizada no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Nessa região estão situados os municípios de Gramado e Bento Gonçalves. Os dois municípios estão inseridos em diferentes regiões turísticas: Região das Hortênsias e Região da Uva e Vinho, respectivamente.

Figura 8 – Região turística Serra Gaúcha



Fonte: Rio Grande do Sul (2012).

4.2.1.1 Região das Hortênsias

A região das Hortênsias é composta por cinco municípios: Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Nova Petrópolis e Picada Café. A distância da capital Porto Alegre é de aproximadamente 115 quilômetros. As cidades que compõem a região possuem como característica comum a colonização alemã e italiana, sendo a sua oferta turística relacionada às características da sua colonização. A entidade representativa da região é o Convention e Visitors Bureau, no ano de 1999, tornando-se fundação em 2006, cuja finalidade é apoiar a captação de eventos nacionais e internacionais, incrementar o fluxo turístico e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Segundo Tomazzoni (2008), a região foi delimitada por iniciativas de gestões públicas e de entidades privadas locais, o que, segundo o autor, demonstra que a integração regional ocorreu de forma espontânea, democrática e legítima, uma vez que a iniciativa partiu das comunidades da região. A vocação para o turismo foi fator fundamental para a delimitação físico-espacial da região das Hortênsias, além do próprio desenvolvimento turístico, que

apontava uma elevada concentração de meios de hospedagem, mesmo quando comparada com outras regiões do país (TOMAZZONI, 2008).

O turismo é a principal atividade econômica da região, de acordo com Tomazzoni (2008), o que tem possibilitado a retenção e distribuição de renda, e tem apresentado como consequência o aumento da demanda, gerando uma população com maior poder de consumo. O turismo vem ocasionando um aumento no número de empregos diretamente relacionados à atividade, o que tem contribuído para o aumento das taxas positivas de desenvolvimento econômico regional. A oferta de empregos também vem sendo responsável pelo aumento do número de habitantes em razão de movimentos migratórios da região vizinha dos Campos de Cima da Serra e de outras regiões do próprio Rio Grande do Sul e do Brasil. Tomazzoni (2008) aponta ainda a diversidade no perfil produtivo regional como uma das causas para alavancar o desenvolvimento da região.

Além dos setores de comércio e serviços que constituem o sistema turístico – formado por meios de hospedagem, meios de alimentação, atrativos e lojas de artigos diversos –, existem indústrias de móveis, chocolates, malharias, vestuário, couro, calçados e metalurgia. [...] Salientam-se, também, a agricultura, o artesanato e a recente e gradativa expansão da construção civil. (TOMAZZONI, 2008, p. 16).

Em sua Tese de Doutorado, Tomazzoni (2007) explica que a diversificação produtiva observada atualmente é fruto do espírito empreendedor dos imigrantes alemães e italianos que chegaram à região a partir de 1834 e 1875, respectivamente. Inicialmente eles tiveram problemas com a irregularidade da topografia e o solo pedregoso, na tentativa de implantar ali as primeiras atividades agrícolas. Todavia, até as primeiras décadas do século XX, a atividade agrícola dos imigrantes foi suficiente para impulsionar a produção artesanal de ferramentas e utensílios. Por causa desse espírito empreendedor, desenvolveu-se na região uma cultura pelo trabalho como possibilidade de transformação da realidade.

Em virtude do município de Gramado despontar como um dos principais destinos turísticos do Brasil, a região das Hortênsias “reúne a maior concentração de hotéis e pousadas do estado, com 30% do total” (TOMAZZONI, 2007, p. 185). Por outro lado, o município de Canela destaca-se por apresentar roteiros relacionados com o ambiente natural, que se mostra bastante preservado.

No início do século XX houve uma procura inicial à região em razão das melhorias que o ambiente ali encontrado propiciava à saúde das pessoas. O clima benéfico favorecia a cura das enfermidades com mais brevidade. Além de Gramado, os municípios de Canela e São Francisco de Paula também se destinaram a fins terapêuticos. Aos poucos os visitantes

começaram a procurar as cidades para o lazer, principalmente no período do verão. Apenas com a chegada dos trens, no início dos anos 1920, o turismo se intensificou. Nas duas décadas seguintes houve um aumento expressivo na rede hoteleira com a construção de alguns hotéis. Dessa forma, o local consolidou-se como o mais importante centro de veraneio do estado. Ainda nos anos 1940, a indústria moveleira inicia suas atividades. Entretanto, nos dez anos que se seguiram, o fim da circulação da linha de trem comprometeu o avanço do turismo na região, que teve como consequência a falência de alguns de seus empreendimentos. A concorrência com o litoral gaúcho, que se consolidava com local de veraneio, também contribuiu para o agravamento da crise (TOMAZZONI; DORION; ZOTTIS, 2008). Novamente a cultura empreendedora contribuiu para alavancar as atividades em Gramado:

Leopoldo Rosenfeld investiu no ramo imobiliário e criou o Lago Negro. Carlos Nelz, médico alemão, adquiriu e preservou grandes áreas de florestas. A. J. Renner cultivou os pinheiros araucária. Oscar Knorr criou um parque modelo de 'paraíso', iniciando o plantio da hortênsia. As iniciativas desses empreendedores foram fundamentais para a preservação do meio ambiente contra os impactos da proliferação voraz das construções e para a melhoria da qualidade de vida. No setor industrial, a iniciativa de Ernest e Horst Volk tornou a marca de calçados Ortopé uma referência nacional, e, em 1975, Jayme Praver criou a primeira fábrica de chocolate caseiro da Serra. (TOMAZZONI; DORION; ZOTTIS, 2008, p. 148).

Além do empreendedorismo, foi observada a união de esforços entre o setor público e a iniciativa privada para a realização de eventos como a Festa das Hortênsias, o Festival Brasileiro de Cinema e o Natal Luz, que hoje são reconhecidamente eventos de grande relevância no cenário nacional.

O município de Canela, por outro lado, conforme Tomazzoni, Dorion e Zottis (2008), direcionou seu comércio para atividades relacionadas à indústria madeireira. No município instalaram-se diversas serrarias, e, em 1912, instalou-se no local a Companhia Florestal Riograndense, que fez com que as atividades de extração e beneficiamento ganhassem novas dimensões. Um dos símbolos desse período é o Castelinho, propriedade feita de madeira, pertencente à Família Franzen, construída entre os anos de 1914 e 1915, que atualmente se constitui em um dos principais atrativos turísticos da cidade. Assim como em Gramado, o turismo em Canela também se originou pelos visitantes que buscavam a localidade para tratar de enfermidades, tendo o seu primeiro hotel implantado no ano de 1919. Ainda segundo os autores,

No final dos anos 1950, com o encerramento do ciclo da madeira, colégios, academias musicais, empresas e até a 'zona do meretrício' fecharam as portas. Após essa crise, Canela voltou-se para o turismo, desenvolvendo-se o artesanato, as malharias, os festivais da serra e os jogos estudantis da primavera. (TOMAZZONI; DORION; ZOTTIS, 2008, p. 149).

Vale ressaltar ainda que Canela abriga o Palácio das Hortênsias, residência oficial de verão do governador do estado do Rio Grande do Sul, e foi inaugurado em 1987 o Centro de Estudos Turísticos e Hoteleiros Castelli. Os dois municípios, em virtude de suas trajetórias, conseguiram criar condições que os distinguem dos demais municípios da Serra Gaúcha, ainda que outros apresentem similaridades nos índices de desempenho econômico. Ainda que Gramado e Canela sejam municípios vizinhos e irmãos, não se podem negar as diferenças qualitativas e quantitativas dos indicadores turísticos, que, por sua vez, refletem nos quadros sociais e econômicos de cada um deles. A tabela 4 reflete a situação dos municípios da região.

Tabela 4 – Dados socioeconômicos dos municípios da Região das Hortênsias – 2005

	Gramado	Canela	Nova Petrópolis	São Francisco de Paula
PIB (R\$)	210. 138. 520,00	152.829.040,00	177.226.445,00	120.145.108,00
PIB per capita	7.181,00	4.413,00	10.261,00	6.078,00
IDH	0,841	0,818	0,847	0,757
Posição IDH RS	17°	83°	8°	357°
Posição IDH Brasil	63°	247°	40°	1.665°
Expectativa de vida (anos)	75,5	75,8	75,8	68,9

Fonte: IBGE (apud TOMAZZONI, 2007, p. 192) e Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (apud TOMAZZONI, 2007, p. 192).

Segundo declaração da Prefeitura Municipal de Gramado, cerca de 90% da receita do município são provenientes da atividade turística (2005 apud TOMAZZONI, 2007, p. 191).

4.2.1.2 Região Uva e Vinho

A região Uva e Vinho possui na sua composição, atualmente, 24 municípios, sendo Bento Gonçalves considerado o município polo. A formação da região assemelha-se à região das Hortênsias em razão da demanda por um local para promover melhorias à saúde e, posteriormente, para veranejar. A infraestrutura para abrigar essa demanda encontrava-se nas sedes das cidades – ainda pequenas – ou nas áreas rurais dos municípios que viriam a se desmembrar e dar origem a outros municípios (ATUASERRA, 2011c).

Também aqui, o funcionamento da linha férrea teve papel fundamental no desenvolvimento do turismo. As cidades de Bento Gonçalves e Caxias do Sul ainda possuem

meios de hospedagem que remetem a esse período. A dependência da ferrovia para o transporte de passageiros foi um dos fatores que promoveram a mudança no quadro de prosperidade da região. Juntamente, vieram outros fatores como a construção de rodovias, que apenas tangenciavam a região, e a valorização do turismo de sol e praia. Passa, então, a ganhar destaque o setor vinícola, que funcionava por meio do sistema de cooperativas. Já na década de 1980, a iniciativa privada age a fim de retomar a atividade, buscando a valorização de elementos da cultura local como corais, grupos de danças folclóricas, além de incentivar visitas às propriedades rurais (ATUASERRA, 2011c).

Com a iniciativa privada atuando para promover mudanças no cenário local, tendo como objetivo atrair um maior número de visitantes, surge, no ano de 1985, a Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra). Além da participação do empresariado local, houve a iniciativa de onze secretarias de turismo dos municípios que compunham a região. Algumas ações foram fundamentais para alavancar o turismo, como a constituição da linha de Maria Fumaça ligando os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa; a criação do projeto cultural Caminhos de Pedra; o desenvolvimento de roteiros ligados ao enoturismo. As parcerias entre os poderes público e privado foram determinantes para o êxito dessas iniciativas. Em muitos casos, a Atuaserra foi a articuladora entre os segmentos, coordenando o desenvolvimento turístico da região (ATUASERRA, 2011c).

Além de empresários, agentes públicos e associações locais, as parcerias se estendem por meio de ações conjuntas com o Ministério do Turismo, Sebrae, Sistema S, instituições de ensino superior, entidades de ciência e tecnologia, além de outras instituições presentes em toda a Serra Gaúcha, em outros estados do Brasil e internacionais.

4.2.2 Caracterização Demográfica

Segundo dados do IBGE (2012b, 2012c), os municípios de Gramado e Bento Gonçalves apresentam população concentrada nas áreas urbanas, cerca de 89% e 92%, respectivamente, conforme pode-se observar nas Tabelas 5 e 6. A Tabela 3 traz a variação da população total do município de Gramado entre os dois últimos censos demográficos realizados no país (2000 / 2010).

Tabela 5 – População do município de Gramado 1991/2010

População	1991	2000	2007	2010	Variação 2000 / 2010 (%)
Urbana	----	----	----	29.039	
Rural	----	----	----	3.261	
Total	22.095	28.593	31.652	32.300	12,96

Fonte: IBGE (2012b).

Entre os anos de 1991 e 2000, a taxa de crescimento demográfico anual da região das Hortênsias foi de 1,81%, que é superior à média do estado, de 1,21%. Canela foi o município que registrou a taxa mais alta – 3,44%, e Gramado e Nova Petrópolis registraram taxas de 2,90% e 2,65%, respectivamente. Os índices elevados nos municípios podem indicar movimentos migratórios que ocorrem entre as regiões da Serra Gaúcha e de outras regiões do Brasil (TOMAZZONI, 2007). Para a década seguinte, a variação observada no município de Gramado aponta para uma média de crescimento populacional anual de 1,29%, abaixo da média da década anterior, indicando uma redução nos movimentos migratórios.

Por outro lado, Bento Gonçalves apresentou, conforme informações da Tabela 6, uma variação populacional maior se observado os dois últimos censos do IBGE. Esse fato demonstra ainda uma elevada influência do município frente a outros da região.

Tabela 6 – População do município de Bento Gonçalves 1991/2010

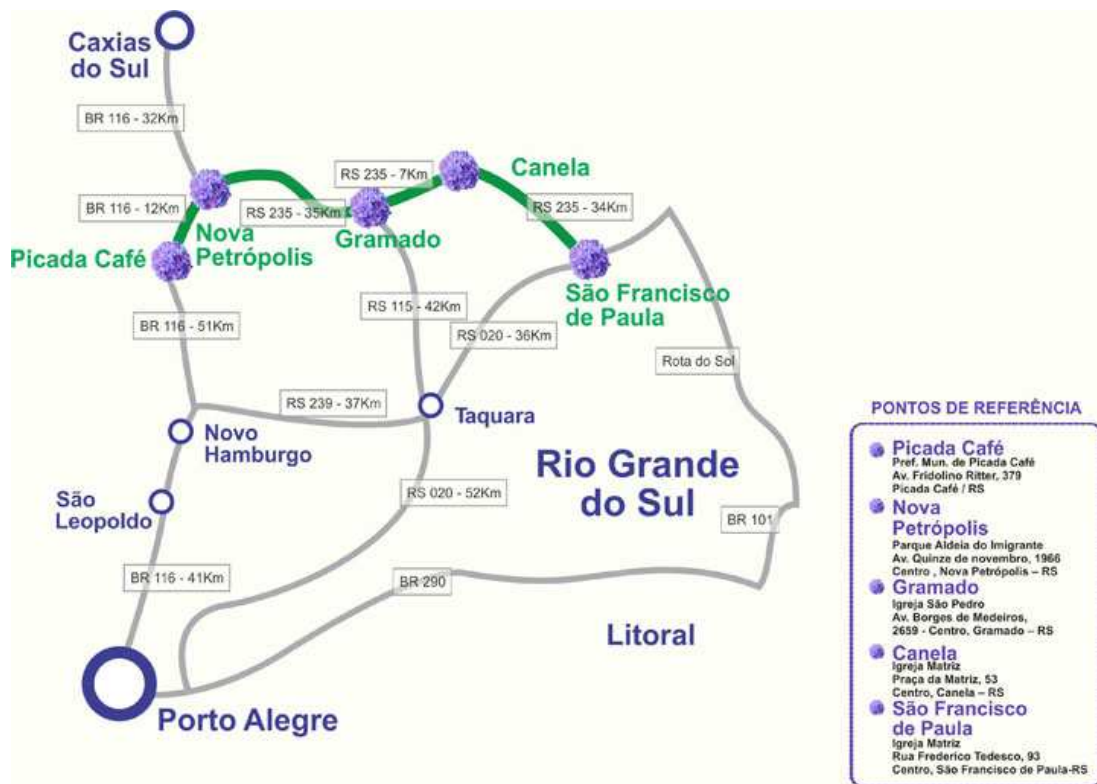
População	1991	2000	2007	2010	Variação 2000 / 2010 (%)
Urbana	----	----	----	99.121	
Rural	----	----	----	8.220	
Total	78.643	91.486	100.643	107.341	17,33

Fonte: IBGE (2012c).

4.2.3 Infraestrutura de Acesso

Toda a região da Serra Gaúcha é bem servida por uma ampla malha de rodovias que facilitam o acesso às diversas cidades da região, conforme pode-se observar nos dois mapas a seguir (Figuras 9 e 10), que apresentam a malha viária para acessar os municípios de ambas as regiões. As curtas distâncias entre as cidades podem ser facilmente percorridas por carros ou ônibus, pois as rodovias, muitas delas pedagiadas, se encontram em bom estado de conservação, permitindo acesso direto e rápido a cidades como Caxias do Sul e Porto Alegre, como se vê nos mapas a seguir.

Figura 9 – Região turística das Hortênsias



Fonte: Visão (2012).

O município de Bento Gonçalves é servido por uma ampla rede de rodovias, possuindo fácil acesso rodoviário. Há ainda a facilidade de acesso via aérea, pois o município de Caxias do Sul, localizado a 45 quilômetros, conforme Tabela 7, possui aeroporto com capacidade para receber aeronaves de grande porte. Além deste, destaca-se a presença o aeroporto de Porto Alegre, com maior estrutura, localizado, porém, a uma maior distância, mas que não chega a ser considerado uma barreira para o fluxo de turistas.

Ainda conforme a Tabela 7, que apresenta as distâncias entre o município de Bento Gonçalves e outros localizados na Serra Gaúcha, além da capital do Estado, Porto Alegre, pode-se observar que as distâncias entre os principais municípios da região, e onde estão localizados os principais atrativos turísticos, podem ser percorridas em um tempo inferior a duas horas, o que facilita os deslocamentos entre os atrativos, estimulando uma permanência maior no destino, já que o turista tem acesso mais fácil a um maior número de atrativos, que podem ser alcançados tanto no sistema ida e volta, em que no período de um dia é possível realizar percursos variados, ou mesmo se deslocando de cidade em cidade percorrendo um determinado circuito preestabelecido.

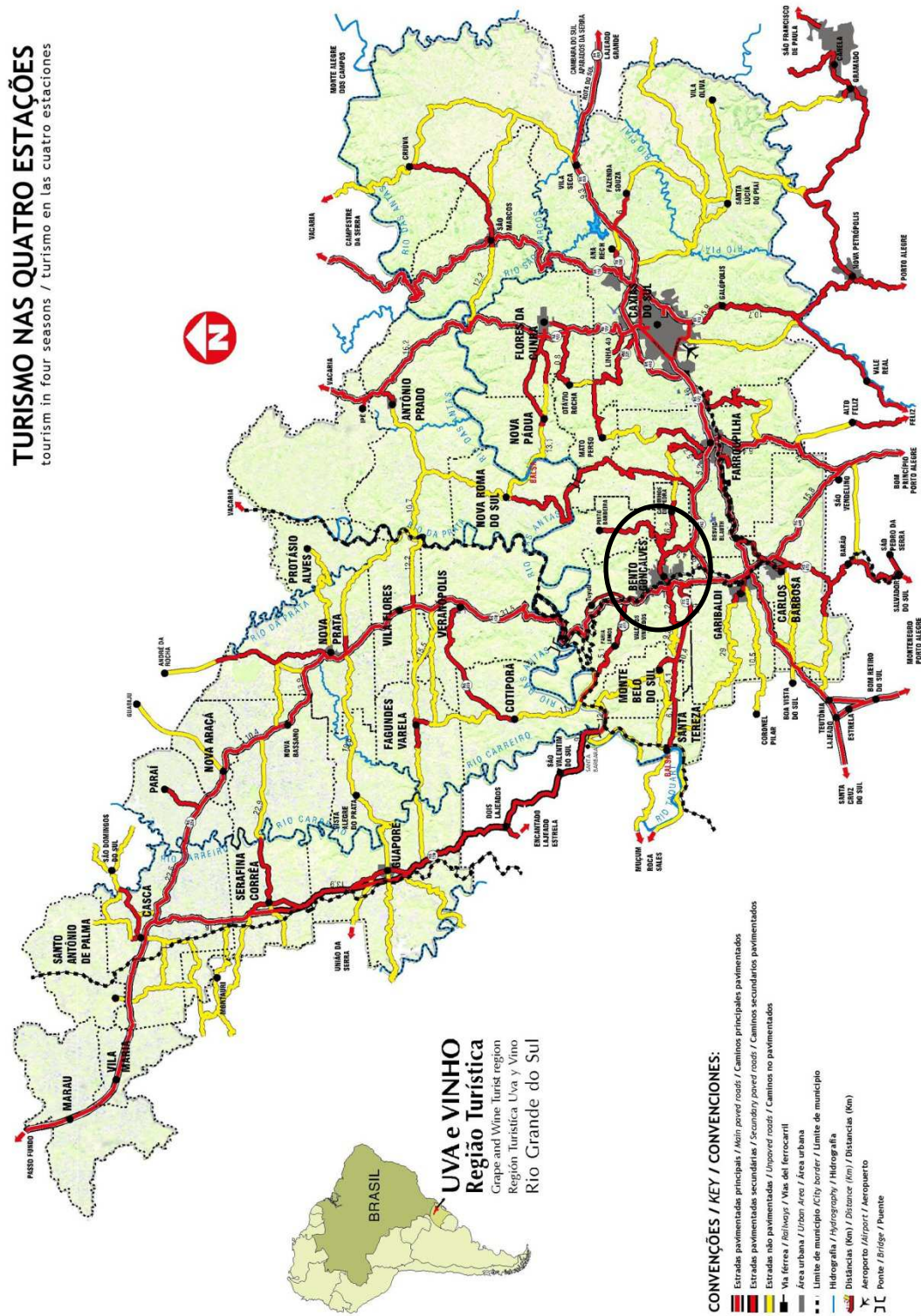
Tabela 7 – Distância entre Bento Gonçalves e as cidades da Serra Gaúcha (km)

Garibaldi	11
Caxias do Sul	45
Porto Alegre	115
Carlos Barbosa	16
Gramado	111
Canela	112

Fonte: Bento Gonçalves (2011a).

Na figura 10 a seguir é apresentado o mapa da Região Turística Uva e Vinho, em que a cidade de Bento Gonçalves está destacada podendo-se observar a sua localização privilegiada na região, ocupando uma área central. O mapa demonstra a ampla malha rodoviária que corta a região ligando as principais cidades e apresenta ainda a localização do aeroporto da região, vias férreas e a situação das rodovias, quanto à sua pavimentação. Na extremidade inferior direita há a indicação dos municípios de Gramado e Canela, apesar de pertencerem a Região das Hortênsias.

Figura 10 – Região turística Uva e Vinho



Fonte: Atuaserra (2011a).

4.2.4 Infraestrutura Turística

Tomazzoni (2007) apresenta alguns números referentes à oferta turística da região das Hortênsias do ano de 2005. Há uma grande diversidade de equipamentos de hospedagem e alimentação, com destaque para a cidade de Gramado, como se observa na Tabela 8.

Tabela 8 – Número de meios de hospedagem da região das Hortênsias – 2005

Municípios	Hotéis e Pousadas	Número de UHs	Número de leitos
Canela	60	1.422	4.154
Gramado	142	3.814	10.680
Nova Petrópolis	28	464	1.579
São Francisco de Paula	32	351	1.155
Total	262	6.051	17.568

Fonte: Sindicato de Hotéis e Restaurantes da Região das Hortênsias (2005 apud TOMAZZONI, 2007, p. 219).

Novamente o município de Gramado destaca-se quanto à oferta de estabelecimentos ligados ao ramo da alimentação, conforme observado na Tabela 9. O número de restaurantes em Gramado é quase o dobro do número registrado em Canela, cidade que ocupa a segunda posição dos municípios da região.

Tabela 9 – Número de meios de alimentação da região das Hortênsias – 2005

Municípios	Restaurantes	Capacidade
Canela	68	5.022
Gramado	126	10.745
Nova Petrópolis	40	2.395
São Francisco de Paula	22	1.537
Total	256	18.795

Fonte: Sindicato de Hotéis e Restaurantes da Região das Hortênsias (2005 apud TOMAZZONI, 2007, p. 219).

Para a região Uva e Vinho, os dados obtidos referem-se à cidade de Bento Gonçalves, que demonstram uma cidade com o turismo ainda incipiente, principalmente se comparados aos números de Gramado, porém em franca expansão. A Tabela 10 aponta alguns indicadores, como o número total de visitantes nos roteiros ofertados no município, a ocupação hoteleira, bem como o número de hotéis e pousadas. Os números indicados permitem visualizar o crescimento do turismo no município, que se consolida e, em menos de uma década, sofreu um acréscimo de mais de 100 mil visitantes nos roteiros ofertados.

Tabela 10 – Infraestrutura turística de Bento Gonçalves 2004/2010

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total de visitantes por roteiros	454.670	495.875	355.536	522.869	523.710	582.836	663.434
Ocupação hoteleira (%)	45	43	43	44,11	51,06	52,21	52,98
Número de leitos	2.124	2.201	2.201	2.089	2.351	2.580	2.841
Número de hotéis e pousadas	26	29	29	29	30	31	32
Número de UHs (1)	----	958	958	945	1.093	1.135	1.267
Nº de atendimento nos postos de informação	35.434	45.991	45.609	56.130	39.646	49.190	23.113

Fonte: Bento Gonçalves (2011b).

Nota: (1) UHs – Unidades Habitacionais.

Estão relacionados a seguir alguns dos principais atrativos turísticos do município de Gramado. Note-se que existem roteiros específicos para a área rural em que há uma forte valorização da cultura da região. Em todos eles o turista tem contato direto com os moradores das áreas rurais, onde eles apresentam seus hábitos culturais, sua música, danças típicas e gastronomia (Apêndice A, Quadro 12, p. 172).

- a) Pórtico (Entrada via Nova Petrópolis);
- b) Pórtico (Entrada via Taquara);
- c) Belvedere Vale do Quilombo;
- d) Mini Mundo;
- e) Igreja São Pedro;
- f) Igreja do Relógio;
- g) Palácio dos Festivais – Cine Embaixador;
- h) Rua Coberta;
- i) Parque Knorr – Aldeia do Papai Noel;
- j) Centro Municipal de Cultura I;
- k) Centro Municipal de Cultura II;
- l) Prefeitura Municipal;

- m) Praça das Comunicações;
- n) Rótula das Bandeiras;
- o) Lago Joaquina Rita Bier;
- p) Lago Negro;
- q) Museu do Chocolate;
- r) Roteiros de Agroturismo;
- s) Roteiro de Agroturismo “Raízes Coloniais”;
- t) Roteiro de Agroturismo “Encantos Coloniais”;
- u) Roteiro de Agroturismo “O Quatrilho”.

No caso de Bento Gonçalves, os roteiros comercializados na cidade possuem uma ligação ainda mais forte com o meio rural. Nos roteiros praticados na região Uva e Vinho, observa-se também a formação de rotas que cruzam vários municípios, como o passeio de Maria Fumaça, por exemplo, em que estão envolvidos os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. Em virtude de suas tradições históricas, os roteiros na região possuem uma forte ligação com a cultura vinícola (Apêndice A, Quadro 13, p. 175).

- a) Caminhos de Pedra;
- b) Passeio de Maria Fumaça;
- c) Rota das Cantinas Históricas;
- d) Vale do Rio das Antas;
- e) Vale dos Vinhedos.

4.3 TREZE TÍLIAS

4.3.1 Caracterização Geral

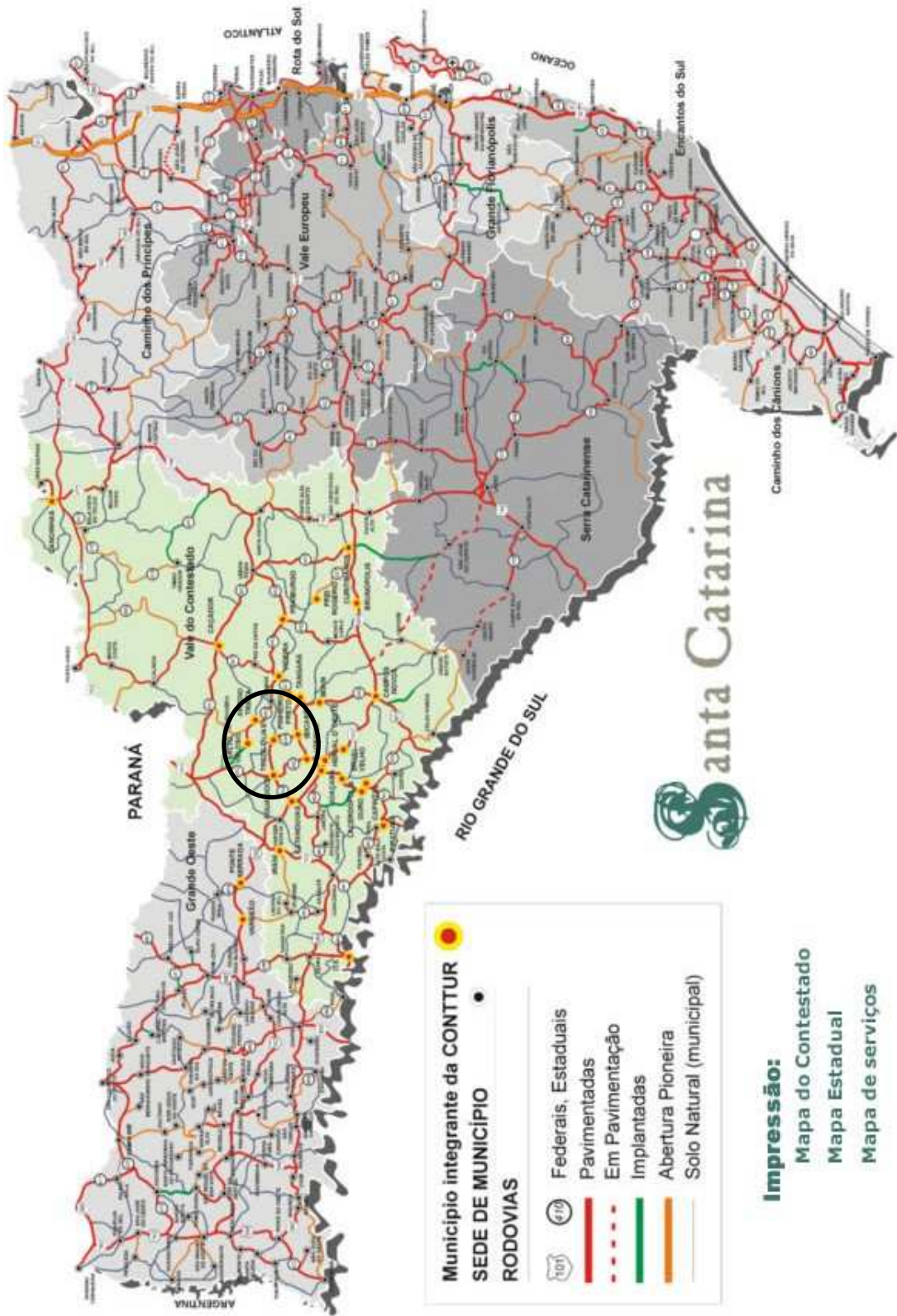
O município de Treze Tílias está localizado na microrregião do meio oeste do estado de Santa Catarina e na região turística do Vale do Contestado. A história de fundação da cidade, que ocorreu em 13 de outubro de 1933, remete, assim como na Serra Gaúcha, à imigração europeia. Nas primeiras décadas do século XX, a Europa passava por uma profunda crise econômica, e uma das soluções encontradas pelos governos foi a de enviar europeus para outros países. No caso da Áustria, o então Ministro da Agricultura ficou encarregado por trazer um grupo de austríacos e fundar uma colônia austríaca (TREZE TÍLIAS, 2012).

Posteriormente, vários outros grupos chegaram, dando origem a essa comunidade com características tão próprias, uma vez que a maioria é originária do estado do Tirol. O que confere atualmente o título de “O Tirol Brasileiro” a Treze Tílias . Com os imigrantes veio também a cultura do artesanato em madeira, que hoje faz de Treze Tílias um grande centro produtor de esculturas em madeira, com reconhecimento no Brasil e no exterior. A região escolhida para fundar a cidade possui temperaturas amenas durante todo o ano, por se situar numa área de clima temperado e altitude elevada, o que contribuiu para a adaptação dos austríacos (TREZE TÍLIAS, 2012).

A Figura 11 identifica a localização do município de Treze Tílias no estado de Santa Catarina e o seu posicionamento como município integrante da Fundação de Turismo do Vale do Contestado. Vale ressaltar que alguns desses municípios também se uniram para a formação do Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade, composto atualmente pelos municípios de Piratuba, Joaçaba, Videira e Fraiburgo.

O turismo em Treze Tílias é mais recente, despontando na década de 1980, firmando-se na década seguinte, em razão da valorização da cultura tirolesa. A transmissão de uma telenovela entre os anos de 1990 e 1991 foi fundamental para a divulgação da cidade em nível nacional, pois proporcionou uma exposição do local sem precedentes (SILVA; SPINOLA, 2012). Mesmo com grande divulgação, o turismo em Treze Tílias ocorre ainda de forma regional, com uma demanda oriunda, em sua maioria, do próprio estado de Santa Catarina.

Figura 11 – Mapa do estado de Santa Catarina



Fonte: CONTTUR (2012).

No ano de 2002, conforme Guimarães (2008), o PIB de Treze Tílias ocupava a quarta posição no ranking do estado. A autora aponta ainda que o comportamento do PIB do município já vinha ocorrendo de forma crescente desde o ano de 1999. O setor de serviços, no ano de 2004, aparecia na terceira colocação como aquele que mais arrecada, perdendo apenas para o setor de agropecuária e industrial, que ocupavam a segunda e primeira posições, respectivamente.

Treze Tílias está inserida, atualmente, em um roteiro turístico denominado Rota da Amizade, que se caracteriza como um Arranjo Produtivo Local, criado em 2002 com o objetivo de fomentar o turismo na região. A Rota é composta inicialmente por seis municípios: Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Piratuba, Treze Tílias e Fraiburgo. Acreditava-se, à época, que os atrativos dos municípios tratados de forma isolada não eram suficientes para torná-los competitivos e decidiu-se, então, elaborar trabalhos articulados, integrados e pensados no âmbito regional. A iniciativa partiu de três empresários do ramo hoteleiro dos municípios de Treze Tílias, Fraiburgo e Piratuba. Já no ano de 2004, o SEBRAE lançou o projeto dos Arranjos Produtivos Locais, e os principais membros articuladores da Rota da Amizade decidiram inseri-la no programa (FEGGER et al., 2008).

Na mesma época foi criada a Fundação de Turismo do Vale do Contestado (CONTTUR), com o objetivo de fomentar o turismo regional, criando rotas turísticas. Até então o município de Piratuba explorava o turismo hidrotermal; Treze Tílias, a cultura austríaca, e Fraiburgo, o turismo de aventura e histórico (DUARTE, 2008).

4.3.2 Caracterização Demográfica

A população de Treze Tílias está predominantemente localizada na zona urbana do município, conforme informações do IBGE (2012d), apresentadas na Tabela 11. A variação da população entre os censos de 2000 e 2010 indica uma média do crescimento populacional bastante elevada, o que, possivelmente, aponta para um quadro de migração em direção ao município.

Tabela 11 – População do município de Treze Tílias 1991/2010

População	1991	2000	2007	2010	Varição 2000 / 2010 (%)
Urbana	----	----	----	4.716	
Rural	----	----	----	1.626	
Total	4.027	4.840	5.641	6.342	31,03

Fonte: IBGE (2012d).

4.3.3 Infraestrutura de Acesso

Os municípios que compõem a Rota da Amizade situam-se próximos uns dos outros, em distâncias que podem ser percorridas em, no máximo, duas horas de carro. Contudo as distâncias em relação à capital do estado, Florianópolis, podem se revelar como um fator negativo na decisão de visitar a região, conforme observado no Tabela 12.

Tabela 12 – Distância entre as cidades da região e Florianópolis (km)

	Piratuba	Joaçaba	Treze Tílias	Videira	Fraiburgo	Florianópolis
Piratuba	----	60	95	126	148	425
Joaçaba	60	----	35	66	88	390
Treze Tílias	95	35	----	61	83	425
Videira	126	66	61	----	22	412
Fraiburgo	148	88	83	22	----	385

Fonte: Rota da Amizade (2012).

4.3.4 Infraestrutura Turística

Por se tratar de um destino cujo desenvolvimento vem ocorrendo mais recentemente, o município de Treze Tílias possui uma infraestrutura mais modesta se comparada, por exemplo, com os municípios da Serra Gaúcha. Com relação ao parque hoteleiro, segundo informações da Prefeitura Municipal de Treze Tílias (2007 apud GUIMARÃES, 2008), o município apresentava a seguinte estrutura: seis hotéis, cinco pousadas e alguns outros meios de hospedagem como campings, cabanas, além de hospedagem do tipo “cama e café”. Juntos, esses meios de hospedagem perfazem uma oferta com 265 unidades habitacionais e 735 leitos, distribuídos em sua quase totalidade na área urbana do município. Os hotéis são, em sua maioria, de pequeno porte, possuindo administração familiar. O número de meios de hospedagem vem acompanhando o crescimento do turismo.

Em 1950 havia apenas um empreendimento de hospedagem. Em 1980 eram três e em 1990 percebe-se o maior crescimento de empresas desse ramo, o que coincide com o aparecimento da cidade de Treze Tílias como cenário para a novela ‘A história de Ana Raio e Zé Trovão’, exibida nos anos 1991 e 1992, pela extinta rede Manchete de Televisão. A partir da década de 90, houve um aumento significativo do fluxo de turistas na cidade. Não há registros disponíveis para analisar esse fato com maior propriedade, porém, em entrevista com os empresários do ramo, todos afirmam que após a inserção da cidade na mídia televisiva, o fluxo de turistas cresceu consideravelmente. (GUIMARÃES, 2008, p. 112-113).

O período em que se registra maior ocupação na hotelaria de Treze Tílias é durante o Tirolerfest, no mês de outubro, em que todos os meios de hospedagem apresentam taxa de ocupação de 100%, e durante os períodos das férias escolares, em julho e nos meses entre dezembro e março (GUIMARÃES, 2008).

Quanto ao setor de alimentos e bebidas, o que se verifica é que os empreendimentos estão divididos entre restaurantes, cafés, lanchonetes, cervejaria, adega, dentre outros, somando um total de 21 estabelecimentos (GUIMARÃES, 2008).

No comércio da cidade, vários estabelecimentos estão voltados para atender os turistas, como casas de artesanato, malharias, lojas especializadas na venda de chocolates e lojas de lembranças.

Como principais atrativos turísticos, podem ser mencionados (ver Apêndice A, Quadro 14, p. 177), conforme Lemos (2004, p. 116-117):

- Praça Ministro Andreas Thaler
- Castelinho – Museu Ministro Andreas Thaler
- Igreja Matriz
- Portal da cidade
- Consulado Honorário da Áustria
- Prefeitura Municipal de Treze Tílias
- Monumento aos imigrantes
- Monumento ao agropecuarista
- Monumento do Ministro Andreas Thaler
- Sociedade cultural artística Papuan – SOCAP
- Gruta de Babenberg e 1ª igreja construída pelos imigrantes no município
- Linha Pinhal
- Capela Maria Dreizehnlinden
- Lago Schaupenlehner
- Termas internacional Vale das Trilhas
- Cascata Froza
- Chocolate caseiro de Treze Tílias
- Parque dos sonhos
- Parque Lindendorf
- Trenzinho

Ainda que vários dos principais atrativos turísticos estejam localizados na área urbana de Treze Tílias e próximos ao centro da cidade, o município oferece roteiros relacionados ao turismo rural, como visitas às comunidades de Babenberg e Linha Pinhal, cujas atividades realizadas estão relacionadas com a cultural local.

Nos mapas apresentados neste capítulo, correspondentes às Figuras 9, 10 e 11, que se referem à microrregião das Hortênsias, microrregião Uva e Vinho e a região do Vale do Contestado, respectivamente, pode-se observar que possibilitam ao turista uma visão mais ampla do local de visitação, indo além das fronteiras municipais, fazendo com que o visitante localize-se e desloque-se dentro de regiões turísticas onde há presença de vários municípios integrados e estabelecendo uma rela o de complementaridade e competitividade ao mesmo tempo, fortalecendo, assim, a região como um destino turístico, pois há uma amplia o da oferta turística seja no número de estabelecimentos, como meios de hospedagem, bares e restaurantes, seja no número de atrativos.

Remete-se, novamente,   importância dos roteiros turísticos como um importante fator de integra o regional, principalmente aqueles que buscam efetivar a integra o por meio da valoriza o de elementos que confirmam homogeneidade   região. Nesse sentido, os roteiros citados, principalmente na Serra Gaúcha, como o roteiro de trem chamado Maria Fumaça, que liga os municípios de Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves, além dos roteiros rurais Caminhos de Pedras e Vale dos Vinhedos, podem ser considerados como exemplos exitosos que buscaram a diferencia o mediante elementos associados ao meio rural. Roteiros como Maria Fumaça e Vale dos Vinhedos têm na cultura do vinho o seu mote principal, característica predominante em toda a região.

5 AS CONTRIBUIÇÕES DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM BONITO, SERRA GAÚCHA E TREZE TÍLIAS

A análise dos destinos pesquisados nesta dissertação é feita pela utilização do modelo de APL Tur desenvolvido por Tomazzoni (2007), em que, conforme apontado no capítulo 4, há enumeração de uma série de elementos que, para possibilitar a conformação de um Arranjo Produtivo Local de Turismo, deverão estar presentes e inter-relacionados, além de apresentar uma dinâmica que envolva, simultaneamente, as três dimensões apresentadas pelo autor.

A análise é feita utilizando-se também do relatório da pesquisa coordenada por Silva e Spinola (2012), já mencionada nesta dissertação. Esse relatório foi elaborado com base em entrevistas realizadas com residentes, empresários e especialistas, ou seja, profissionais que exercem atividades ligadas ao turismo em cada um das áreas selecionadas.

Nesta dissertação são utilizadas as entrevistas com os especialistas, que se mostraram esclarecedoras, permitindo a elaboração do perfil de cada área acerca do desenvolvimento, gestão, planejamento do turismo, bem como participação da comunidade e do empresariado, além dos próprios órgãos públicos e associações. No caso de Bonito foram realizadas 12 entrevistas com especialistas; na Serra Gaúcha, 14; e em Treze Tílias foram 16 entrevistados¹⁵ (ANEXO A).

Os questionários aplicados com os especialistas são compostos por 31 questões em que são abordados temas como o início da atividade turística no local ou região, e desdobramentos inerentes à questão, como os fatos que contribuíram para promover o desenvolvimento turístico, o envolvimento do empresariado, da comunidade e das instituições de ensino e o desenvolvimento turístico atual; o bloco seguinte traz questões referentes ao planejamento da atividade, bem como ações dos poderes públicos para promover a atividade e ainda sobre a existência de movimentos associativistas locais / regionais; o terceiro bloco de questões procura entender a situação da competitividade do turismo local frente a outros destinos regionais, nacionais e internacionais e ações realizadas no sentido de torná-lo mais competitivo; por fim, busca-se identificar os impactos positivos e negativos oriundos do turismo em cada local.

Em virtude da dificuldade de se analisar casos diferentes de forma semelhante, decidiu-se pela escolha de um modelo que tornasse possível a análise de situações tão

¹⁵Os especialistas são profissionais de Secretarias de Turismo Municipais, Universidades, Associações de Classe, SEBRAE, bem como profissionais liberais, e moradores que exercem atividades relacionadas ao turismo.

dísparos. Por outro lado, entende-se também que qualquer modelo aqui escolhido imporá uma classificação de forma padronizada e rígida, correndo-se o risco de haver casos que poderiam não se encaixar dentro de uma determinada classificação, ou ainda casos que ficariam numa situação intermediária. Entretanto as vantagens de poder criar situações homogêneas para casos individuais certamente superam as desvantagens aqui apontadas.

Por meio do modelo de Tomazzoni (2007), utilizado nesta dissertação, foi possível analisar as três áreas, com realidades tão peculiares e distintas, de forma que, com base em uma série de elementos elencados pelo autor, se estabelecesse uma homogeneidade de padrões e parâmetros de análise, sem causar prejuízo a nenhum dos três locais. Cada uma das dimensões estabelecidas por Tomazzoni (2007), que já haviam sido apresentadas no capítulo 4, são novamente mencionadas neste capítulo, porém de forma pormenorizada, com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor a respeito de cada um dos elementos apresentados pelo autor.

5.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

Para a análise dos elementos da dimensão econômica foram considerados conjuntamente aqueles que se referem ao desenvolvimento regional e ao desenvolvimento do turismo. Em razão da carência de informações, alguns itens foram prejudicados na sua análise, porém sem comprometer o resultado final quanto ao estabelecimento do perfil acerca desta dimensão especificamente. O Quadro 7 traz uma demonstração do que pode ser constatado em cada uma das três áreas pesquisadas, possibilitando assim uma análise comparativa, seguido das respectivas declarações dos especialistas entrevistados, esclarecendo a análise.

Os elementos da dimensão econômica, como já foi visto, estão divididos em dois blocos: desenvolvimento regional e desenvolvimento do turismo. O desenvolvimento regional, por sua vez, subdivide-se em delimitação espacial, disparidades intra-regionais, externalidades, sustentabilidade ambiental e inclusão social, enquanto o desenvolvimento do turismo subdivide-se em oferta e demanda, desempenho, priorização, exportação, circuito produtivo, interatividade extra-regional, equalização intra-regional e acessibilidade. Todavia, na elaboração da análise, para torná-la mais esclarecedora, não haverá subdivisões no que tange ao tratamento dos elementos dessa dimensão, apenas no momento em que cabe uma apresentação minuciosa de cada um dos elementos.

Iniciando a apresentação pelos elementos constituintes do desenvolvimento regional, elencados por Tomazzoni (2007), os fatores referentes à delimitação espacial dizem respeito basicamente a três questões: de caráter geográfico, como vegetação, clima e relevo; econômico, que são as atividades polarizadoras; e culturais, que conferem homogeneidade territorial, definindo o contexto físico regional.

Quanto às disparidades intra-regionais, Tomazzoni (2007) explica que os principais elementos a serem considerados são renda per capita municipal e renda per capita média regional; Índices de Desenvolvimento Humano municipal e médio regional; além do PIB de cada município e médio regional. Fatores como o número de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza e as disparidades entre os municípios no que tange à educação, saúde, infraestrutura geral, também são considerados pelo autor como relevantes para a análise.

Como externalidades, Tomazzoni (2007) considera as variáveis do ambiente regional que se mostram favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico, como a qualidade da urbanização. O autor considera ainda como relevantes a “disponibilização de informações e produção de conhecimento pelas empresas, entidades e organizações de ensino e pesquisa. Qualidade da mão de obra e oferta de oportunidades de empregos.” (TOMAZZONI, 2007, p. 166).

O item sustentabilidade ambiental abrange principalmente o grau de preservação dos recursos naturais e ambientais e o comprometimento dos mananciais aquáticos, os impactos gerados com as construções, além do manejo dos resíduos sólidos e líquidos.

Com relação à inclusão social, a análise abrange a questão da qualidade de vida nos meios urbano e rural; a segurança pública; os fluxos migratórios – suas causas e impactos; a participação da comunidade em ações coletivas, verificada de forma espontânea; desemprego e demanda por emprego; bem como a estabilidade ou a precariedade do mercado de trabalho.

Entre os elementos que se referem ao desenvolvimento do turismo estão oferta e demanda, que são dois dos principais itens capazes de determinar se um local pode ser considerado como destino turístico. Tomazzoni (2007, p. 168) elenca esses elementos:

Meios de hospedagem, meios de alimentação, agências receptivas, comércio (artesanato, produtos típicos e produtos industrializados). Atrativos naturais como fatores alocativos e de atração turística: condições físicas da região – clima, paisagens. Calendário e dimensionamento de eventos (festas, feiras, congressos, convenções), considerando porte (números de participantes e retornos). Qualidade e preço dos atrativos, produtos e serviços. Grau de independência do turismo regional frente às flutuações conjunturais como crises e instabilidades econômicas nacionais e internacionais. A oferta de serviços e atrativos é suficiente para atender a demanda? Que tipos de demanda a região é efetiva e potencialmente especializada em atender?

O desempenho do destino pode, conforme Tomazzoni (2007), ser mensurado de acordo com o número de turistas que ingressam periodicamente, tanto nos municípios quanto na região, bem como a receita gerada no consumo de serviços, produtos e atrativos. As taxas de ocupação nos meios de hospedagem e o número de empregos gerados com a atividade também são considerados pelo autor como indicadores de desempenho.

Outro ponto destacado pelo autor é o grau de prioridade com que o turismo é tratado pelos poderes públicos, com ênfase para o poder público municipal, observando principalmente a dotação orçamentária e os investimentos no setor. Em contrapartida, deve-se considerar a eficácia da aplicação dos recursos e o retorno dos investimentos.

Quanto ao item exportação, o que se verifica é a “relevância do turismo como fator de ingresso de riquezas para a região” (TOMAZZONI, 2007, p. 169). Verificam-se campanhas de *marketing* e comercialização do destino com o intuito de divulgá-lo frente a novos mercados.

No item circuito produtivo o que se verifica é a relação do turismo com outras atividades econômicas, seja por meio de intercâmbio, seja de forma complementar. E ainda, qual a posição do turismo frente a outros setores, ou seja, se o turismo aparece como setor-chave, contribuindo para o desenvolvimento de outros setores. Os efeitos multiplicadores gerados pela atividade, bem como a retenção e distribuição de renda para geração de demanda interna e ainda o direcionamento dos excedentes gerados pelo turismo a outros setores e possíveis vazamentos na economia local, também estão incluídos na análise.

A relação do turismo regional da área em estudo com o turismo de outros locais é analisada no item interatividade extra regional, que são as influências e reflexos das ações sobre as regiões que cercam a região polarizadora, e ainda a posição do turismo da região observada em mercados como o estadual e o nacional.

Como categoria de análise, Tomazzoni (2007) menciona ainda a importância de existirem instâncias para a tomada de decisões coletivas e de onde devem ser originados projetos em prol do desenvolvimento do turismo regional, que devem beneficiar também aqueles municípios menos desenvolvidos, que o autor chama de equalização intra-regional.

Como último elemento de análise da dimensão econômica, Tomazzoni (2007) apresenta o item acessibilidade, que se refere a todas aquelas informações que estão dispostas para o turista, desde sites na internet à sinalização e orientação de acesso aos atrativos, além dos serviços dos profissionais envolvidos com o receptivo, como as agências e empresas transportadoras.

No Quadro 7 estão apresentados, de forma resumida, os elementos dispostos por Tomazzoni (2007) e a respectiva situação em Bonito, na Serra Gaúcha e em Treze Tílias.

Quadro 7 – Análise das regiões de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias segundo a dimensão econômica

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Delimitação espacial	Região da Serra da Bodoquena apresenta características homogêneas, principalmente do ponto de vista geográfico.	A região possui traços geográficos, econômicos e culturais marcantes, que lhe confere uma homogeneidade territorial.	Entre as características mais marcantes da região estão as geográficas e econômicas.
Disparidades intra-regionais	Possui IDH acima da média nacional. O setor terciário predomina na economia local.	Possui IDH acima da média nacional. A economia está fortemente concentrada no setor de serviços.	Possui IDH acima da média nacional. O setor secundário é o mais representativo da economia do município.
Externalidades	Os serviços de transporte, saúde e saneamento básico foram apontados como os principais fatores limitantes do desenvolvimento socioeconômico.	Saneamento básico e facilidades de acesso são considerados os pontos fracos na região.	O saneamento básico é mencionado como um dos principais problemas a serem resolvidos.
Sustentabilidade ambiental	Foram identificadas importantes iniciativas para a preservação do patrimônio ambiental.	Ações voltadas para a preservação do patrimônio ambiental.	Há uma carência de ações voltadas para a preservação dos recursos naturais e o problema do descarte impróprio dos resíduos sólidos ganha destaque.
Inclusão social	Os impactos positivos provocados pelo turismo incluem aumento no número de empregos, além de novas oportunidades de negócios.	Os impactos positivos provocados pelo turismo incluem aumento no número de empregos, além de novas oportunidades de negócios.	Os impactos positivos provocados pelo turismo incluem aumento no número de empregos, além de novas oportunidades de negócios.

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Oferta e demanda	Os estabelecimentos atuais têm dificuldade em atender a crescente demanda turística. O posicionamento como destino de ecoturismo facilita a tomada de decisões para a elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento da atividade.	A região possui uma ampla rede de estabelecimentos preparados para o atendimento ao visitante. A oferta se dá no sentido de atender a uma demanda já consolidada formada por turistas que buscam o turismo cultural.	A cultura é o grande diferencial como atrativo turístico. Entretanto o turismo local ainda carece de uma estrutura que possa permitir o crescimento da demanda.
Desempenho	Taxas de ocupação crescentes, porém com necessidade de superar deficiências de infraestrutura e de oferta.	Registra-se um bom nível no desempenho do turismo de Gramado (consolidado) e em Bento Gonçalves (em expansão).	Turismo evoluindo, porém há necessidade de superação de ameaça de estagnação.
Priorização	Existem ações sendo realizadas a fim de tornar o local mais atraente para o turista.	Existem ações sendo realizadas a fim de tornar o local mais atraente para o turista.	Existem ações sendo realizadas a fim de tornar o local mais atraente para o turista.
Exportação	Carece ainda de ações mais efetivas para consolidar o turismo como atividade exportadora.	Observam-se ações, como realização de feiras e eventos, para favorecer a comercialização dos produtos.	O turismo local ainda está em fase de consolidação no mercado nacional e necessita de ações nesse sentido.
Circuito produtivo	Parte dos recursos oriundos do turismo não fica retida no município.	Com uma grande parcela da população envolvida com o turismo, os excedentes oriundos da atividade geram efeitos multiplicadores.	Com uma grande parcela da população envolvida com o turismo, os excedentes oriundos da atividade geram efeitos multiplicadores.

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Interatividade extra-regional	As atividades relacionadas ao turismo estão concentradas, principalmente, em Bonito, não havendo interação com áreas do entorno.	O turismo, juntamente com outras indústrias, faz com que a região da Serra Gaúcha e demais áreas localizadas no seu entorno tornem-se propícias para novos investimentos.	O turismo de Treze Tílias ainda não tem potencial para promover mudanças significativas, indo além dos limites da sua região.
Equalização intra-regional	Bonito possui uma instância de decisões principal que é o COMTUR. Todavia não há representatividade de todas as instâncias envolvidas com a atividade.	Existência de diversas associações na região, com participação dos setores envolvidos.	A principal associação atuante foi reativada recentemente, Asturtílias, e se encontra em fase de reestruturação.
Acessibilidade	Uma das principais carências é a oferta de voos para a capital do estado. Não há regularidade.	Além do aeroporto de Porto Alegre, a Serra Gaúcha conta com o aeroporto de Caxias do Sul e uma malha viária extensa.	Principais acessos são via rodoviária. Não há nas proximidades aeroporto com capacidade para receber aeronaves de grande porte.

Fonte: Elaborado pela autora deste texto, baseando-se em informações do IBGE (2012a, 2012b, 2012c, 2012d) e PNUD (2013).

O município de Bonito, conforme visto no capítulo 4, está inserido na Serra da Bodoquena, região com características bastante peculiares que permitem uma clara delimitação espacial, do ponto de vista geográfico. Contudo, quando os entrevistados foram perguntados sobre um elemento de diferenciação da localidade frente aos concorrentes no mercado turístico, houve apenas um respondente que indicou a cultura local como um importante agente distintivo¹⁶. Por outro lado, a questão ambiental aparece como um elemento decisivo na diferenciação da região como um polo de ecoturismo, tendo sido frequentemente

¹⁶As entrevistas mencionadas foram realizadas pelos pesquisadores Fernando Aboim, André Coelho e Rafaela Ludolf, no período compreendido entre 3 e 18 de novembro de 2010, como parte da pesquisa “Delineamento e caracterização de um sistema de governança para o desenvolvimento turístico de Salvador-BA, com base em um estudo comparativo entre as iniciativas de clusterização de turismo de Treze Tílias (SC), Bonito (MS), Serra Gaúcha (RS) e Porto de Galinhas (PE)”, já mencionada na presente dissertação.

um tema das discussões locais. Dentre os vários relatos indicando a importância que a preservação do ambiente natural tem atualmente em Bonito, outro entrevistado reforça, ao dizer que o meio ambiente, a riqueza dos atrativos, bem como a questão ambiental, representam o grande diferencial do turismo de Bonito e região: “Meio ambiente, a riqueza dos atrativos. O grande diferencial é a questão ambiental” (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Na Serra Gaúcha é possível estabelecer uma delimitação espacial bastante clara, com os fatores de ordem geográfica, cultural e econômica sendo bastante similares, conferindo, efetivamente, uma homogeneidade territorial.

Os municípios que integram o Vale do Contestado, entre eles Treze Tílias, possuem características semelhantes, principalmente com relação às características geográficas e econômicas.

Na análise das disparidades intra-regionais observa-se que, em Bonito, o setor terciário é o mais representativo da economia local, seguido pelo setor primário. A indústria mostra-se pouco representativa na economia do município. Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano¹⁷ (IDH) do ano 2000, Bonito ocupava a posição de número 1.399 no ranking nacional, apresentando um IDH de 0,767, enquanto o Brasil possuía IDH de 0,665, segundo o PNUD (2013).

A situação das disparidades intra-regionais na Serra Gaúcha, aqui analisada pelos indicadores dos dois municípios – Gramado e Bento Gonçalves – mostra-se diferente da observada em Bonito, a começar pelo Produto Interno Bruto (PIB), que tem nos serviços o setor mais marcante, seguido pelos setores secundário e primário, em ambos os municípios. Vale ressaltar que a agropecuária é bem pouco representativa, tanto em Gramado quanto em Bento Gonçalves. Quanto ao IDH, os dois municípios ocupavam posições muito confortáveis no ranking nacional no ano de 2000, com Bento Gonçalves ocupando a sexta colocação e Gramado a posição de número 64, dentre os mais de cinco mil municípios brasileiros.

Já em Treze Tílias, o PIB municipal tem na indústria sua maior representatividade, seguido pelo setor de serviços e agropecuária. No ranking nacional do IDH, a posição ocupada pelo município é a de número 337, ocupando também uma posição confortável em relação ao total dos municípios brasileiros e ficando também acima da média nacional.

¹⁷De acordo com o PNUD (2013), “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde”. O IDH, indicador que mede o progresso a partir de dimensões sociais, representa um contraponto ao PIB, que considera a dimensão econômica do desenvolvimento.

Em Bonito as externalidades negativas que dificultam o desenvolvimento socioeconômico estão relacionadas principalmente com os serviços de transporte, que fazem a ligação entre as cidades da região e a capital Campo Grande – seja em relação aos serviços de transporte público, seja em relação aos serviços de traslado oferecidos pelas agências de viagens locais. As companhias aéreas também aparecem por ofertarem voos com certa regularidade para a capital do estado. Outra carência apontada é a estrutura relacionada à saúde pública, considerada por alguns depoentes como precária e insuficiente. E, por fim, é mencionado o problema do saneamento básico como um dos itens a serem solucionados pelos poderes públicos:

Faltam serviços de transporte: aéreo e transfer (traslado). (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Organização do transporte; Infraestrutura de saúde; vias de acesso aos atrativos e vias urbanas. (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Melhorar a rede de transporte; voos regulares diários. (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Na Serra Gaúcha, os pontos que ganharam mais destaque estão relacionados com facilidades de acesso, como melhorias no terminal rodoviário da cidade de Bento Gonçalves, por exemplo.

Acesso: duplicação da rodovia, sinalização restante. Qualificação da estação rodoviária. Saneamento Zero. Corsan para fazer saneamento básico. Resíduos transportados para outras cidades. Uma ameaça do patrimônio material e imaterial e uma lei que proteja a paisagem dos parreirais. Formação de profissionais e cooperação. Preservar as áreas rurais. A cidade não precisa crescer para ser desenvolvida e plano diretor tem que ser preservado. (ESPECIALISTA DE BENTO GONÇALVES. Depoimento [nov. 2010]. Bento Gonçalves. Entrevistador: André Coelho).

Infraestrutura de acessibilidade. Estradas principalmente. Terminais turísticos. (ESPECIALISTA DE BENTO GONÇALVES. Depoimento [nov. 2010]. Bento Gonçalves. Entrevistador: André Coelho).

Acesso, trânsito, construção do anel viário. Um terminal rodoviário e outro sistema de transporte. (ESPECIALISTA DE BENTO GONÇALVES. Depoimento [nov. 2010]. Bento Gonçalves. Entrevistador: André Coelho).

Em Treze Tílias, uma das principais externalidades negativas é o problema com o saneamento básico. Os entrevistados relatam também problemas na acessibilidade, que poderia ser melhorada por meio da criação de estradas para fazer a ligação da cidade com

outras da mesma região, e não apenas com os municípios maiores: “Investir na ligação asfáltica entre os municípios de Iberê e Treze Tílias – é para progresso e para turismo” (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Em razão de o turismo em Bonito estar diretamente relacionado com o seu patrimônio natural, tem havido uma preocupação constante por parte dos envolvidos com a atividade em preservar e conservar os recursos ambientais. Um dos principais marcos foi a implantação do sistema de *voucher* único, que permite um controle mais rigoroso do número de visitantes em cada atrativo¹⁸, considerado por muitos dos entrevistados como um dos grandes méritos do local e um elemento distintivo frente a outros destinos de ecoturismo: “O sistema turístico – *voucher* turístico – organizando a visitação dos atrativos, associação com as trocas de experiências, belezas naturais, atrativos com controle de carga” (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Na Serra Gaúcha, a preocupação com a preservação do meio ambiente também se faz notar, pois existem vários roteiros que oferecem aos visitantes um contato mais próximo com a natureza. Um dos principais exemplos é o Parque do Caracol, no município de Canela. Ainda que a imagem do turismo na Serra Gaúcha esteja atrelada à questão do turismo cultural, há um forte apelo também das áreas verdes como atrativos, que é considerado como um elemento distintivo da região se comparado a outros locais turísticos no Brasil. Um dos entrevistados explica: “Arquitetura e a questão das flores, do verde do meio ambiente e a preservação e a limpeza são um foco importante e história de não jogar o papel no chão” (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

A preservação das áreas verdes remete ao período em que alguns municípios da região eram indicados como lugares de repouso, justamente pela presença dessas áreas e pelo clima, que favoreciam a recuperação de pessoas enfermas.

Já em Treze Tílias, não foi observada uma preocupação maior quanto à sustentabilidade ambiental. Entre os 16 entrevistados, apenas um mencionou o problema do manejo com os resíduos sólidos como algo preocupante. A ausência em se utilizar as áreas verdes do município para fins turísticos é destacada por um dos especialistas, que sugere que os parques naturais sejam utilizados também para o turismo de aventura: “Área de parques

¹⁸O *voucher* somente é fornecido pelas agências de turismo no ato da compra de cada roteiro. Para a determinação do número de turistas a cada atrativo por dia, foram feitos estudos de capacidade de carga. A capacidade de carga estabelecida é respeitada e, em virtude do rigor, Bonito tem sido mencionada como exemplo de Ecoturismo.

naturais – natureza com aventura” (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Em relação à questão da inclusão social, a despeito desta dissertação não dispor de dados quantitativos que comprovem a situação da segurança pública ou dos níveis de desemprego e de demanda por emprego, todos os entrevistados são unânimes em afirmar que o turismo trouxe inúmeros benefícios para suas cidades, em particular o aumento do número de empregos, promovendo uma melhoria significativa na qualidade de vida das populações.

Os principais impactos positivos oriundos da atividade turística se referem, em sua maioria, a aspectos econômicos como a geração de emprego e renda e criação de novos negócios. Essas respostas se distribuíram de maneira razoavelmente uniforme entre as localidades pesquisadas reforçando algo que já é consagrado na literatura sobre impactos do turismo. (SILVA; SPINOLA, 2012, p. 215).

Vale ressaltar ainda que o número de impactos positivos, de acordo com os entrevistados, é bastante superior aos impactos negativos, o que, conforme Silva e Spinola (2012, p. 216), pode significar “um certo grau de satisfação com a atividade turística”.

O crescimento recente do turismo em Bonito representa um desafio para os empresários da região. As redes hoteleiras nos períodos de alta temporada vêm apresentando dificuldades em atender a crescente demanda, criando, inclusive, oportunidades para aqueles moradores que desejam alugar suas casas por temporadas, o que demonstra que há uma carência no número de leitos oferecidos ao mercado. Além do número de leitos, conforme relatos, há ainda uma carência de meios de hospedagem preparados para atender demandas mais exigentes, portanto deve-se “aumentar a oferta hoteleira em 200 apartamentos de 4 estrelas” (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim). Também no que diz respeito à oferta de estabelecimentos da área de alimentação e bebidas, depoentes afirmam ainda haver espaço para a implantação de novos empreendimentos.

O público a que se destina o turismo na Serra Gaúcha é bem definido: turistas que buscam o turismo cultural; e os estabelecimentos implantados atualmente buscam satisfazer as necessidades dessa clientela. Existem, porém, situações distintas com relação à oferta e a demanda nas duas microrregiões inseridas na Serra Gaúcha – Hortênsias e Uva e Vinho –, que correspondem às áreas onde estão Gramado e Bento Gonçalves, respectivamente. Enquanto na cidade de Gramado os depoentes afirmam que o turismo já está consolidado com número de estabelecimentos suficientes para atender a demanda, em Bento Gonçalves, os relatos

apontam a necessidade de novos estabelecimentos, pois o turismo no local ainda está em fase de expansão, ou seja, ainda em processo de atrair e fidelizar a demanda em nível nacional.

O turismo está em crescimento, mas não estamos num equilíbrio. A taxa de ocupação tem que subir. Com o aumento do número de leitos a taxa de ocupação permanece quase constante com um leve aumento. Com a sazonalidade os eventos vieram a cobrir os vácuos. Com a criação do *Convention Bureau* isso é uma das ferramentas para combater e ir melhorando (ESPECIALISTA DE BENTO GONÇALVES. Depoimento [nov. 2010]. Bento Gonçalves. Entrevistador: André Coelho).

Treze Tílias luta para que o turismo não entre em processo de estagnação. A atividade ainda está em fase de crescimento e procura conciliar a oferta com a demanda, que está em expansão. As taxas de ocupação, conforme relato dos entrevistados, são satisfatórias, porém podem ser mais expressivas.

Eu acho que nós temos muita coisa ainda pra crescer, estamos num ponto que tem que começar a ousar mais. Fizemos os primeiros fundamentos, mas agora é hora de pensar grande – isso envolve principalmente poder público, empresariado claro, mas tem que começar a dar passos maiores na cidade – tem que mais coisas novas pra continuar sendo atrativo. Aqui a taxa de retorno é bem grande, as pessoas voltam cerca de 5, 10, 15 vezes, e isso é um atestado de que o caminho está correto – esse retorno tem que ser gratificante. Taxas de ocupação precisam sempre melhorar, mas temos médias muito boas – 60% de ocupação como média anual – bem acima de Santa Catarina. Mas isso depende de cada estabelecimento – a busca pela melhoria (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Dos relatos dos entrevistados acerca da situação da oferta e da demanda é possível depreender também o quadro do desempenho do turismo de cada uma das regiões analisadas. Os respondentes dos três lugares indicam que o turismo está em fase de expansão e ainda com possibilidades de crescimento, exceto no quadro de Gramado, em que os especialistas indicam que o turismo já deve ser repensado na direção de que a atividade pode já ter atingido um grau de saturação. Segundo Silva e Spinola (2012, p. 199-200),

A evolução do fluxo turístico e de indicadores como permanência média e ocupação hoteleira foram considerados satisfatórios ou muito satisfatórios pelos representantes de todos os destinos pesquisados.

O desafio de Treze Tílias é combater uma possível ameaça de estagnação através do desenvolvimento de novas formas de promoção. Os especialistas da Serra Gaúcha se dividem quanto ao nível de consolidação que atingiram: os entrevistados de Gramado consideram o destino consolidado no Brasil e almejam conquistar mercados no exterior, já os representantes de Bento Gonçalves assumem que ainda não alcançaram o mesmo patamar e objetivam fortalecer a sua imagem internamente. Todavia, em ambos os casos, os indicadores têm sido crescentes e as metas quantitativas bastante otimistas para os anos futuros.

A priorização, que se refere principalmente à atuação do poder público municipal, pode ser avaliada pelas três áreas pesquisadas como positiva, pois os entrevistados percebem um número elevado de ações visando tornar as localidades como lugares atraentes para os turistas. Ainda que o turismo seja uma atividade prioritária para as três áreas pesquisadas, vale lembrar que em alguns casos os recursos públicos oriundos dos municípios nem sempre são suficientes para atender todas as demandas locais, apresentando carências de investimentos em algumas áreas.

Quanto ao item exportação, que se refere à prospecção de novos mercados, nota-se em Bonito uma situação, conforme os especialistas, de problemas na divulgação do local, o mesmo ocorrendo em Treze Tílias. A participação em feiras e eventos, que ajudam na divulgação dos destinos, além de aumentar o interesse de operadoras e agências para a comercialização dos locais, tem sido prejudicada, pois há uma carência de investimentos nesse sentido. Treze Tílias fica ainda mais prejudicada, pois é um destino regional, com planos de consolidar-se nacionalmente. Dessa forma, percebe-se que o turismo, mesmo que bastante representativo para a economia local, em ambos os casos fica comprometido como atividade exportadora, em virtude das tímidas ações de comercialização dos produtos locais.

A situação da Serra Gaúcha quanto à exportação mostra-se bastante diferente. O turismo, atualmente, principalmente na microrregião onde está Gramado, ocupa uma posição de destaque na economia local. Feiras e eventos são frequentes e contam com a participação de expositores e produtores locais, que contribuem para que o turismo se consolide ainda mais como atividade exportadora regional. Bento Gonçalves ainda busca sua consolidação no cenário nacional, porém Gramado tem planos de prospectar mercados em países vizinhos.

Com relação ao item Circuito Produtivo em Bonito, foi identificado, por parte de alguns entrevistados, que os benefícios gerados pelo turismo nem sempre geram desenvolvimento em outros setores da economia local, pois o município não criou bases para promover a retenção desses benefícios. Vale lembrar que grande parte dos recursos gerados acaba ficando nas mãos dos fazendeiros, proprietários de alguns dos principais atrativos do turismo local. Um dos especialistas entrevistados explica que o município poderia produzir, por exemplo, hortifrutigranjeiros para o abastecimento próprio. Depoimento reforçado por outros:

Dificuldade muito grande de segurar os recursos no município (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Produzir frutas – pequenos fazendeiros com incentivo do poder público (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Produção de alimentos – carne, peixes, frutas etc. (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Por outro lado, entre os respondentes da Serra Gaúcha não houve menção quanto à dificuldade da região em reter os benefícios gerados pelo turismo, ou relatos apontando possíveis vazamentos da arrecadação pelo turismo para outras regiões do estado ou mesmo do país. Entende-se que, como uma parcela significativa da população da região está diretamente envolvida com o turismo, a maior parte dos recursos geram desdobramentos, sendo reinvestidos na região, não descartando, porém, a possibilidade de vazamentos em relação aos recursos oriundos do turismo.

Uma forma encontrada pelos municípios da Serra Gaúcha para minimizar a questão dos vazamentos foi a realização de eventos constantes, sempre relacionados com a cultura local, que, em razão disso, possibilitam a participação dos produtores locais, como em Bento Gonçalves, por exemplo, em que a cultura da uva faz-se sempre presente como um dos temas principais dos eventos. Exemplo disso é o evento integrado Dia do Vinho, que conta com a participação dos municípios produtores de vinho, promovendo, além da venda dos produtos e exposição dos produtores, cursos de degustação e de harmonização, visitas a roteiros turísticos rurais, além de oferecer opções de hospedagem nos municípios participantes.

Em Treze Tílias, os respondentes mostraram-se bastante satisfeitos com os resultados alcançados pelo turismo, não apontando problemas com relação à fuga do capital do município. Vale lembrar que o turismo em Treze Tílias vem se desenvolvendo mais recentemente, e alguns impactos, tanto positivos quanto negativos, ainda não puderam ser observados de forma mais intensa, como na Serra Gaúcha, por exemplo, que tem o histórico início do desenvolvimento do turismo que remete às décadas de 1970 e 1980.

Quanto ao item interatividade extra-regional, observa-se que em Bonito há uma concentração das atividades no próprio município e dentro das propriedades dos fazendeiros, como já mencionado, havendo, portanto, pouca interação do turismo com regiões localizadas no seu entorno, mesmo aquelas situadas na região da Serra da Bodoquena.

No caso da Serra Gaúcha, a dinâmica do turismo regional, além da presença de outras indústrias instaladas próximas à região, torna o local atrativo para a instalação de outros empreendimentos. As oportunidades de emprego, renda e a demanda por serviços aumentam as oportunidades para a exploração de outras atividades que tenham relação direta ou não com

o turismo, fazendo com que municípios localizados fora da região tenham interesse em tornarem-se provedores de bens para as atividades ali realizadas.

Em Treze Tílias, o turismo ainda não se apresenta com potência suficiente para promover desdobramentos, como o estímulo ao desenvolvimento de outras regiões, que vão além das fronteiras do Vale do Contestado. Nota-se, porém, uma interação com outros municípios integrantes do Vale, principalmente aqueles que, juntamente com Treze Tílias, compõem a Rota da Amizade, que são Piratuba, Joaçaba, Tangará, Videira, Fraiburgo e Frei Rogério. Contudo, como já relatado, o turismo em Treze Tílias ainda é uma atividade regional, que se consolida e, portanto, insuficiente para gerar efeitos propulsores em outras regiões.

O COMTUR em Bonito é a entidade responsável por agregar o maior número de representantes do turismo regional, porém a comunidade local não possui assento no conselho, ficando as principais decisões acerca do turismo da região nas mãos do empresariado local, dos proprietários dos atrativos e dos poderes públicos.

As associações na Serra Gaúcha atualmente agregam um grande número de participantes, entre eles empresários, produtores rurais, poderes públicos municipais, que, em se tratando de roteiros que envolvam mais de um município, atuam de forma integrada, além da participação da comunidade que ocorre desde a década de 1980. Na Serra Gaúcha a equalização intra-regional segundo os entrevistados vem sendo praticada desde a década de 1980 quando houve um comprometimento maior por parte de todos os setores envolvidos com o turismo, incluindo aí a população da região, que começa a sentir os benefícios da atividade. A governança vem sendo praticada desde então, conforme relato a seguir:

A governança mais antiga do Brasil, com a governança regional de turismo, em 1970 a primeira do Brasil. 1969 - Primeira governança. Mas principalmente a partir dos anos 80 com a percepção de ganhos do turismo nascente rumo a uma massificação (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

Em Treze Tílias, a Associação de Turismo de Treze Tílias (Asturtílias) destaca-se como um importante meio de integração local dos atores envolvidos com o turismo. Juntos, desenvolvem projetos para promover o desenvolvimento do turismo local. Todavia apenas em 2012 a associação, que funciona na Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, passou a ter sede própria, aumentando sua representatividade na sociedade. A Associação passa, atualmente, por um período de reestruturação.

O item acessibilidade discute, além dos terminais de viagem, como aeroportos e rodoviárias, estradas e canais de comunicação que permitem ao visitante tanto o acesso a mapas e informações, como a serviços que podem ser encontrados no local de destino. Quanto aos terminais de viagem, bem como facilidades de acesso, o assunto foi tratado no item externalidades, que, nos três locais analisados, aparecem como externalidades negativas e que necessitam de maior atenção por parte dos poderes públicos. Já no que diz respeito ao acesso a mapas que facilitem o deslocamento do turista, foi observado em Bonito uma dificuldade em encontrar mapas oficiais em que estivessem dispostas de forma mais ampla as informações sobre como chegar ao local. Fator considerado preocupante, uma vez que grande parte dos turistas chega à região por meio do acesso rodoviário.

Com relação ao acesso de informações, houve uma facilidade maior em Treze Tílias e Serra Gaúcha. Além das informações disponibilizadas pelos sites oficiais de turismo, em Treze Tílias existem as associações locais e regionais, como a Rota da Amizade, e o Conselho de Turismo dos municípios integrantes do Vale do Contestado. Na Serra Gaúcha o destaque é a Atuaserra, que disponibiliza mapas com informações detalhadas das principais vias para os municípios que integram a Região Turística Uva e Vinho. Na região das Hortênsias dispõe-se dos sites oficiais, além do *Convention Bureau* e a Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias (Visão).

5.2 DIMENSÃO CULTURAL

Como elementos da dimensão cultural, são apresentados: aspectos históricos, acervos e incentivos, estética, produtos e atrativos, animação, motivação e satisfação da comunidade.

Os aspectos históricos referem-se aos registros em publicações das principais personalidades e fatos ocorridos nos municípios que integram a região que justifiquem a existência do patrimônio cultural, bem como do quadro econômico da região.

No item acervos e incentivos estão relacionados todos aqueles arquivos de organizações e instituições de pesquisa que relatam, por meio do processo de inventário, todo o patrimônio histórico arquitetônico, bem como as manifestações culturais. Também estão incluídas aí as Leis de incentivo à preservação e tombamento do patrimônio histórico.

Por outro lado, o item que se refere à estética diz respeito à conservação do patrimônio histórico arquitetônico, como prédios, praças e monumentos, bem como a manutenção de parques, praças, ruas e avenidas. Tomazzoni (2007) refere-se ainda à existência, criação e manutenção de museus.

O artesanato, a gastronomia, os roteiros culturais, tanto urbanos quanto rurais, a criação de novos atrativos temáticos que tenham por suporte fatos históricos são os requisitos abrangidos no item produtos e atrativos.

No que tange ao item animação, Tomazzoni (2007) relaciona os principais eventos e atividades de lazer e entretenimento cultural que fazem parte do calendário regional. Muitos desses eventos podem surgir por iniciativa do empresariado local, como possibilidade de agregar valor aos seus serviços turísticos.

Por fim, Tomazzoni (2007) encerra os elementos da dimensão cultural falando da satisfação da comunidade, que pode ser atingida quando há um fortalecimento da sua autoestima. A análise pode ser elaborada observando-se a relação entre “comunidades rurais e comunidades urbanas, considerando preconceito, rejeição ou valorização cultural” (TOMAZZONI, 2007, p. 174).

Quadro 8 – Análise das regiões de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias segundo a dimensão cultural

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Aspectos históricos	A história do local não possui grande representatividade no turismo da região.	Estão entre os principais atrativos da região.	Representam as bases do turismo de Treze Tílias.
Acervos e incentivos	Formas tradicionais de manifestações culturais não ganham destaque entre as principais ações dos atores locais.	O patrimônio histórico arquitetônico, bem como as manifestações culturais, são valorizados, recebendo incentivos.	Uma das maiores preocupações tanto do poder público, como da população e do empresariado local.
Estética	A estética local não segue nenhuma linha temática, não havendo ambientação cultural dos espaços turísticos.	As cidades mantêm elementos das culturas alemã e italiana como grande eixo temático.	Os monumentos urbanos seguem a temática da cultura austríaca.

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Produtos e atrativos	Os roteiros comercializados em Bonito ocorrem, em sua maioria, no meio rural. Nos espaços turísticos urbanos há pouca relação com a identidade cultural.	Os roteiros culturais ocorrem nos meios urbano e rural. No meio rural, a gastronomia reforça a cultura regional, e nas cidades os empreendimentos turísticos buscam uma ambientação voltada para a identidade local.	Forte valorização dos elementos identitários pelas empresas turísticas, porém concentrada ainda no ambiente urbano.
Animação	Grande carência observada, relacionada à inexistência de um calendário de eventos.	Eventos ocorrem durante o ano, como diferencial. Grupos culturais ganham destaque.	Carece de eventos mais regulares, porém há valorização dos grupos culturais.
Motivação e satisfação da comunidade	O envolvimento da comunidade não foi percebido em razão da forma que houve o desenvolvimento do turismo.	A participação da comunidade se dá na medida em que esta percebe que a atividade pode ser fonte de emprego e renda.	A participação da comunidade foi fundamental para o desenvolvimento do turismo desde o início.

Fonte: Elaborado pela autora deste texto.

Em Bonito, que é considerado atualmente o maior destino de ecoturismo do Brasil, os principais atrativos turísticos são aqueles que permitem o contato com a natureza, fazendo, desse modo, com que os elementos históricos fiquem relegados a segundo plano.

Por outro lado, tanto na Serra Gaúcha quanto em Treze Tílias os aspectos históricos fazem parte dos atrativos locais. Toda a história da formação dos dois locais, as raízes do seu povo, os fatores que favoreceram a instalação das cidades são cada vez mais valorizados como atrativos turísticos, o que permite um grande diferencial frente a outros locais.

As manifestações culturais de Bonito não aparecem nos relatos dos especialistas como uma prioridade a ser encabeçada pelos atores locais. Novamente aqui as discussões estão centralizadas mais nas questões que envolvem o ecoturismo, como a preservação do seu patrimônio natural, ficando as formas mais tradicionais de expressão cultural sem muita representatividade.

Diferentemente do que ocorre em Bonito, na Serra Gaúcha e em Treze Tílias busca-se valorizar todas as formas mais genuínas e tradicionais de manifestações e expressões culturais. Registra-se ainda a criação de Leis de incentivo à preservação do tombamento e patrimônio históricos. Até mesmo em razão do turismo houve um resgate das tradições, urbanas e rurais, como grupos folclóricos, danças e músicas.

Vale lembrar que em Gramado e Treze Tílias as prefeituras criaram Leis para incentivar a construção das novas edificações em estilo arquitetônico similar àqueles encontrados na Alemanha e Áustria, respectivamente. Na cidade de Treze Tílias há ainda o Código de Obras, que dispõe sobre a construção de residências segundo o estilo austríaco. A seguir está apresentado o depoimento de especialistas de Treze Tílias, em que relatam o início do processo de reestruturação da paisagem urbana por meio da criação de Leis incentivando o engajamento da população local.

Lançamos o desafio de construir casas no estilo arquitetônico – inclusive fui incumbido de dar os alvarás (não sou arquiteto, mas fui ao trabalhar no Tirol e aproveitei para fazer uma pesquisa sobre construções típica e trouxe grande material sobre como é feito as casas lá). Cada construção que era iniciada eu negociava com o proprietário e colocava todas as condições (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

1983 – mudou o prefeito e entrou Afonso – ele abraçou essa causa e nós conseguimos fazer om que a prefeitura isentasse do imposto por 5 anos a pessoa que construísse casa típica (não paga IPTU) – aconteceu muita as vezes que a pessoas vinha pra prefeitura com o projeto pronto – e a prefeitura bancava o novo projeto – pra pessoa mudar o projeto de construção pra construir típico – e ai começou a se estender – tornando abrangente a construção típica e isso começou a criar um entusiasmo. Mas eu já tenho minha casa pronta – o que eu faço → o benefício foi estendido pra quem já tinha casa pronta e reformasse – o benefício dos 5 anos de isenção – fator muito importante que abrangeu a cidade inteira – e hoje resta poucas casa que não são típicas (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

No caso de Bonito, os principais incentivos são no sentido de criar consciência ecológica na população, para que preserve o patrimônio natural. O local não despertou ainda para a valorização das manifestações culturais como um atrativo e diferencial frente a outros destinos.

Da mesma forma, as duas localidades do Sul do país buscam a preservação e conservação do patrimônio histórico arquitetônico. Não são apenas as edificações particulares que seguem um estilo arquitetônico, mas parques, praças, ruas e avenidas, fazendo com que as cidades se apresentem aos olhos dos visitantes de forma acolhedora e agradável, e com uma estética predominante. Destaca-se ainda a presença de museus que remetem às culturas e

tradições locais. Esteticamente, Bonito não apresenta referências mais significativas quanto ao seu patrimônio cultural, como a criação de museus, por exemplo.

A gastronomia, entendida como importante elemento da cultura local, é bem representada na região da Serra Gaúcha, que busca combinar, principalmente no meio rural, onde há visitas às propriedades dos descendentes italianos, demonstrações de pratos da culinária típica associadas com outras manifestações, como a música e a dança, formando, assim, um quadro com manifestações singulares.

Em Treze Tílias, o que ocorre, segundo especialistas, é a carência de estabelecimentos voltados a oferecer pratos com maior variedade e com um maior grau de sofisticação. Outra observação foi quanto ao artesanato local, também deficiente na variedade. Os roteiros culturais urbanos ainda são predominantes, mas os rurais vêm ganhando destaque e consolidando-se, como os roteiros das comunidades Linha Pinhal e Babenberg, mencionadas no capítulo 4. Treze Tílias apresenta ainda como um grande elemento distintivo da sua cultura a tradição austríaca das esculturas em madeira. Esta tradição permitiu à cidade receber o título de “Capital Catarinense dos Escultores e Esculturas em Madeira”. No caso de Treze Tílias, ainda se observa uma carência com relação à diversificação da oferta turística do artesanato local.

Já foi pior, antigamente não tinha restaurante não tinha nada, então eu saía pela cidade e convidava as pessoas para almoçar em minha casa. A maior queixa das pessoas era a falta da gastronomia – Uma hora da tarde já não tinha mais restaurante aberto na cidade. A partir dali começou a aparecer algumas coisas em gastronomia – ainda faltam algumas coisas, mas está bem melhor. Temos muitas opções pela cidade (ESPECIALISTA DE Treze Tílias. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Em Bonito, os roteiros realizados nas áreas rurais estão voltados para o ecoturismo. Registra-se, porém, a iniciativa recente de proprietários de fazendas que passaram a oferecer roteiros que aliam a prática do ecoturismo com a oportunidade de conhecer costumes locais e pratos típicos da culinária regional. O turismo no meio rural começa a ser percebido como uma possibilidade de diferenciação do turismo local, além de uma forma de promover a ampliação da oferta.

As cidades de Gramado e Bento Gonçalves possuem um extenso calendário de eventos que ocorrem ao longo de todo o ano, com temáticas variadas, porém referenciadas na cultural regional. Os eventos favorecem um fluxo turístico contínuo, reduzindo consideravelmente o período de sazonalidade. O fato dos municípios atuarem de forma conjunta e complementar com circuitos integrados faz com que haja uma distribuição dos turistas pela região. Em

Gramado, entre os eventos que ocorrem ao longo de todo o ano destacam-se o Festival de Chocolate, Festival de Cinema, Natal Luz e a Festa das Hortênsias. Em Bento Gonçalves, os principais eventos estão relacionados à cultura da uva, possuindo também um calendário extenso. Ambas as cidades já perceberam a importância dos eventos para evitar a sazonalidade, tão comum nos destinos turísticos.

Em Treze Tílias, a grande carência apontada pelos especialistas é a ausência de um calendário de eventos que possa favorecer o aumento da demanda, principalmente em épocas de baixa temporada. Contudo há o incentivo por parte dos empresários de favorecerem apresentações de grupos folclóricos, de dança e de música nos seus estabelecimentos.

Problema semelhante foi observado em Bonito, que além da carência de eventos de forma regular, a cultura local não possui espaço para demonstrações, como em hotéis, bares e restaurantes. Os turistas, por sua vez, segundo especialistas, têm dificuldade de encontrar opções de lazer noturno, tanto para as famílias com crianças, quanto para adultos. Mesmo durante o dia aquele turista que tiver dificuldade de se encaixar em algum roteiro ficará sem mais opções de passeios ou de lazer na área urbana.

Quanto à satisfação e o envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo dos locais, vale ressaltar, conforme Silva e Spinola (2012), que, de forma genérica, a comunidade começa a envolver-se na medida em que percebe as oportunidades que surgem com a inserção da atividade no local, como geração de emprego e oportunidades de novos negócios. Desse modo, entende-se que o envolvimento ocorrerá de fato após um processo inicial ou mesmo quando a atividade começar a sua consolidação.

Em Bonito, porém, o envolvimento nunca foi percebido, em razão, principalmente, da forma com que a atividade foi implantada, ou seja, atrativos localizados em fazendas na zona rural, afastados, portanto, das comunidades, diminuindo, assim, as possibilidades de inserção. Esse distanciamento pode ser percebido ainda pelo fato da comunidade não possuir assento no COMTUR (SILVA; SPINOLA, 2012). Relatos dos entrevistados indicam as dificuldades encontradas para inserir as comunidades no desenvolvimento da atividade:

Teve uma certa resistência, pois era só agropecuária e não acreditavam na natureza. E hoje ainda não gostam do turismo, pois tirou a privacidade (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Ainda não se envolveu completamente, vem se adaptando e mudando do ramo da pecuária para o turismo. A população local não se qualificou e fica à margem com empregos de baixa remuneração (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Acabam participando, pois trabalham com a comunidade, mas a qualificação dos nativos é fraca. Não aceitam regras por não se sentirem incluídos no processo (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Na Serra Gaúcha, o envolvimento foi percebido, porém se deu após a percepção da comunidade de que o turismo poderia lhe trazer benefícios. A participação da comunidade foi sentida já na década de 1980.

Transformaram as residências e comunidades em estabelecimentos. Com o passar do tempo passou a entender que tinha que se preparar para atender o turista. Partiu de proprietários rurais. Hotéis e Restaurantes quando começaram a sentir a demanda por serviços, lazer e gastronomia (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

Em Treze Tílias, o processo ocorreu de forma diferente. O grande diferencial do turismo local é o modo como as pessoas vivem, ou seja, as tradições culturais austríacas sendo mantidas e preservadas no cotidiano da população. Conforme Silva e Spinola (2012, p. 197),

À comunidade é atribuída grande parte do mérito obtido pela cidade no turismo. Como o grande apelo do destino é a alusão ao modo de vida e às tradições tirolesas, o envolvimento da comunidade torna-se uma condição *sine qua non* para que essa imagem se estabeleça.

O que pode ser comprovado pelo depoimento de um dos especialistas entrevistados:

Um dos fatores mais importantes do sucesso do turismo de Treze Tílias é a comunidade – cada cidadão é um propagandista da cidade – cada um é responsável pelo bom atendimento. Até as pessoas que não estão envolvidas com o turismo – mas elas atendem bem – são amigáveis, são receptivas. E o turismo não aconteceria se a comunidade não estivesse engajada e em Treze Tílias temos essa sorte. O povo austríaco é um povo muito receptivo – tem o gingado brasileiro, é um povo hospitaleiro – e isso facilitou o turismo – e isso vem de família. A comunidade sempre foi isso (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

5.3 DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Os elementos da dimensão organizacional relacionados por Tomazzoni (2007) são: poder e capital social, gestão sistêmica, divulgação e imagem, mercadologia e comercialização, planejamento e empreendedorismo e inovação e conhecimento.

No item poder e capital social verifica-se a relação entre as organizações, representadas pelas empresas públicas e privadas e as entidades que exercem poder econômico, político e simbólico no âmbito regional. As ações conjuntas realizadas por essas entidades a fim de promover o desenvolvimento do turismo também estão incluídas na análise.

A gestão sistêmica é avaliada através da articulação

De ações coordenadas do desenvolvimento do turismo. Criação de um ambiente cultural favorável à comunicação, cooperação e união das organizações de cada município. Existência de coordenação regional centralizadora e articuladora para implementação de planos. Definição de funções, responsabilidades, tarefas e comprometimento das entidades públicas e privadas. Condições das organizações e entidades responsáveis pela gestão do turismo, considerando recursos materiais, técnicos e humanos. (TOMAZZONI, 2007, p. 176).

O destaque da região como destino turístico no cenário nacional, seu potencial de atração turística, a importância da divulgação do destino pelas entidades locais responsáveis pela promoção do desenvolvimento do turismo regional, além da imagem do destino construído pelos canais de divulgação são os principais elementos analisados no item divulgação e imagem.

Em relação à mercadologia e comercialização, o que se busca analisar é principalmente a qualidade dos serviços e produtos oferecidos e se eles estão adequados às necessidades e ao perfil da demanda.

O planejamento está diretamente relacionado a ações voltadas à administração, como

Identificação de pontos fortes e pontos fracos, oportunidades, ameaças e definições de objetivos e metas. Definição do estágio do ciclo do desenvolvimento do turismo: prosperidade, maturidade, estagnação, declínio. Disponibilidade e acesso a recursos financeiros (créditos bancários) para projetos de desenvolvimento integrado do turismo regional. Previsão de cenário futuro do turismo regional. Incertezas, mudanças, e realizações das experiências do passado do turismo na história regional. (TOMAZZONI, 2007, p. 177).

No item empreendedorismo e inovação são observadas as atitudes do empresariado local frente à competição imposta pelo mercado, a postura dos profissionais envolvidos diante das incertezas, instabilidades e adversidades e o perfil comportamental das comunidades – se ela promove as ações ou se espera que estas sejam iniciadas por terceiros.

O item conhecimento avalia as pesquisas elaboradas para a identificação de novos conhecimentos e tecnologias que já estejam sendo utilizados em outras regiões. Entra aqui

também a inovação feita por meio da elaboração de novos produtos e a educação para formação e qualificação.

Quadro 9 – Análise das regiões de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias segundo a dimensão organizacional

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Poder e capital social	A principal associação atuante em Bonito é o COMTUR, que por não ter representantes da comunidade local poderá ser questionada enquanto entidade capaz de ser efetivamente representativa do turismo local.	Na Serra Gaúcha foram lembradas a Atuaserra, o Convention Bureau, além das Secretarias de Turismo.	A Asturtílias e o Conselho de Turismo foram as associações mais citadas pelos entrevistados.
Gestão sistêmica	Presença de associações que atuam de forma setorial.	Associações atuando de forma sistêmica, como, por exemplo, aquelas do circuito Caminhos de Pedra.	Associações empresariais de diversos setores do turismo.
Divulgação e imagem	Bonito é reconhecido atualmente no cenário turístico nacional como o principal destino de ecoturismo.	Um dos principais destinos de turismo cultural no Brasil.	Ainda se consolida como destino de turismo cultural no cenário do estado de Santa Catarina.
Mercadologia e comercialização	O destino ainda carece de planos de divulgação.	Verificam-se ações conjuntas a fim de divulgar a região.	Um dos problemas identificados pelos especialistas é a ausência de uma maior divulgação.
Planejamento	Os casos de planejamento observados estão relacionados com planos de marketing ou planos municipais de desenvolvimento urbano.	Registra-se a existência de planos de turismo municipais e regionais.	A ausência de um plano específico para tratar o turismo é apontada como uma das deficiências da gestão turística de Treze Tílias.

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Empreendedorismo e inovação	A classe empresarial se profissionaliza após o fortalecimento do turismo. Contudo, inicialmente, adotou uma postura passiva.	Empresariado atuante de forma proativa desde o início das atividades turísticas na região.	Participação do empresariado carece de mais dinamismo para contribuir no desenvolvimento da atividade.
Conhecimento	A relação com a Universidade foi fundamental para o desenvolvimento do turismo, mas hoje há uma lacuna nesse sentido.	As universidades auxiliaram no processo de consolidação do turismo regional.	O turismo é um tema que contribui para a formação da cidadania desde a infância.

Fonte: Elaborado pela autora deste texto.

Com relação ao item poder e capital social, Silva e Spinola (2012) apontam algumas das principais instituições representativas, segundo os especialistas entrevistados, na Serra Gaúcha, Treze Tílias e Bonito. A análise para o item indica a importância de organizações que possam reunir os interessados no turismo e contribuir para o seu desenvolvimento.

Desagregando essas respostas por localidade teve-se que, na Serra Gaúcha, o trabalho desenvolvido pela Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), Região Turística Uva e Vinho, foi bastante lembrado pelos respondentes que, além dessa associação também votaram na Secretaria de Turismo e no Convention Bureau. O mesmo se verificou em Treze Tílias, com a Associação de Turismo de Treze Tílias (Asturtílias) e o Conselho de Turismo. Em um segundo plano foram lembrados o Convention Bureau, Sebrae, Prefeitura Municipal e o órgão estadual de turismo, a Santa Catarina Turismo S/A (Santur).

Em Bonito, o protagonismo do processo poderia ser exercido, em primeiro lugar, pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), pela Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região (Atratur) e pela Secretaria de Turismo do Município. Todavia, conforme mencionado acima, os guias de viagem defendem que a sua associação, a Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB), o faça. (SILVA; SPINOLA, 2012, p. 207).

Deve-se fazer uma ressalva, contudo, quanto à participação da sociedade no COMTUR de Bonito. No COMTUR estão representadas as principais associações, o poder público municipal, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, além dos empresários e dos proprietários das fazendas onde estão localizados os principais atrativos turísticos. Desse modo, observa-se uma ausência dos demais segmentos da população local nos processos de tomada de decisão sobre os rumos do turismo local. Vale lembrar que um dos pilares do capital social é a confiança e credibilidade das comunidades nas instituições e

organizações. Uma vez que a comunidade é excluída do processo, essas instituições poderão ser questionadas quanto à sua efetividade.

As instituições mencionadas representam, em sua maioria, associações de classe ou empresariais, reunindo trabalhadores de um determinado ramo turístico, não representando, efetivamente, organizações de diversos segmentos da atividade. A exceção observada foi o exemplo da Serra Gaúcha:

Isso somente aconteceu na Serra Gaúcha, quando os entrevistados citaram, além do Conselho Regional de Turismo, os circuitos turísticos já estabelecidos, a exemplo dos circuitos Caminhos de Pedra, Faria Lemos, Vale das Antas, Vinhos dos Altos Montes de Pinto Bandeira, Rota dos Espumantes e Estradas do Sabor. (SILVA; SPINOLA, 2012, p. 203).

Em Treze Tílias há o exemplo da Asturtílias, que agrega “todos os órgãos e setores empresariais envolvidos com o turismo” (SILVA; SPINOLA, 2012, p. 203), e em Bonito verificou-se associações de diversos segmentos, como a Associação de Proprietários e Operadores de Bote, a Associação de Mergulhadores de Águas Interiores do Brasil, e a Associação de Agências de Ecoturismo, dentre outros (COMTUR, 2013). De acordo com o relatório da pesquisa coordenada por Silva e Spinola (2012), alguns entrevistados defendem que a dificuldade de trabalhar de forma sistêmica pode estar relacionada com a questão cultural, em que se espera que as iniciativas sejam assumidas pelo poder público.

Quanto ao item divulgação e imagem, Bonito e Serra Gaúcha são dois destinos turísticos reconhecidos no cenário nacional, com capacidade de atrair turistas de todo o Brasil e de países vizinhos. A Serra Gaúcha, além de explorar a imagem de destino cultural, trabalha ainda com o diferencial de ser um local de montanha, com características marcantes e bastante típicas, principalmente no período do inverno, quando os turistas podem vivenciar a experiência de temperaturas negativas e da neve caindo. Treze Tílias ainda é um destino mais reconhecido regionalmente, porém o turismo local vem demonstrando crescimento e consolidando-se pelas suas características tão peculiares.

Conforme os entrevistados das regiões, há uma preocupação com a competição de outros destinos, em primeiro lugar em nível regional, seguido dos destinos mais competitivos nacional e internacionalmente. Esse fato pode ser observado de forma mais intensa em Treze Tílias, já que existem outros locais dentro do estado de Santa Catarina que possuem uma imagem consolidada no cenário nacional. Alguns especialistas de Treze Tílias chegam a desconsiderar a concorrência de outros locais em razão da cultura tirolesa não estar representada em nenhum outro local do país. Conforme Silva e Spinola (2012, p. 211-212),

Na verdade, alguns especialistas de Treze Tílias, ciosos de sua identidade tirolesa chegam a afirmar que o destino não possui concorrente no Brasil. O fato de explorar a tradição e cultura austríaca garante a eles um diferencial significativo em relação aos demais produtos regionais que são muito inspirados nas culturas alemã e italiana. De qualquer forma, alguns destinos foram considerados mais próximos, a exemplo de Gramado, Canela, Piratuba e São Joaquim, no Brasil, e o Chile no exterior. Percebe-se que, herança cultural à parte, os demais elementos considerados importantes do ponto de vista identitário, foram o clima e paisagem de montanha.

Já na Serra Gaúcha se percebe uma maior diversificação dos concorrentes. Em termos estaduais, para quem procura destinos de curta distância, aparecerem Guaporé, Caxias, Piratini, Jaguari, Chuí e Porto Alegre. Dentre os destinos de montanha, apenas Campos do Jordão foi lembrado. Mas, em âmbito nacional, os entrevistados também consideram que sofrem concorrência tanto de destinos de natureza, como Foz do Iguaçu, como destinos litorâneos a exemplo das praias do Nordeste e de Santa Catarina. Fora do Brasil, a região vinícola de Mendoza, na Argentina e o Chile, se destacam, tendo-se aí uma forte identificação dos destinos com essa atividade econômica.

Bonito se posiciona como um destino de natureza, ecológico e, como tal, seus representantes elegeram como principais concorrentes, em escala decrescente de importância: Fernando de Noronha, Foz do Iguaçu, Brotas, as chapadas Diamantina, dos Guimarães e dos Veadeiros, a Amazônia, o Pantanal e os Lençóis Maranhenses. Seguindo a mesma lógica, Bonito concorreria com a Costa Rica, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

As ações de marketing para a divulgação dos três locais têm sido mais eficientes na Serra Gaúcha, onde os entrevistados afirmam haver planos de marketing, além de reconhecerem os esforços conjuntos na divulgação da região. Ao ser questionado sobre as ações para promover o desenvolvimento do turismo na região, um dos respondentes disse: “Planejamento Estratégico e o Plano de Marketing. Feitos pela Fundação Getúlio Vargas. O trade executa junto com a secretaria de turismo. Um representante de cada entidade. Um pouco de cada um dos participantes do trade” (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

Por outro lado, em Bonito e Treze Tílias há uma carência na divulgação de ambos os locais. Uma das principais lacunas apontadas pelos especialistas está na ausência de campanhas de marketing mais efetivas:

Falta apoio à divulgação de Treze Tílias. Levar o nome pra fora (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Empresariado investir no embelezamento da cidade e na propaganda da cidade (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Propaganda. Que é por falta de verba (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Segundo Silva e Spinola (2012), os respondentes que identificaram ações de planejamento foram, em maior parte, os especialistas da cidade de Treze Tílias. Entretanto os especialistas não souberam identificar quais documentos estariam diretamente relacionados com ações de planejamento local. Vale ainda mencionar que as ações de planejamento mencionadas pelos respondentes estariam muito mais relacionadas com questões arquitetônicas e de preservação do patrimônio. Já em Bonito, as ações relacionadas ao planejamento observadas faziam parte, em realidade, do Plano Diretor Urbano do município, “demonstrando uma falta de compreensão plena sobre a natureza desse processo” (SILVA; SPINOLA, 2012, p. 202).

Não existe fazer plano de turismo, existe plano de metas e objetivos (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Foi eleito um Plano de Marketing para Bonito em 2005, mas não teve recursos para as ações. O trabalho é feito sem harmonia. Está melhorando... As entidades estão buscando recursos, recebendo e investindo na melhoria das suas atividades. Ficou mais animado (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Plano de Marketing já foi feito e não executado por questão financeira – sem orçamento (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Planejamento de participação de feiras através da participação no COMTUR (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Foram feitos dois planos que não entraram em execução, pois eram inviáveis. Feitos por consultores que não tinham conhecimento do destino (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Plano diretor, que em 1995 foi elaborado e teve um tempo que foi esquecido, mas hoje ele foi retomado por conta do princípio de perda de identidade. E vem hoje resgatando os princípios antigos que existiam de padronização cultural e de arquitetura (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Acho até que é uma deficiência que nós temos – a própria secretaria devia ter metas mais claras, mais definidas e eu não vejo isso (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Por outro lado, na Serra Gaúcha, os respondentes, ao se referirem ao planejamento do turismo na região, apontaram Planos de Desenvolvimento do Turismo locais / regionais, além dos Planos de Marketing.

Plano municipal de turismo (Secretaria com o *trade* e a primeira edição em 2009 e revisão em 2010, estudo de competitividade Fundação Getúlio Vargas e Ministério

do Turismo, contemplando o desenvolvimento do turismo com instâncias que o pró-jovem e o impactam, avaliado pelo Conselho Municipal e se tornará Lei) e o plano de marketing (feito em 2009 pela primeira vez no estudo de competitividade. Durou um ano com a contratação de empresa especializada entre os quatro melhores do conselho de turismo) (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

Conturh – 2010 – Plano Estratégico de desenvolvimento do turismo regional – participantes e Sebrae (quem acompanha) (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

Quanto ao empreendedorismo, o que se observa é que em Bonito e Treze Tílias a participação do empresariado ocorreu após o início das atividades, contribuindo de forma bastante reduzida para favorecer o desenvolvimento do turismo no seu estágio mais inicial. Outro ponto que chama atenção é a passividade da classe empresarial, mobilizando-se apenas frente a ameaças de competição de empresários externos (SILVA; SPINOLA, 2012). Alguns entrevistados de Bonito relatam ainda que muitos dos meios de hospedagens e restaurantes possuem proprietários que vieram de outras regiões do país para criar seus estabelecimentos e ali se implantar.

O empresariado era imaturo e não profissional, depois houve a profissionalização e hoje são estruturados (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Começou a uns seis, sete anos: as empresas se envolveram no processo do desenvolvimento e na capacitação da mão de obra (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

A maioria dos empreendimentos é de proprietários de fora da cidade (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Hoje realmente está bastante bom. O empresariado já se convenceu que o investimento do turismo é bom, temos até algum que investiram mais pensando no futuro. No início foi difícil porque o empresariado não acreditava no retorno financeiro. Mas hoje já começou a mudar tudo, porque investimento no turismo tem um bom retorno – aí, temos parques, hotéis etc. Os maiores investimentos aconteceram nos anos de 1990. De 1990 pra cá a coisa começou a fluir com mais facilidade (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Eles procuram não se envolver. É uma luta constante, um incentivar constante. Uma busca frequente de parceiros – aquela situação entre público e privado, pois o privado acha que faz o suficiente pagando os impostos e dispondo dos espaços e ele vê que todo o restante é obrigação do governo (trazer o turista). Existem situações que geram atritos, mas faz parte do cotidiano (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

A situação na Serra Gaúcha é diferente, pois a participação dos empresários se fez notar desde o início das atividades turísticas, sendo eles, inclusive, responsáveis pelo próprio desenvolvimento do turismo no local.

O Sr. Tacísio do Hotel Dall'Onder foi o grande desenvolvedor do projeto e que tem terras no Caminhos de Pedra que alguma coisa poderia ser feita e com o estudo do Caminhos de Pedra e inclusive com o apoio financeiro, foi aí que começou a vir recursos do Setor Público (ESPECIALISTA DE BENTO GONÇALVES. Depoimento [nov. 2010]. Bento Gonçalves. Entrevistador: André Coelho).

1970 – Foi onde começou a se desenvolver pequenos hotéis e pousadas. O investimento sempre foi do empresariado local. E praticamente todos os empresários locais. Empreendedorismo local (ESPECIALISTA DE GRAMADO. Depoimento [nov. 2010]. Gramado. Entrevistador: André Coelho).

Com relação ao envolvimento das instituições de ensino com o desenvolvimento do turismo nas localidades, observa-se que em primeira instância há uma preocupação na formação de profissionais de nível superior, além da produção do conhecimento que está implícita nessa relação. Na Serra Gaúcha, conforme Silva e Spinola (2012), houve o surgimento de inúmeras faculdades de turismo e de uma faculdade de enologia, em virtude da intensa produção industrial voltada para a atividade vitivinícola, principalmente na microrregião Uva e Vinho, o que colaboraria para o surgimento e consolidação de atividades turísticas relacionadas à produção do vinho. Atualmente a Serra Gaúcha é um dos maiores produtores de vinho do país, e parte da produção destina-se ao mercado internacional.

Em 1998 a Universidade de Caxias do Sul atendendo um apelo do turismo criou a única especialização *Latu Senso* de Gerenciamento e do Desenvolvimento Turístico. O surgimento dessa especialização, o curso de turismo aqui e o de mestrado de Caxias do Sul (UCS). Outras duas Cenecista (turismo e hospitalidade) e em Garibaldi (Gestão do Turismo e Enoturismo). Curso de Guia de Turismo pelo Senac. O que impactou foi o curso de Enologia e o Mestrado que é ofertado em Caxias do Sul na região (ESPECIALISTA DE BENTO GONÇALVES. Depoimento [nov. 2010]. Bento Gonçalves. Entrevistador: André Coelho).

De acordo com Silva e Spinola (2012), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) prestou consultoria para a criação do sistema de *vouchers* de Bonito, que atualmente é referência como ferramenta de controle do número de visitantes nos atrativos. Atualmente a UFMS presta serviços de apoio ao município realizando pesquisas de demanda. Também em Bonito o ensino fundamental já apresenta a disciplina “Turismo” inserida na grade curricular. Mesmo assim há um grande número de especialistas argumentando que na região existe uma carência de mão de obra qualificada:

Treinamento e qualificação da mão de obra (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Falta mão de obra, cursos de guia – o último foi em 1997. Entre 2003 e 2005 teve uma queda no turismo (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Falta mão de obra para todas as áreas do turismo (ESPECIALISTA DE BONITO. Depoimento [nov. 2010]. Bonito. Entrevistador: Fernando Aboim).

Em Treze Tílias há uma preocupação em inserir o tema turismo no ensino fundamental, relacionando-o com questões como cidadania e autoconhecimento. Espera-se educar as crianças desde cedo para que entendam o turismo de forma mais abrangente, ou seja, como uma oportunidade de se inserirem na sociedade, indo além da mera interação com o turista (SILVA; SPINOLA, 2012).

É uma parte muito importante. As instituições desde o jardim de infância e pré (ensino infantil) se engajam no turismo – e tem sido muito gratificante esse processo. A criança é levada a pensar nos bens públicos, na conservação dos bens. A escola dá continuidade nesse processo de educação para o turismo. As crianças fazem parte do processo e são envolvidas no turismo – e aprendem isso na escola, além da família. As escolas têm grupos de dança infantis, tem bandas estudantis – músicos formados dentro da escola- tudo isso pra dar continuidade nesse processo de valorização cultural (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

Nós temos ações como o “Educando pra o turismo”. É metodologia nossa em conjunto com o SEBRAE – ela desenvolve o entendimento do raciocínio de turismo com os professores da sexta série do ensino fundamental. Os professores das diversas disciplinas são envolvidos e treinados para entender o raciocínio do turismo aplicando nas suas atividades. Ação permanente (ESPECIALISTA DE TREZE TÍLIAS. Depoimento [nov. 2010]. Treze Tílias. Entrevistadora: Rafaela Ludolf).

A análise acima realizada possibilitou uma distinção das três áreas pesquisadas sob diferentes pontos de vista, com base no modelo elaborado por Tomazzoni (2007). A partir dela torna-se possível verificar se as aglomerações produtivas presentes nos locais caracterizam-se efetivamente como arranjos produtivos locais e se foram capazes de gerar benefícios e, ainda, quais os benefícios gerados pelo turismo e que os locais estavam aptos para absorver.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que se buscou responder nesta dissertação foi se um arranjo produtivo local de turismo, entendido como um modelo de governança territorial, pode contribuir para promover o desenvolvimento turístico no meio rural. Para se obter resposta a essa questão, realizou-se uma pesquisa com o estudo de três diferentes casos em locais turísticos onde havia a presença de modelos de governança, além de roteiros realizados no meio rural. A análise baseada nos casos de Bonito, Serra Gaúcha e Treze Tílias ocorreu em razão de se considerar, com uma maior possibilidade de entendimento, a visualização de casos diferentes, que retratam como o turismo se inseriu na realidade local e de que forma permitiu o desenvolvimento de cada localidade.

Conforme visto, ao longo do século XX mudanças ocorreram, principalmente, no plano econômico, permitindo reestruturações no relacionamento entre as empresas, que passaram a estabelecer entre si conexões que, por sua vez, possibilitaram a formação de redes de relacionamento, em qualquer parte do planeta. As novas tecnologias possibilitaram essas novas estratégias de relacionamento, que reposicionaram no cenário internacional não somente empresas, mas regiões e países. Alguns dos principais atores envolvidos souberam tirar vantagens desse novo cenário, mas outros acabaram por ficar ainda mais à margem do processo. As firmas que representam o capital hegemônico dominam territórios fazendo com que seus padrões de produção fiquem acima da capacidade de acompanhamento de pequenas e médias empresas, que têm como área de abrangência pequenos territórios, atuando em nível local, prioritariamente.

Como forma de reação aos novos padrões internacionais houve uma valorização dos aspectos locais / regionais, permitindo a conformação de territórios em que pequenas e médias empresas atuando de forma conjunta possam ser capazes de competir de forma mais equilibrada com grandes empresas de atuação no âmbito internacional. Dentro dessas novas perspectivas, valores identitários locais relacionados principalmente com questões culturais são revalorizados, assumindo uma nova postura nesse novo cenário. É dentro desse contexto que surgem os *clusters*, arranjos produtivos locais e outras formas de aglomerações produtivas que possibilitam às empresas novas oportunidades de inserção no mercado por meio de ações que possibilitem a cooperação e a competição no mesmo espaço. Nesse sentido, as políticas públicas ganham importância favorecendo a consolidação das aglomerações, particularmente dos arranjos produtivos locais, por meio da adoção de medidas

que visem o desenvolvimento regional.

O turismo aparece nesse cenário como uma possibilidade, para muitos gestores públicos, de geração de emprego, renda e uma forma alternativa de enfrentamento dos problemas locais / regionais. As políticas públicas no Brasil, historicamente, apresentaram uma tendência de centralização das ações, que eram elaboradas por órgãos que não possuíam vínculos com as áreas alvo dos programas, pois pertenciam a instâncias da administração federal. Dessa forma, os planos e programas, que tinham por objetivo utilizar o turismo como ferramenta para diminuir os desequilíbrios regionais, não obtiveram êxito, muito pelo contrário, criaram, muitas vezes, novos problemas sociais e ambientais.

No Brasil, alguns dos principais projetos de desenvolvimento atuais tendo o turismo como foco principal, dão enfoque ao local, além de favorecer a participação da sociedade local nas decisões envolvidas na elaboração dos planos e programas. Na década de 1990 entrou em vigor o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, já buscando um enfoque local, sendo na década seguinte substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo, ambos elaborados pelo Ministério do Turismo, que, seguindo tendências internacionais, vem promovendo o planejamento da atividade em nível regional.

O Prodetur, um dos principais programas elaborados nesse período, que tinha por objetivo promover o desenvolvimento do turismo em escala macrorregional, teve como primeira área de atuação o Nordeste, e destinava-se, inicialmente, a reestruturar os destinos por meio da instalação de infraestrutura básica, além de equipamentos e serviços públicos. O primeiro objetivo específico do projeto da presente pesquisa, que busca analisar a importância das políticas públicas para a consolidação dos arranjos produtivos locais, é respondido quando se constatou que, apesar de haver uma redução da participação das esferas públicas nas decisões acerca do direcionamento das atividades turísticas, as políticas formuladas no sentido de fomentar, estimular e favorecer o desenvolvimento do turismo, atua seja em setores isolados, na criação de linhas de crédito para estimular a ampliação da rede hoteleira, ou mesmo políticas visando a constituição de instâncias de governança em que seja obrigatória a representação de todos os agentes envolvidos com o turismo.

Nesse sentido, discutiu-se a participação de cada um dos grupos de agentes integrantes do APL, elencada no segundo objetivo específico, cuja contribuição possibilitou uma análise mais aprofundada sobre a importância do envolvimento do empresariado local, dos poderes públicos, das instituições de ensino e pesquisa e, sobretudo, da população residente, atuando de forma integrada e cooperativa, possibilitando, assim, o entendimento do APL como um sistema de governança.

A conformação de regiões turísticas, levando em consideração a existência de elementos comuns que possibilitem a criação de uma identidade única para a região, foi outra estratégia adotada por governos locais como possibilidade de expansão da atividade, ampliando a oferta e, conseqüentemente, criando novas possibilidades para o turista, que acaba permanecendo por mais tempo no local visitado. Nesse sentido, surgem os roteiros turísticos que beneficiam os locais, pois permitem a integração regional e possibilitam àqueles residentes estabelecidos ao longo dos percursos uma alternativa de ganhos com a atividade, evitando, ainda, o deslocamento para os centros urbanos.

Desse modo, no momento em que a valorização de aspectos locais ganha destaque, adequando-se à ideia da conformação de roteiros turísticos, emerge o turismo no meio rural, já bastante valorizado na Europa. No Brasil a valorização do turismo no meio rural é mais recente, não somente como alternativa ao já massificado turismo de sol e praia, mas representando uma possibilidade de oposição às forças hegemônicas e homogeneizadoras do processo de globalização, já que busca o resgate dos aspectos locais mais tradicionais e genuínos, ou seja, a valorização das raízes, das práticas da cultura e da identidade local.

Nesse sentido, torna-se possível, ao se discutir o turismo rural, falar em desenvolvimento local, uma vez que este processo busca a promoção do crescimento econômico mediante a criação de empregos e geração de renda, indo, porém, mais longe ao buscar ainda a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social. Desse modo, observa-se não apenas o desenvolvimento do turismo no âmbito local, mas ainda o desenvolvimento de uma forma geral, já que o turismo gera desdobramentos, dinamizando a economia local e promovendo oportunidades aos residentes nas áreas receptoras.

De acordo com o que foi visto, um dos pressupostos fundamentais para o desenvolvimento turístico de uma localidade é a conjunção de fatores que atuam de forma harmônica e coordenada, permitindo a elaboração de planos e programas que estejam efetivamente alinhados com as características e necessidades locais. O discurso presente em muitos planos de desenvolvimento no Brasil, de integração nacional e diminuição dos desequilíbrios regionais, somente mais recentemente vem sendo superado, na medida em que o foco de análise se direciona para o local, permitindo possibilidades concretas de desenvolvimento.

Esses novos padrões de entendimento, bem como as novas percepções acerca do desenvolvimento local, permitiram a emergência de novos modelos de gestão, que a nova literatura passa a chamar de governança. A prática da governança, cujo foco está nas pessoas, pressupõe uma descentralização da gestão pública, sem, contudo, enfraquecer o papel do

Estado, que, ao contrário, deve fortalecer-se, uma vez que passará para um nível de gestão em que as decisões são compartilhadas. Daí, inclusive, a necessidade de haver uma redução da burocracia, direcionando a gestão para a formação de associações e instâncias de desenvolvimento local, contando prioritariamente com a participação das comunidades locais, mas ainda com a participação do empresariado local, além do próprio poder público municipal.

Desse modo, a atuação dos atores locais, ocorrendo de forma cooperada e recíproca, em que surgem laços de confiança e parceria, comporá as bases para o processo de desenvolvimento local. Todavia, essa forma de ação dos atores deverá estar amparada em normas sociais que condicionem as pessoas a agirem desse modo. Mais uma vez, ressalta-se o papel fundamental das instituições públicas, cujas ações continuam a direcionar os caminhos seguidos pelas sociedades, porém as decisões têm suas origens no seio da própria sociedade. Sociedades diferentes apresentarão diferentes comportamentos e, portanto, distintos relacionamentos entre os seus atores, que reagirão aos programas de forma bastante particular. Estruturas sociais sólidas certamente contribuirão para o sucesso de ações nesse sentido e, conseqüentemente, permitirão a composição de um Estado mais forte. No caso de estruturas menos definidas, a demanda será ainda pela promoção do seu fortalecimento.

Reforça-se ainda o papel do capital social como importante ferramenta que permite a obtenção de benefícios econômicos, sociais e políticos às comunidades por meio do fortalecimento dos laços sociais que ocorrem com a formação e consolidação das redes sociais. Por sua vez, há uma forte relação do conceito de capital social com outro: o enraizamento (*embeddedness*). O conceito trata das relações de enraizamento das instituições nas redes sociais locais, bem como da impossibilidade de análise dessas instituições sem considerar as suas raízes sociais.

Por outro lado, elementos presentes em um cenário propício ao desenvolvimento do capital social serão também favoráveis ao desenvolvimento de ações relacionadas ao empreendedorismo. Mais uma vez remete-se aqui à importância das políticas públicas também com o objetivo de criar condições para a instalação de novos empreendimentos, estimulando o empresariado local na abertura de micro, pequenas e médias empresas.

A governança relacionada ao turismo está interligada à integração e articulação dos três atores aqui destacados: setores público e privado e sociedade civil. O relacionamento desses três grupos determinará a conformação de um local, aqui considerado como produto turístico, que para ser entendido como um destino deverá contar com a sinergia dos atores e políticas públicas voltadas para o planejamento e desenvolvimento da atividade. O turismo,

entendido como um sistema aberto, dependente de uma gama de serviços ofertados simultaneamente para a sua concretização, necessita ser pensado e planejado de forma ampla e integrada, e as ações de planejamento devem ocorrer nesse sentido. Esta é uma das características que tornam a atividade complexa. Daí a importância da integração dos diversos setores do turismo funcionando em conformidade com as políticas públicas.

Nesse sentido, nos arranjos produtivos locais, entendidos como modelos de aglomerações produtivas cujo formato se apresenta mais flexível, se comparado a outros modelos, apresentando organizações concentradas em uma determinada área geográfica, com estratégias que buscam a integração de todos os atores locais e ações coordenadas, são criados ambientes propícios para o empreendedorismo local, que é o caminho que conduz à inclusão social. Os APLs caracterizam-se ainda pela participação ativa de atores como instituições de ensino, comunidade, associações, sindicatos e organizações não governamentais.

A análise das dimensões produtivas, institucionais e comunitárias do território contribui para a sustentabilidade e competitividade de um arranjo produtivo local. A capacidade de inovação presente em um APL poderá ser determinante na sua competitividade. Este fator está diretamente relacionado com a capacidade empresarial de buscar informações e produzir conhecimento, difundindo-o pelas demais empresas instaladas no território. Desse modo, a difusão do conhecimento propicia um ambiente em que organizações que operavam com métodos mais defasados possam reverter o quadro utilizando-se de estratégias em que há um apoio mútuo das organizações, favorecendo a cooperação.

Como visto, o desenvolvimento do APL dar-se-á pela participação de cada um dos atores envolvidos, colaborando para a produção e difusão do conhecimento, fortalecendo e ampliando laços de cooperação, ainda que em um ambiente de competitividade interna. Desse modo, o terceiro objetivo específico é atendido ao se realizar a análise da importância das aglomerações no sentido de permitir a integração regional e a formação de uma identidade única permitindo a caracterização e o reconhecimento da região.

A fim de estudar destinos turísticos em que existe a presença de aglomerações produtivas, esta pesquisa selecionou três diferentes locais nos quais se constatou uma forte presença do turismo atuando de formas diferenciadas, mas com implicações diretas em outras atividades já presentes, que buscam a diferenciação, frente a outros locais, no desenvolvimento de roteiros no meio rural, de forma bastante particularizada. Retomando-se o objetivo geral desta dissertação, pretendeu-se analisar de que forma um arranjo produtivo local de turismo beneficia a população local, seja promovendo o desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo atividades econômicas e práticas sociais tradicionais, seja

estimulando a implantação de políticas públicas ou potencializando a competitividade regional. Entende-se aqui que, por meio da análise dos estudos de caso, pode-se atender a esse objetivo, uma vez que o estudo empírico traz situações reais, muitas vezes indo além da teoria.

Para a elaboração da pesquisa em sua parte empírica, utilizou-se o modelo desenvolvido pelo pesquisador Tomazzoni (2007) na sua Tese de Doutorado, em que ele utiliza uma série de elementos, organizados em três grupos, que o autor chama de “dimensões” – econômica, cultural e organizacional –, como parâmetros para avaliar um determinado modelo de governança como arranjo produtivo local de turismo (APL Tur). O modelo elaborado pelo autor mostrou-se bastante completo por apresentar um número considerável de variáveis, de forma que possibilitou uma análise mais ampla, permitindo, dessa forma, respostas mais esclarecedoras acerca do quadro das aglomerações produtivas encontradas.

A investigação partiu do princípio de que havia aglomerações produtivas nesses locais, que poderiam ou não ser classificadas como arranjos produtivos locais. Pretendeu-se, portanto, identificar os elementos que se faziam presentes nos três destinos, com base no modelo de Tomazzoni (2007), de forma que fosse possível analisar mais detalhadamente os impactos gerados pelos modelos de governança nos locais pesquisados. Vale lembrar que se questionou a utilização de um determinado modelo de análise em razão, principalmente, em função da rigidez intrínseca a qualquer modelo, porém as vantagens mostraram-se preponderantes, pois permitiram o estabelecimento de padrões de modo que os três casos selecionados fossem analisados de forma homogênea, sem prejuízo a alguma das partes.

Bonito (MS), Serra Gaúcha (RS) e Treze Tílias (SC) representam três destinos turísticos com características próprias, diferindo bastante entre si. As diferenças estão refletidas nos índices sociais e econômicos, que repercutem diretamente no desenvolvimento do turismo local. O turismo nos três locais é encarado como uma importante ferramenta de desenvolvimento, porém a forma com que a atividade é encarada pelos poderes públicos estadual e municipal, população local, além do empresariado local e demais instituições, reflete nos índices de crescimento e desenvolvimento da atividade e de competitividade dos destinos. Na fase de caracterização e identificação das aglomerações produtivas observadas em cada um dos destinos, alcançou-se o proposto no quarto objetivo específico do projeto da presente pesquisa.

Bonito apresentou um quadro em que vários dos elementos do modelo do APL Tur mostram-se ainda incipientes para se caracterizar como um arranjo produtivo local. Conforme

foi observado, as políticas públicas municipais são ainda deficientes quanto ao estímulo para a elaboração de um modelo de gestão atuante de forma integrada e participativa. As associações locais têm atuação individualizada, sem que haja uma unidade que agregue todas as organizações de forma a permitir uma gestão mais ampla e que incorpore as necessidades dos vários setores. Uma das principais carências observadas foi quanto à ausência de participação da comunidade local na principal instância representativa do turismo local: o conselho municipal de turismo, que apenas possui representantes do poder público, empresariado e proprietários dos atrativos. A comunidade, por sua vez, não se vê engajada ao turismo local e, em alguns casos, apresenta rejeição à atividade. A falta de estímulo do poder público ao desenvolvimento do turismo local pode ainda ser observada quando se verifica um número de empreendimentos cujos proprietários são de outros locais do país. Observa-se, portanto, um descompasso entre as ações dos poderes públicos, a comunidade e o empresariado local, não havendo ações no sentido de promover uma integração maior. As instituições de ensino, atualmente, também não possuem vínculos mais estreitos com o município de Bonito. Elas tiveram participação fundamental na implantação do sistema de controle aos atrativos, porém, posteriormente, os laços foram enfraquecidos.

A falta de valorização dos aspectos culturais em Bonito também é um ponto que merece ser destacado, pois tem como consequência a exploração do turismo em uma única vertente – o ecoturismo –, o que não assegura ao destino nenhuma vantagem competitiva frente a outros destinos que existem ou que venham a ser explorados futuramente. Os destinos, atualmente, principalmente após a globalização, buscam nas suas tradições os elementos particulares que lhes propiciem maior diferencial frente os demais, tornando-se singulares. Os elementos culturais tradicionais, em muitos casos, estão mais preservados nos meios rurais, pois são menos afetados pela globalização e por influências externas. Nesse sentido, tem havido uma tendência à criação de roteiros integrados, extrapolando-se limites administrativos e políticos das sedes municipais, relacionados às tradições culturais locais para a exploração do turismo. Mesmo o turismo sendo considerado uma atividade que gera impactos, como alterações no modo de vida da cultura local, a atividade funciona como um elemento que também contribui para o resgate, a valorização e a preservação dos elementos culturais, uma vez que estes serão os grandes diferenciais do destino.

Na Serra Gaúcha, o turismo já vem se desenvolvendo em um maior período de tempo, se comparado aos outros destinos, apresentando atualmente uma maior maturidade por parte dos principais setores envolvidos, que já vivenciaram períodos diversos da atividade. O relacionamento estabelecido com as instituições de ensino e pesquisa localizados na própria

região favoreceu o desenvolvimento da atividade de forma que permitisse o envolvimento de diversos setores da sociedade, não se restringindo apenas ao empresariado que, por sua vez, sempre teve participação atuante e decisiva. Com o envolvimento mais efetivo da população, após a percepção de que poderia obter benefícios com o crescimento da atividade, houve um incentivo ao processo de associativismo. Os poderes públicos municipais e estaduais tiveram importante participação ao elaborar leis visando a preservação do patrimônio material e imaterial. Fato este reforçado, no caso da região Uva e Vinho, pelo envolvimento dos produtores de vinho com as instituições de ensino, como pesquisadores, ou ainda assumindo cargos nas Secretarias de Turismo dos seus respectivos municípios.

Por fim, em Treze Tílias, onde os elementos culturais são altamente valorizados pela população e pelo poder público local, o desenvolvimento do turismo ocorreu principalmente pela participação da população, que sempre esteve engajada com a atividade. Ainda que os indicadores apontem crescimento da atividade, esta ainda carece de mais investimento e uma atitude mais arrojada dos empreendedores locais para promover o crescimento do turismo, que ainda ocorre em nível regional. Observa-se também a carência na formação de associações que agreguem de uma forma mais ampla os diversos setores do turismo municipal. As instituições existentes ainda não conseguem cumprir esse papel. Deve-se lembrar, ainda, que o turismo regional se mostra incipiente, apesar de algumas ações direcionadas à formação de roteiros que integrem a região. Assim, o turismo rural ganha força servindo como mote principal para oportunizar aos visitantes um produto mais diversificado.

Desse modo, entende-se que a análise realizada dos três destinos, em que se verifica a capacidade de promoção do desenvolvimento turístico das aglomerações produtivas atende ao proposto no quinto e último objetivo específico do projeto desta dissertação, permitindo um entendimento mais minucioso em cada um dos casos da forma como ocorreu o desenvolvimento do turismo estabelecendo a relação das características particulares com os modelos de aglomeração identificados.

Pela análise dos três casos considerados nesta pesquisa, observa-se que uma das principais questões na abordagem atual do desenvolvimento do turismo é a participação da comunidade em que a atividade ocorre. Apenas com a presença da comunidade se pode obter resultados satisfatórios e um processo de implantação do turismo mais sustentável. O caso observado na Serra Gaúcha é o que mais se aproxima dessa perspectiva com um turismo consolidado, em expansão e sendo administrado por representantes, principalmente da comunidade, que fazem do turismo uma das principais atividades geradoras de oportunidades da região. Constatou-se a presença de uma aglomeração produtiva entendida como um arranjo

produtivo local de turismo, dentre os elementos analisados no modelo referenciado, apenas na Serra Gaúcha.

Nesta região foi possível observar os elementos das três dimensões do modelo APL Tur. A dimensão organizacional do modelo mencionado é aqui entendida como o elemento diferenciador capaz de refletir o nível de desenvolvimento turístico da região, pois nesta dimensão a importância e relevância da articulação dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento ficam evidenciadas. Agentes das esferas pública, privada bem como membros da comunidade local juntos trabalham no sentido da superação dos conflitos, da tomada de decisões de forma que satisfaça as necessidades da maioria, negociando para atingir o consenso e promovendo a implementação das ações. Com base nesse entendimento, elaborou-se o Quadro 10 que reflete os principais aspectos relacionados à realidade de cada uma das áreas pesquisadas. O quadro demonstra também que, enquanto em Bonito e Treze Tílias as características predominantes apontam para a existência de aglomerações do tipo *cluster* e *cluster* com alianças, no caso da Serra Gaúcha as principais características determinam a formação de um arranjo produtivo local.

Quadro 10 – Relação da situação observada nas áreas pesquisadas com as características dos APLs

	Bonito	Serra Gaúcha	Treze Tílias
Nível das estratégias	Entre organizações parceiras	Entre todos os agentes locais	Entre organizações parceiras
Ações	Competitivo - cooperativas	Competitivo – cooperativas, coordenadas, planejadas e integradas	Competitivo - cooperativas
Estabelecimento de objetivos comuns	Estabelece objetivos comuns entre parceiros	Estabelece objetivos comuns com todos os agentes locais	Estabelece objetivos comuns com todos os agentes locais
Responsáveis pelas ações	Administradores e gerentes de empresas parceiras	Agentes articuladores e agentes locais	Agentes articuladores e agentes locais
Agentes locais envolvidos no processo	Empresas privadas, poder público e associações	Empresas privadas, instituições, poder público, instituições de ensino, associações, sindicatos e comunidade	Empresas privadas, poder público, associações e comunidade
Foco em benefícios	Econômicos e ambientais	Econômicos, sociais, culturais e ambientais	Econômicos, sociais e culturais
Desenvolvimento	Local	Regional	Local

Fonte: Elaborado pela autora deste texto, baseando-se no modelo elaborado por Lemos (2004, p.86).

O uso do turismo no meio rural como elemento catalisador para o fortalecimento da atividade comprovou-se como uma decisão acertada, pois ao mesmo tempo em que diversificou a atividade, promoveu a integração regional, além de possibilitar a inserção das famílias moradoras das áreas no turismo, o que, para elas, funciona como uma complementação da sua renda familiar, tornando as áreas rurais como prolongamentos das atividades urbanas, atrelando as visitas dos turistas à cultura regional, entendida como a autêntica identidade da região. O surgimento de novos roteiros e o fortalecimento dos já existentes reforçam a ideia de promover atividades cada vez mais vinculadas às áreas rurais da região. Ressalta-se, novamente, o papel fundamental do empresariado local para propiciar o desenvolvimento do turismo.

Respondendo à pergunta formulada, é possível afirmar que um arranjo produtivo local entendido como um modelo de governança territorial pode contribuir para promover o desenvolvimento turístico no meio rural, pois a estrutura presente em um APL permite um direcionamento para o trabalho conjunto, participativo, com foco no desenvolvimento de uma dada atividade, mostrando-se, portanto, capaz de gerar não só o crescimento da atividade, mas o desenvolvimento do destino em que a atividade é implantada.

Defende-se aqui, portanto, a formulação de destinos turísticos que indiquem prioritariamente a participação da comunidade local nos processos de planejamento da atividade, com forte valorização dos elementos culturais locais, atuando de forma regional, permitindo a formação de elos entre o empresariado local que compete, mas, sobretudo, que coopera entre si, promovendo a formação de instituições que funcionem como espaços de diálogos, com o objetivo primordial de promover o turismo regional. Deve-se, portanto, entender o turismo como uma engrenagem em que um elemento é altamente dependente do outro para haver um funcionamento harmônico e que cresça gerando novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ABISMO ANHUMAS. **Sobre a caverna**. Bonito, MS, 2012. Disponível em: <<http://www.abismoanhumas.com.br/#!sobre-a-caverna>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 13 mar. 2012.
- AMORIM, Mônica Alves; MOREIRA, Maria Vilma Coelho; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais (APLs) no Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 6, n. 9, p. 25-34, set. 2004.
- ASSIS, Myriam Celme Lage. **O programa estrada real e o desenvolvimento turístico: um estudo de caso no trecho Ouro Preto-Ouro Branco**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2006.
- ATRATUR – ASSOCIAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE BONITO E REGIÃO. **Conheça Bonito**. Bonito, 2012. Disponível em: <<http://www.atrativosbonito.com.br/conheca-bonito>>. Acesso em: 01 dez. 2012.
- ATUASERRA – ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA SERRA NORDESTE. **Mapas**. Serra Gaúcha. Bento Gonçalves. Caxias do Sul, 2011a. Disponível em: <<http://www.serragaucha.com/pt/mapas>>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- ATUASERRA – ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA SERRA NORDESTE. **Roteiros turísticos**. Serra Gaúcha. Caxias do Sul, 2011b. Disponível em: <<http://www.serragaucha.com/pt/turismo/roteiros/>>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- ATUASERRA – ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA SERRA NORDESTE. **Histórico da Região Uva e Vinho**. Serra Gaúcha. Caxias do Sul, 2011c. Disponível em: <<http://www.serragaucha.com/pt/paginas/historico-da-regiao-uva-e-vinho/>>. Acesso em: 5 out. 2011.
- AUOZANI, Laudir Luiz. **Estudo sobre turismo como alternativa para promover o desenvolvimento sustentável na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul**. 2005. 235 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí (RS), 2005.
- BARBOSA, Maria Alice Cunha; ZAMBONI, Roberto Aricó. **Formação de um ‘Cluster’ em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2000.
- BARROS, Areza Batista Gomes; SILVA, Norma Lúcia Oliveira da; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 14, p.76-87, jul. 2006.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo**: megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003a.

BENI, Mário Carlos. Dimensão e dinâmica de *clusters* no desenvolvimento sustentável do turismo. In: BAHL, Miguel (Org.). **Turismo**: enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Roca, 2003b. p. 35-45.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 79-86.

BENTO GONÇALVES. Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves. **Como chegar**. Bento Gonçalves, RS, 2011a. Disponível em: <<http://www.turismobento.com.br/pt/como-chegar/>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BENTO GONÇALVES. Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves. Assessoria de comunicação social da prefeitura. **Notícias**. Bento Gonçalves, RS, 2011b. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/003/00301009.asp?ttCD>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.

BONITO. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. **Pontos turísticos**. Bonito, MS, 2011. Disponível em: <<http://www.bonito.ms.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2012.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo como instrumento de desenvolvimento regional**: estudo de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no setor de turismo. Brasília, 2007.

BRASIL TURISMO. Mato Grosso do Sul. **Mapas**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/mapas/mapa-ms.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 95-121.

COMTUR – CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BONITO. **Atrativos turísticos**. Bonito, MS, 2012. Disponível em: <<http://www.bonito-ms.com.br/index.php?p=home&&cat=2&&id=2>>. Acesso em: 11 set. 2012.

COMTUR – CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE BONITO. **Associações**. Bonito, MS, 2013. Disponível em: <<http://www.bonito-ms.com.br/index.php?p=home&&cat=8&&id=2>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

CONTTUR – FUNDAÇÃO DE TURISMO DO VALE DO CONTESTADO. **Mapas**. Joaçaba, SC, 2012. Disponível em: <<http://www.conttur.com.br/index2.php?id=006>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Do global ao local: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2012.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 15, n. 3, p. 165-186, set./dez. 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, RS, Ano 1, n. 2, p. 73-97, jul./dez. 2003.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ, Clélio Campolina; GONÇALVES, Eduardo. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.131-170.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

DUARTE, Renata Barbosa de Araújo. **Histórias de sucesso: comércio e serviços: turismo**. Brasília: Sebrae, 2008.

FEGER, José Elmar. et al. Regionalização do turismo: uma análise espacial do Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade. **Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-22, dez. 2008.

FUINI, Lucas Labigalini. A governança territorial e suas manifestações: arranjos produtivos locais (APLS) e circuitos turísticos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, CE, v. 13, n. 1, p. 9-22, 2011.

FUINI, Lucas Labigalini. A nova dimensão dos territórios: competitividade e arranjos produtivos locais (APL). **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, SP, v. 4, n. 1, p. 53-66, jun. 2006.

GUIMARÃES, Vivian Gertrudes Buchhols. **Transformações socioeconômicas decorrentes da expansão do turismo cultural: o caso de Treze Tílias-SC**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2007.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Mato Grosso do Sul – Bonito. 2012a. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio Grande do Sul – Gramado. 2012b. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio Grande do Sul – Bento Gonçalves. 2012c. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Santa Catarina – Treze Tílias. 2012d. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Apresentação**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em:
<<http://site.er.org.br//index.php/apresentacao/index/4>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

IRVING, Marta de Azevedo. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 69-74, dez. 2002.

KON, Anita. O novo regionalismo e o papel dos serviços no novo desenvolvimento: transformações das hierarquias econômicas regionais. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 279-300, out. 2009.

KUPFER, David. Padrões de concorrência e competitividade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 20., 1992, Campos do Jordão, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campos do Jordão, SP: UFRJ, 1992. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/1992-2_Kupfer.pdf>. Acesso em: 9 out. 2011.

LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LEMOS, Iomara Scandelari. **Estratégias competitivo-cooperativas para o desenvolvimento regional sustentável via turismo** – o caso de Treze Tílias-SC. 2004. 301 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável**: Serra da Bodoquena. Campo Grande, 2011.

MINAS GERAIS. Decreto nº 43.321, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 9 maio 2003. p. 5.

ORTEGA, Antonio César; SILVA, Filipe Prado Macedo da. Uma visão crítica do desenvolvimento territorial e dos novos espaços de governança. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, n. 23, p. 32-52, jul. 2011.

PEIXOTO, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do patrimônio. **Revista do Centro de Estudos Sociais** – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, n. 175, p. 1-15, 2002.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2002.

PNUD. **IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

POZZER, Giovana. **Rotas turísticas no Rio Grande do Sul**: influência das políticas públicas, disparidades regionais e arranjos institucionais. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Bruno Alves. **A formação de circuitos turísticos como forma de atração e permanência de visitantes**: uma avaliação dos gestores sobre os fatores de atratividade dos circuitos turísticos de Minas Gerais. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2007.

REGIÃO DAS HORTÊNSIAS CONVENTION E VISITORS BUREAU. **Pontos turísticos de Gramado**. Gramado, RS, 2012. Disponível em:

<<http://www.conventionbureau.com.br/pontosturisticos/pontosturisticos.php?id=3>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Turismo. **Regiões Turísticas**. Disponível em:

<<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=3&opt=>>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 51-68.

RODRIGUEZ DOMINGUEZ, María Del Mar; GUIASADO, Manuel. Competitividade do turismo na Galícia. **Revista Galega de Economía**, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2003.

ROTA DA AMIZADE. **Como chegar**. Joaçaba, SC, 2012. Disponível em:

<<http://www.rotadaamizade.com.br/comocheGAR.php>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEBRAE. **Ecoturismo em Bonito**. Brasília, DF, 2004.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em *cluster***. 2004. 480 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SPINOLA, Carolina de Andrade (Coord.). **Delineamento e caracterização de um sistema de governança para o desenvolvimento turístico de Salvador-BA com base em um estudo comparativo entre as iniciativas de *clusterização* de turismo de Treze Tílias-SC/Bonito-MS/Serra Gaúcha-RS e Porto de Galinhas-PE**. Salvador, 2012.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 87-98.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia regional: conceitos e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, ano 16, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

TEIXEIRA, Paulo. **Governo, governança e (des)envolvimento**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/articleview/1060/1/173/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

TOMAZZONI, Edegar. **Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL TUR aplicado à Região das Hortênsias (Rio Grande do Sul – Brasil)**. 2007. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOMAZZONI, Edegar. Identificação dos elementos do desenvolvimento regional com base em análise de um destino turístico: a Região das Hortênsias (Serra Gaúcha). **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jun. 2008.

TOMAZZONI, Edegar; DORION, Eric; ZOTTIS, Alexandra. Análise organizacional de destinos turísticos com base nos conceitos de mudança, de incerteza e na Teoria do Caos: estudo dos exemplos de Gramado e Canela, na Serra Gaúcha. **Revista O&S – Organização e Sociedade**, Salvador v. 15, n. 47. out./dez. 2008.

TREZE TÍLIAS. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Treze Tílias, SC, 2012. Disponível em: <<http://www.trezetilias.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

UGARTE, Blanca Miedes. Gobernanza e inteligencia territorial. In: GONZÁLES, María de la O. Barroso; RUIZ, David Flores (Org.). **Teorías y estrategias de desarrollo local**. Sevilla: Editora Universidad Internacional de Andalucía, 2010. p. 170-197.

VALE, Gláucia. Aglomerações produtivas: tipologias de análise e repercussões nos estudos organizacionais. **Revista O&S – Organização e Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 43, p. 159-175, out./dez. 2007.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Surgimiento y transformación de *clusters* y *milieus* en los procesos de desarrollo. **Revista Eure**, Santiago de Chile, n. 95, p. 75-93, maio 2006.

VERA REBOLLO, José Fernando et al. **Análisis territorial del turismo: una nueva geografía del turismo**. Barcelona: Ariel, 2011.

VIDIGAL, Frederico. Políticas públicas de turismo: a criação do programa Estrada Real em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 8., 2011, Balneário Camboriú, SC. **Anais...** Balneário Camboriú, SC: ANPTUR, 2011.

VISÃO. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS. **Investimentos na Região**. Gramado, 2012. Disponível em: <<http://www.visao.org.br/investimentos/regiao-das-hortensias.php>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Atrativos turísticos das áreas pesquisadas

Quadro 11 – Principais atrativos turísticos de Bonito

BONITO	
Abismo Anhumas	É uma caverna a 23 km de Bonito, Mato Grosso do Sul. O acesso é por uma fenda que existe na Rocha, utilizando-se de técnicas verticais em Rapel. São 72 metros de descida vertical, até o deck sobre o lago de água cristalina. No lago, dezenas de cones de calcário preenchem o seu entorno, com formações que atingem 19 metros de altura. Podem ser observadas no passeio que é realizado de bote. Os mergulhadores certificados podem ir um pouco mais fundo, até 18 metros. Na parte seca há um salão com espeleotemas, de uma beleza memorável, que a natureza vem esculpindo há milhares de anos.
Baía Bonita - aquário natural e trilha dos animais	Visitantes de todo o mundo são atraídos pela transparência de suas águas, repletas de cardumes de peixes de mais de 30 espécies diferentes, que estão sempre ali, quase ao alcance das mãos. A infraestrutura rústica e aconchegante, com restaurante, museu de história natural, loja de artesanato e piscinas para treinamento, proporciona ao turista uma estada agradável e com toda a segurança. No passeio pela Trilha dos Animais existem pontos de observação pelo caminho e dá para ver emas, jacarés, cervos-do-Pantanal, lobos-guarás etc.
Balneário do Sol	Localizado às margens do Rio Formoso, oferece a possibilidade de nadar nas piscinas naturais ou no próprio rio, entre os piraputangas, curimbas e dourados, com lindas cachoeiras fazendo parte do cenário. Possui carretilhas, trampolim, lanchonete, restaurante, quiosques para churrasco, redário, quadras de vôlei e futebol de areia. Observação: não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.
Balneário municipal	As águas cristalinas do Rio Formoso permitem uma visão nítida de peixes de cores e tamanhos variados. Dispõe de sanitários, quadra de vôlei de areia, lanchonetes e sorveteria. Observação: não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.
Barra do Sucuri	A aventura começa no encontro das águas do Rio Formoso com o Rio sucuri e segue em um barco a remo cerca de 1.400m, conhecendo a fauna e flora local até as proximidades de sua nascente. O retorno acontece em uma belíssima flutuação deixando-se levar pela leve correnteza e se encantando com os peixes e vegetação subaquática do Rio Sucuri, até chegar de volta à Barra do Sucuri. A Barra do Sucuri ainda oferece, no trecho do Rio Formoso, um confortável balneário com decks, escadas de acesso à água, trilhas ecológicas e bar. O receptivo possui bar, sanitários e armários guarda-volumes.

BONITO	
Buraco das Araras	O nome Buraco das Araras surgiu em razão do grande número de araras que habitam o local e fazem verdadeiros espetáculos. Em seu interior, fauna e flora bem particulares, com seu ecossistema próprio e um grande lago habitado por jacarés da espécie papo amarelo. O passeio é uma boa opção, antes ou depois, para quem faz o passeio Rio da Prata ou quando estiver chegando ou saindo de Bonito. Localizado no município de Jardim (BR-267), a cerca de 53km de Bonito, no sentido Porto Murtinho, e a 5 km do passeio Recanto Ecológico Rio da Prata.
Rio do Peixe	Localizado na Fazenda Água Viva, ali se constitui um dos mais belos e paradisíacos cenários naturais da região. Rios de águas límpidas, cachoeiras ornamentais, inúmeras piscinas naturais, uma fauna atraente com macacos, araras, tucanos, entre outros. Neste paraíso você pode curtir e relaxar nas duchas das cachoeiras, aventurar-se entre os cardumes de peixes das piscinas naturais e depois saborear um delicioso almoço sul-mato-grossense, preparado pela proprietária da Fazenda.
Ceita Corê	Na língua tupi-guarani “Terra de meus filhos”. Trilhas, cachoeiras e nascentes. Passe um dia agradável num ambiente rural desfrutando destas maravilhas: trilhas pela mata ciliar com belíssimas cachoeiras, piscinas naturais, pequenas grutas, carretilha, passeio a cavalo e almoço típico da fazenda em uma das sedes mais bonitas e tradicionais da região.
Estância Mimosa	Ao longo da trilha, você passará por diversos mirantes com visões panorâmicas da Serra da Bodoquena. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia especializado em atrativos naturais. Depois de tanta diversão, nada melhor que retornar à sede, onde um almoço com pratos e doces regionais estará lhe aguardando no fogão à lenha.
Gruta do Lago Azul	Após percorrer uma trilha conhecendo diversos espeleotemas, pode-se visualizar o famoso lago de águas intensamente azuis e com mais de 80m de profundidade. Por sua beleza e fragilidade, a área da gruta foi transformada em Monumento Natural, garantindo sua preservação.
Mergulho no Rio Formoso	No Rio Formoso, em meio a um cenário impressionante de formação calcária e milhões de bolhas de uma cachoeira que o fará imaginar como se estivesse em outro mundo, em uma profundidade aproximada de 5,5m, além de estar em contato com cardumes de peixes como piraputanga, curimatá e outros.
Mergulho no Rio da Prata	No Rio da Prata, um mergulho fascinante em que se pode observar uma maior quantidade de vida marinha como dourados, piraputangas, piaus, corimbas, pacus, cacharas, pintados etc. O mergulho agrada inclusive aos mais experientes, pela transparência da água, em uma profundidade aproximada de 8 metros, com duração aproximada de 60 minutos.

BONITO	
Parque das Cachoeiras	São sete belíssimas cachoeiras formadas por tufas calcárias e pequenas cavernas, lhe convidando para se refrescar em suas piscinas naturais. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia especializado em atrativos naturais. Depois de tanta diversão, nada melhor que retornar à sede, onde um almoço com pratos típicos e doces regionais estará lhe aguardando no fogão à lenha. Após um merecido descanso no redário, ainda há a um mirante de onde se pode observar uma linda cachoeira. Sobrando energia, aproveite a contemplação da fazenda fazendo uma deliciosa cavalgada pelos campos, matas e morros.
Praia da Figueira	Uma antiga área de extração de calcário deu origem a uma lagoa de água corrente e a uma extensa praia com coqueiros e areia branca. O lugar perfeito para você descansar e se divertir nadando, mergulhando e saboreando deliciosos aperitivos, servidos nos quiosques na praia ou dentro d'água. Uma lagoa cristalina de água corrente, com mais de 60.000 m ² , para você nadar, mergulhar e praticar outras atividades aquáticas como flutuação, scooter, cama elástica, caiaque, pedalinho, tirolesa e biribol, além, claro, do vôlei de areia e do frescobol, que não podem faltar em nenhuma praia, tudo acompanhado de muito sol e calor.
Projeto Jiboia	Visitação turística e educação ambiental com a comunidade local. Trabalho de desmistificação das serpentes. Venha conhecer um pouco sobre esses animais, seu comportamento e suas características.
Rio Sucuri	Caminhe em uma agradável e leve trilha pela mata ciliar do Rio Sucuri; suba no mirante construído em torno de uma figueira centenária e elevado sob sua nascente principal, onde piraputangas, dourados, curimbas fazem o espetáculo junto às ressurgências. Ainda na trilha, conheça outras nascentes, surpreenda-se com o mirante azul, e deixe que o barco lhe conduza até o deck de treinamento; a partir daí deixe a leve correnteza do Rio Sucuri te levar, e tenha a sensação de estar dentro de um aquário, onde os peixes, o volume e a transparência deste rio tornam seu passeio inesquecível. Na chegada à sede um delicioso almoço o espera com diversas saladas, peixe, frango, carne e também nossos pratos típicos. O visitante pode contar ainda com outros passeios que podem complementar o seu dia, como: uma deliciosa cavalgada, um passeio de bike e o passeio de quadriciclo, em trilhas pelas matas da fazenda, com parada para banho nas águas do Rio Formoso.
Recanto Ecológico Rio da Prata	A mata ciliar do Rio da Prata está à sua espera para uma caminhada cheia de aventura, onde se podem observar animais silvestres e árvores centenárias, como os ipês, aroeiras, perobas. A partir da nascente, você flutuará num imenso aquário de águas cristalinas e se deslocará tranquilamente em meio a dezenas de espécies de peixes e plantas aquáticas. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia especializado. Máscaras, snorkel, roupa e bota de neoprene estão inclusos. Um delicioso almoço típico sul-mato-grossense, servido na sede da fazenda, está à sua espera. Aproveite para relaxar em um confortável redário.

Quadro 12 – Principais atrativos turísticos de Gramado

GRAMADO	
Pórtico (Entrada via Nova Petrópolis)	Localizado na entrada de Gramado, sua construção é em estilo bávaro, visando dar boas vindas aos visitantes. Foi inaugurado em 6 de janeiro de 1973. Além de ser uma bela construção, possui jardins bem cuidados e floridos, encantando os visitantes de Gramado.
Pórtico (Entrada via Taquara)	Localizado na entrada da cidade pela via Taquara, em estilo normando, inaugurado em 8 de junho de 1991. É uma homenagem à colonização alemã.
Belvedere Vale do Quilombo	Paisagem que se descortina diante dos olhos do expectador, mostrando o quanto Gramado é privilegiada e dotada pela natureza.
Mini Mundo	Criado pela família Höppner em 1981, nele funciona a fantasia de uma cidade em miniatura, ao estilo Legoland, na Dinamarca. Mostra réplicas de castelos, ferrovias, moinhos, praças, igrejas, estaleiros, teleféricos, torres, lagos, cascatas e casas típicas, num mundo imaginário e criativo.
Igreja São Pedro	Inaugurada em 1942, é uma das maiores demonstrações de religiosidade da comunidade. A estrutura montada em pedra basáltica exhibe arte nos vitrais com imagens sacras em perfeita harmonia arquitetônica.
Igreja do Relógio	A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) foi inaugurada em 5 de fevereiro de 1961. Seu relógio faz parte do dia a dia da cidade e sua localização, sobre um bouquet de hortênsias, é um dos cartões postais de Gramado.
Palácio dos Festivais – Cine Embaixador	Sede de exibição dos filmes participantes do Festival de Cinema de Gramado – cinema latino e brasileiro. No período do evento recebe artistas consagrados dos mais distintos lugares do mundo e lança no mercado filmes de curta, média e longa metragem, que concorrem ao “Kikito”.
Rua Coberta	Cenário de eventos e apresentações, a Rua Coberta, que liga a Av. Borges de Medeiros e a Rua Garibaldi, é mais uma ótima alternativa em compras e gastronomia para o turista.
Parque Knorr – Aldeia do Papai Noel	Bem no centro da cidade, nos jardins do Parque Knorr, num local repleto de encanto e magia, você encontra a primeira casa da região em estilo bávaro, datada de 1940, toda decorada com motivos natalinos, onde hoje mora o Papai Noel. Dentro do parque está o mirante de onde pode ser apreciada a melhor vista do Vale do Quilombo.
Centro Municipal de Cultura I	Reúne várias atividades de cunho cultural, como o Museu Municipal Professor Hugo Daros, o Teatro Elisabete Rosenfeldt, com capacidade para 360 lugares, o Museu de Artes e salas para cursos, palestras, oficinas teatrais, artísticas e literárias. Ali também está instalada a Câmara Municipal de Vereadores, além do Arquivo Histórico Municipal.

GRAMADO	
Centro Municipal de Cultura II	Lá se encontra a Biblioteca Municipal Ciro Martins, que possui sala especial infanto-juvenil, e a Secretaria de Educação, que possui em sua infraestrutura uma sala comunitária de multiuso para ginástica, reuniões, grupo de orações, capoeira, entre outros, além de sala pedagógica.
Prefeitura Municipal	Cartão postal de Gramado e exemplo típico da arquitetura gramadense. Apresenta, no alto, o brasão do município, esculpado em madeira policromada, com acabamento em lambrequins, uma pintura bem harmoniosa, resgatando as etnias locais. Nela funciona toda a malha administrativa e a Secretaria de Turismo. Abriga também o pavilhão de esportes, utilizado para a prática desportiva e para a realização de inúmeros eventos.
Praça das Comunicações	Palco de realização da Festa da Colônia. É na Praça das Comunicações que se localiza a Casa do Colono, onde você encontra produtos típicos produzidos no interior da cidade.
Rótula das Bandeiras	Situada na Praça Leopoldo Rosenfeldt, presta uma homenagem simbólica aos estados brasileiros por meio de bandeiras hasteadas no local. É onde se encontra também uma réplica do “Kikito”, o cobiçado troféu que representa o “Deus do Bom Humor”.
Lago Joaquina Rita Bier	Idealizado por Leopoldo Rosenfeldt, possui 17.000 m ² , num espaço cercado de casas de veraneio, hotéis e araucárias com até mais de 70 anos.
Lago Negro	Após um incêndio que arrasou a imensa mata existente na região, Leopoldo Rosenfeldt construiu o lago, decorando suas margens com árvores importadas da Floresta Negra da Alemanha, daí seu nome, Lago Negro. Suas águas são profundas e de um verde escuro carregado, refletindo o alto dos pinheiros que se alternam com o colorido das azaleias no inverno e o azul das hortênsias no verão. Por toda sua margem existe um passeio florido, podendo-se andar a pé ou de bicicleta. Contudo a maior atração fica por conta dos pedalinhos, que dão ao lago um alegre e movimentado colorido.
Museu do Chocolate	A Praver oferece ao turista uma visita de lazer e cultura sobre o mundo do chocolate. Além da história da Praver, a primeira fábrica de chocolate caseiro do Brasil, você pode conhecer elementos históricos e curiosidades sobre o cacau, fabricação e consumo do chocolate.
Roteiros de Agroturismo	Reconhecendo as origens – Graças a um intenso planejamento do poder público, somado à organização das comunidades rurais, Gramado abriu seu interior para o turismo rural há pouco mais de três anos. Destacando a cultura e a preservação ambiental, o Agroturismo tornou-se uma atividade autossustentável em quatro diferentes roteiros.
Roteiro de Agroturismo “Mergulho no Vale”	No roteiro “Mergulho no Vale”, você vai conhecer uma das localidades de belezas naturais mais exuberantes em Gramado: a Linha 28. Morros de intensa vegetação, rios e cachoeiras compõem o cenário que você vai conhecer durante o passeio. Além disso, você conhece propriedades rurais e fica sabendo como se produz vinho caseiro.

GRAMADO	
Roteiro de Agroturismo “Raízes Coloniais”	O roteiro “Raízes Coloniais” leva você à Linha Bonita e Linha Nova, localidades onde se originou a cidade de Gramado. Lá você será recebido pelos descendentes dos primeiros colonizadores italianos e alemães e ficará conhecendo a essência da nossa cultura. Arquitetura e culinárias típicas são as principais atrações.
Roteiro de Agroturismo “Encantos Coloniais”	No roteiro “Encantos Coloniais” você vai conhecer a localidade da Serra Grande. Você vai percorrer estradas de chão que margeiam vales e levam às propriedades de descendentes de colonizadores. Além de conhecer o modo de vida destas pessoas, pode-se provar os deliciosos produtos coloniais e, como não poderia deixar de ser, tomar um refrescante banho de rio, usufruindo de raros momentos em meio à natureza.
Roteiro de Agroturismo “O Quatrilho”	“O Quatrilho” reserva surpresas encantadoras. Vales e riachos compõem o cenário das localidades de Campestre do Tigre e Tapera, onde viveram os protagonistas do filme “O Quatrilho”, que mantém ainda hoje a Igreja na qual se realizou o matrimônio dos casais. Uma família italiana da região se encarrega de demonstrar a produção artesanal do vinho e da graspa, e uma família alemã reserva momentos de muito prazer ao receber para o “Typiches Kaffee”, café típico alemão. Além de se deleitar com cucas, geleias, pães, linguiças e outros produtos caseiros.

Fonte: Região das Hortênsias Convention & Visitors Bureau (2012).

Quadro 13 – Principais atrativos turísticos de Bento Gonçalves

BENTO GONÇALVES	
Caminhos de Pedra	Legítimos representantes da cultura camponesa, aquela que fazia tudo com as mãos, os imigrantes italianos, totalmente desprovidos de bens materiais, trouxeram para o Distrito de São Pedro a riqueza de seus valores culturais, expressos na religiosidade, no trabalho e valorização da família. Hoje, os Caminhos de Pedra resgatam a herança cultural recebida dos imigrantes italianos, constituindo-se num museu vivo, onde os descendentes desses imigrantes recebem o visitante e lhe mostram a autenticidade e originalidade da sua cultura, gastronomia e arquitetura. Para melhor compreensão deste roteiro é necessário estar acompanhado de guia de turismo. Taxas de visitação são cobradas no local e/ou administradas pelas agências e operadoras de turismo.
Passeio de Maria Fumaça	O passeio turístico de trem a vapor é uma grande atração na Serra Gaúcha. São 23 quilômetros de percurso com 1h30min de duração, entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. Durante o passeio, a festa é comandada pelo coral típico italiano, pela dupla que toca a tarantela e pelos gaúchos. Os turistas são recepcionados na estação de Bento Gonçalves com um saboroso vinho. A recepção em Garibaldi acontece ao som de música gaúcha e italiana, enquanto todos degustam um saboroso champanhe. Em Carlos Barbosa, um show de música italiana marca o momento em que todos se encontram e confraternizam embalados pela música. Alguns passageiros dizem adeus, enquanto outros embarcam no passeio de retorno.
Rota das Cantinas Históricas	Os imigrantes provenientes do Vêneto e do Trento, norte da Itália, encontraram as condições ideais para desenvolver a arte do vinho nas encostas de Faria Lemos. Hoje, os descendentes celebram estes saberes e memórias na Rota das Cantinas Históricas. Ao entrar no clima dos aromas, da paisagem vitícola e dos sons únicos da localidade que preserva sua cultura de modo especial, os visitantes experimentam vinhos típicos, sucos, espumantes, gastronomia cultural preparada com muita sabedoria e delicadeza.
Vale do Rio das Antas	É um local de extrema beleza, cercado por uma paisagem exuberante. Neste trajeto, o visitante encontra tendas de produtos coloniais, artesanato e lancherias com vista panorâmica. A 25 km de distância da cidade está situada a Ponte Ernesto Dorneles, também conhecida como “Ponte do Rio das Antas”, uma das maiores do mundo em arcos paralelos suspensos. O visitante poderá observar as águas do Rio das Antas formando uma enorme “ferradura” ao redor de uma montanha. O Vale abriga também, na sede do Distrito de Tuiuty, as novas instalações dos Vinhos Salton, uma construção grandiosa com 30.000 m ² . Além do parque industrial, a Salton contará com um Parque Temático da Uva e do Vinho, com passarelas internas para que os turistas possam transitar pela área de produção de vinhos e conhecer todo o processo de elaboração do vinho, desde a colheita da uva até o engarrafamento.

BENTO GONÇALVES	
Vale dos Vinhedos	<p>O Vale dos Vinhedos representa o legado cultural e histórico deixado pelos imigrantes italianos, chegados ao Brasil em 1875. Os costumes e tradições estão enraizados nas pessoas e, até mesmo, na paisagem do Vale dos Vinhedos. A construção de capelas, a devoção aos santos, o dialeto vêneto e, principalmente, o cultivo da videira e a produção do vinho são marcas da imigração italiana. Numa área de 82 km², videiras e pequenas propriedades rurais dividem espaço com vinícolas renomadas, que, ao longo dos últimos anos conquistaram destaque nacional e internacional pela qualidade e personalidade dos seus vinhos. Os vinhos do Vale são os únicos do país a apresentar o Selo de Indicação de Procedência, garantindo a qualidade e a origem dos vinhos finos ali produzidos.</p>

Fonte: Atuaserra (2011b).

Quadro 14 – Principais atrativos turísticos de Treze Tílias

TREZE TÍLIAS	
Praça Ministro Andreas Thaler	Localizada no centro da cidade, possui belo jardim, cascata e a estátua do fundador, Ministro Andreas Thaler.
Castelinho – Museu Ministro Andreas Thaler	Construído em 1936, foi transformado no Museu Ministro Andreas Thaler. O museu guarda utensílios e equipamentos dos colonizadores do município, bem como parte de sua história. Além de residência da família, o Castelinho também era a central de atendimento à comunidade.
Igreja Matriz	Localizada no centro e reconstruída em 1952, a igreja católica possui grande número de obras esculpidas, como a Via Sacra, o Cristo ou ainda os bancos.
Portal da cidade	Construído no estilo típico tirolês, recebe todos os visitantes na SC-454.
Consulado Honorário da Áustria	No dia 13 de outubro de 1988 foi instalado solenemente o vice-consulado da Áustria em Treze Tílias. A inauguração deu-se justamente na data dos festejos dos 60 anos de imigração, com a presença de várias autoridades da Áustria, inclusive o governador do Tirol. Em maio de 1997, o Vice-consulado passou a ser Consulado Honorário da Áustria. Com a desativação, em 1999, do Consulado Austríaco em Florianópolis, o Consulado de Treze Tílias ficou responsável pelo atendimento para todo o estado de Santa Catarina.
Prefeitura Municipal de Treze Tílias	Construída em estilo alpino, é exemplo de arquitetura típica para a comunidade.
Monumento aos imigrantes	Localizado em frente à Prefeitura, homenageia as famílias dos imigrantes austríacos que fundaram Treze Tílias.
Monumento ao agropecuarista	Localizado no centro, este monumento foi criado por Bernardo Moser, Secretário de Turismo de Treze Tílias, para homenagear os criadores de gado leiteiro responsáveis pela implantação em Treze Tílias sede da empresa Lacticínios Tirol, uma das mais representativas do estado na área de produtos lácteos.
Monumento do Ministro Andreas Thaler	O monumento é um marco local onde, em 1939, faleceu o fundador de Treze Tílias, levado pelas águas.
Sociedade cultural artística Papuan – SOCAP	É o centro das atividades culturais da comunidade. Nela se encontram a biblioteca pública municipal, a sala acústica para o ensaio da Banda dos Tiroleses, do Coral Tiroler Echo, sala para ensaios dos grupos de danças folclóricas tirolesas, italianas e gauchescas, um restaurante e um salão nobre para bailes, apresentações, festas e outras atividades.
Gruta de Babenberg	A comunidade de Babenberg, a 7 km do centro, foi o local onde os imigrantes se instalaram quando chegaram ao município. Construíram sua primeira igreja e, num conjunto, a Via Sacra e a Gruta de Nossa Senhora Aparecida.
Linha Pinhal	A comunidade italiana, localizada a 10 km do centro, preserva com originalidade suas tradições, fazendo com que Treze Tílias tenha uma diversidade de etnias.

TREZE TÍLIAS	
Capela Maria Dreizehnlinden	Com bela vista panorâmica, pode-se chegar até a Capela por várias trilhas, passando pela mata e pequena cascata, podendo apreciar-se as variedades de árvores e plantas.
Lago Schaupenlehner	Constituído por lagos, pesque-pague e área de lazer com <i>camping</i> e lanchonete.
Termas internacional Vale das Trilhas	A água é mineral e vem do subsolo por um duto isolado, chegando à superfície com cerca de 36° Celsius. O parque aquático conta com mais de cinco mil metros quadrados, com estrutura de toboáguas, rampa molhada, rio lento, piscinas para adultos e crianças, bar molhado, infraestrutura para alimentação e descanso.
Cascata Froza	As atividades turísticas começaram por volta do ano de 1998, depois da abertura da estrada, só então os turistas começaram a visitar o local.
Chocolate caseiro de Treze Tílias	A casa de artesanato, loja e fábrica de chocolates caseiros destaca-se pelo sabor peculiar do chocolate.
Parque dos sonhos	Abriga lanchonete, fábrica de sorvetes e de cachaça. Conta também com um labirinto para a diversão da criançada e outros brinquedos.
Parque Lindendorf	O Parque Lindendorf conta com estrutura de lanchonete e restaurante que servem pratos típicos da cozinha austríaca, casa de shows para apresentação dos grupos folclóricos, trilhas na mata nativa, parque com animais como a ovelha, o avestruz, a capivara, e com uma minicidade.
Trenzinho	Em 1991, em virtude da gravação da novela “Ana Raio e Zé Trovão”, aumentou muito o turismo em Treze Tílias, e Luiz Boff resolveu transformá-lo em trenzinho, mas somente existia a locomotiva. Também era utilizado algumas vezes no desfile da festa de outubro, para as quais foi anexado mais um vagão para levar os turistas. Durante todos esses 12 anos de existência do Trenzinho ele sempre fez passeios turísticos pelos seguintes locais: hotéis, praça, prefeitura, malharias, bancos, museu, portal.

Fonte: Lemos (2004).

ANEXO A – Relação dos especialistas entrevistados**Treze Tílias/SC**

Ademir Parisotto

Proprietário – Hotel Treze Tílias Park Hotel

Bernardo Moser

Proprietário – Casa de Chocolate

Dirlei Barbieri Rofner

Secretária de Turismo, Indústria e Comércio de Treze Tílias

Ernesto Thaler

Proprietário – Residência da Família Thaler (Museu da Cidade)

Gertrudes Auer Concatto e Vanessa Auer Concatto

Proprietárias – Parque dos Sonhos

Gotfredo Thaler

Escultor

Juliane Uneda

Proprietária – Atria Viagens

Jussara Ferronato

Proprietária – Restaurante e Produtos Coloniais Nono Tillo

Maria Hidelgard Pattis

Proprietária de casa de família que hospeda turistas / Costureira de trajes típicos e artesã

Marina Klotz Zanatta

Presidente – Associação de Turismo de Treze Tílias (ASTURTÍLIAS)

Ricardo Bierbaum

Proprietário – Cervejaria Bierbaum e Restaurante

Valdir Rubens Walendowsky

Secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina

Valter Felder

Proprietário – Parque Lindendorf

Veronica Knolseisen

Guia de Turismo

Werner Thaler

Escultor

Wilson Luiz de Macedo
Presidente – Rota da Amizade / Vice-Presidente Institucional da ABIH-SC 252

Bonito/MS

Augusto Barbosa Mariano
Secretário Municipal de Turismo, Indústria e Comércio

Cícero Ramos Peralta
Presidente – Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

Clayton Castilho Gomes
Diretor de Turismo – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio

Janaina Mainchein
Vice-Presidente – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seção MS (ABRASEL-MS)

João Henrique Rodrigues Pirez
Tesoureiro / Financeiro – Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região (ATRATUR)

Maria Leopoldina de Almeida Campos
Presidente – Associação Bonitense de Agências de Turismo (ABAETUR)

Mauro Nogueira da Rosa
Presidente – Associação Comercial e Empresarial de Bonito (ACEB)

Priscila Vargas da Silva
Supervisora do Curso de Turismo e Meio Ambiente
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Regina Helena F. Corrêa
Presidente – Associação Bonitense de Hotéis (ABH)

Rodrigo Coinete
Presidente – Bonito Convention & Visitors Bureau

Vanessa Galveia Leite
Coordenadora Regional – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE/MS)

Weliton Vargas Silveira
Presidente – Associação de Guias de Turismo de Bonito (AGTB)

Serra Gaúcha/RS**Bento Gonçalves/RS**

Beatriz Paulus

Diretora Executiva – Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra)
Região Turística Uva e Vinho - Serra Gaúcha/RS

Ivane Maria Remus Fávero

Secretária Municipal de Turismo de Bento Gonçalves

Josereene de Matos Pinto

Turismóloga – Associação Caminhos de Pedra

Juliano Volpato

Secretário da Cultura de Bento Gonçalves / Presidente – Casa das Artes

Márcia Ferronato

Diretora – Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares da Região da Uva e Vinho
(SHRBS)

Moysés Luiz Michelin

Proprietário – Hotel Villa Michelin

Tarcísio Vasco Michelin

Proprietário – Hotel Vinocap / Superintendente – Rede de Hotéis Dall'Onder

Gramado/RS

Gilberto Tomasini

Secretário Municipal de Turismo de Gramado

Josiano Schmitt

Presidente – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Seção RS (ABRASEL-RS)
Proprietário – Casa Di Pietro

Julio Manoel Cardoso

Vice-Presidente – Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares da Região das
Hortências (SHRBS)

Leandro Castro

Diretor – Expogramado / Secretaria Municipal de Turismo

Luiz Antonio Barbacovi

Gabinete do Prefeito – Prefeitura Municipal de Gramado

Rosa Helena Volk

Gerente de Comunicação – Prefeitura Municipal de Gramado